

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL RUFINO BORGES SANTOS

**Desenvolvimento econômico e estabilidade democrática: uma
análise comparada de novas democracias (1980-2022)**

São Paulo
2022

GABRIEL RUFINO BORGES SANTOS

**Desenvolvimento econômico e estabilidade democrática: uma
análise comparada de novas democracias (1980-2022)**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Profa. Dra. Marislei Nishijima
Co-Orientador: Prof. Dr. Felipe P. Loureiro

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Santos, Gabriel Rufino Borges

Desenvolvimento econômico e estabilidade democrática: uma análise comparada de novas democracias (1980-2022) / Gabriel Rufino Borges Santos ; orientadora: Marislei Nishijima. -- São Paulo, 2023.

116 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

1. Novas democracias 2. Democracia estável 3. Política comparada
4. Regressão de efeitos fixos I. Nishijima, Marislei, orient. II. Título.

CDD – 321.8

Responsável: Giseli Adomato de Aguiar - CRB-8/6813

RESUMO

Baseada na literatura acadêmica, esta pesquisa avalia se o grau de estabilidade das novas democracias do leste europeu da terceira onda democrática, entre 1980 e 2022, está correlacionado com a evolução de suas rendas per capita ao longo do tempo e, portanto, com a evolução do padrão de vida alcançado por esses países no período. Dessa maneira, este estudo, tem como hipótese central o conceito de que à medida que o desenvolvimento econômico ocorra isso implique em democracias mais estáveis. A partir de modelos de regressão de efeitos fixos aplicados a um painel anual de países, estima-se a correlação entre o nível de estabilidade das democracias e a evolução da renda condicionada em vários outros determinantes, empregados como controles. A literatura sobre o tema gera as indicações de fatores relevantes associados com estabilidade democrática, além de uma breve discussão histórica sobre os países pós-soviéticos. Para os fins deste estudo, coleta-se dados anuais sobre as novas democracias pós-comunistas e latino americanas para o período de 1980 a 2022. Estas últimas economias à semelhança dos países da Europa Central e Oriental (ECE) também são democracias recentes, mas em contextos históricos muito diferentes, que operam como controles do passado institucional e cultural bastante diversos, que podem condicionar dinâmicas de condutas recentes. Com relação aos resultados, enfatiza-se que a correlação positiva entre renda e democracia sob regressões padrão, tais como *pooling* ou *cross-sectional*, não se sustenta com modelos de efeitos fixos. A estratégia de efeitos fixos remove o impacto de fatores fixos no tempo não observáveis e observáveis e não mensuráveis que estão omitidos na análise *pooling* ou *cross-sectional*. Portanto, as estimativas deste estudo sugerem que a renda per capita não é um determinante chave da estabilidade democrática e, possivelmente, algum outro fator omitido que explica o efeito encontrado em regressões sem efeitos invariantes no tempo ainda precisa ser identificado.

Palavras-chave: novas democracias; democracia estável; política comparada; regressão de efeitos fixos.

ABSTRACT

Based on the academic literature, this research assesses whether the degree of stability of the new democracies in Eastern Europe of the third democratic wave, between 1980 and 2022, is correlated with the evolution of their per capita income over time and, therefore, with the evolution of the standard of living achieved by these countries in the period. Thus, this study has as its central hypothesis the concept that as economic development takes place, this implies more stable democracies. Based on fixed effects regression models applied to an annual panel of countries, the correlation between the level of stability of democracies and the evolution of income conditioned on several other determinants, used as controls, is estimated. The literature on the subject generates indications of relevant factors associated with democratic stability, in addition to a brief historical discussion of post-Soviet countries. For this study, annual data are collected on the new post-communist and Latin American democracies for the period 1980 to 2022. These last economies, like the countries of Central and Eastern Europe (ECE), are also recent democracies, but in very different historical contexts, which operate as controls of the institutional and cultural past quite diverse, which can condition dynamics of recent conduct. Regarding the results, it is emphasized that the positive correlation between income and democracy under standard regressions, such as pooling or cross-sectional, does not hold with fixed effects models. The fixed effects strategy removes the impact of time-fixed unobservable and observable factors that are omitted in pooling or cross-sectional analysis. Therefore, estimates from this study suggest that per capita income is not a key determinant of democratic stability, and possibly some other omitted factor that explains the effect found in regressions without time-invariant effects has yet to be identified.

Keywords: New democracies; Stable democracy; Comparative Politics; Fixed effects regression

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Classificação de regimes políticos	26
Figura II - Evolução média do grau de estabilidade das democracias (eleitorais) nos países selecionados	68
Figura III - Evolução média do grau de estabilidade das democracias (liberais) nos países selecionados.....	69
Figura IV - Evolução média do grau de estabilidade das democracias (liberais): países selecionados versus democracias liberais avançadas	70
Figura V - Evolução média do grau de estabilidade das democracias nos países selecionado	71
Figura VI - Evolução média da taxa de bem-estar	72
Figura VII - Evolução média da renda per capita dos países selecionados medida em valores constantes de 2011US\$	73
Figura VIII - Evolução média do Índice de Gini	74
Figura IX - Evolução média da taxa de crescimento percentual anual do PIB per capita com base em preços constantes de 2010, expressos em dólares americanos	75
Figura X - Evolução média do PIB dos países selecionados medida em valores constantes de 2010US\$	115

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Relação entre desenvolvimento humano e democracia, 2020	11
Tabela II - Elementos de força institucional	35
Tabela III - Formas de governo democrático	40
Tabela IV - Volatilidade eleitoral do leste europeu e da América Latina	45
Tabela V - Transições por renda per capita, ajustada pela paridade de poder de compra em dólares internacionais de 1985US\$	52
Tabela VI - Bases de dados	64
Tabela VII - Regressões padrão sem efeito fixo	76
Tabela VIII - Modelo de efeito fixo	78
Tabela IX - Regressão padrão sem efeito fixo (taxa de crescimento de renda)	80
Tabela X - Modelo de efeito fixo (taxa de crescimento de renda)	82
Tabela XI - Classificação dos regimes políticos do leste europeu, 1980-2022.....	110
Tabela XII - Eleições para a câmara baixa do leste europeu, 1989-2022	112
Tabela XIII - Classificação dos regimes políticos da América Latina, 1980-2022.....	113
Tabela XIV - Eleições para a câmara baixa da América Latina, 1980-2022	114
Tabela XV - Estimativas de 100 anos	116

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Conceitos Fundamentais	16
2.1. Regras formais	16
2.2. Definição mínima de democracia	17
2.3. As dimensões de uma democracia	19
2.4. Classificação de regimes políticos	23
2.5. Democracia eleitoral e democracia liberal	27
2.6. Estabilidade política de uma democracia	29
2.7. O critério de seleção de casos de novas democracias	37
3. Os Países Pós-comunistas	41
4. Crescimento Econômico e Estabilidade Democrática	50
4.1. Renda e democracia	50
4.2. Desigualdade e democracia	57
4.3. Crise e democracia	60
5. Dados e Métodos	63
5.1. Dados	63
5.2. Métodos	66
6. Resultados e Discussão	68
6.1. Estatística descritiva	68

6.1.1. Evolução do padrão de vida material	71
6.1.2. Evolução da desigualdade.....	73
6.2. Estimativas dos modelos de regressão.....	75
6.2.1. Modelos para renda per capita	76
6.2.2. Modelos de efeito fixo para renda per capita.....	78
6.2.3. Modelos para taxa de crescimento do PIB per capita.....	80
6.2.4. Modelos de efeito fixo para taxa de crescimento do PIB per capita	82
7. Considerações Finais	89
8. Referências	91
Apêndice A - Medidas de democracia: V-Dem	99
Apêndice B - Classificação dos regimes políticos do leste europeu	110
Apêndice C - Eleições para a câmara baixa dos países da ECE.....	111
Apêndice D - Classificação dos regimes políticos da América Latina.....	113
Apêndice E - Eleições para a câmara baixa da América Latina.....	114
Apêndice F - Produto Interno Bruto (PIB) dos países da América Latina e da ECE.....	115
Apêndice G - Estimativas de 100 anos	116

1. Introdução

A literatura acadêmica que aborda os processos de consolidação de democracias sinaliza vários fatores que favorecem uma transição democrática. Carothers (2007, p.24 e 25), por exemplo, defende que não existem pré-condições para uma consolidação democrática, considerando que ela é gradual e que cada Estado tem o seu ritmo e modo particular de transição. Apesar disso, o autor destaca alguns facilitadores tais como: nível elevado de desenvolvimento econômico, fontes de riqueza nacionais diversificadas, divisões étnicas não salientes, experiência histórica com pluralismo político e regiões onde a maioria de seus países são democráticos. O argumento de Carothers é o de que esses facilitadores permitem um processo de transição mais difícil ou mais fácil, a depender de como esses fatores se apresentam. A possibilidade de sucesso de democracias é maior quando esses indicadores se inclinam em uma direção positiva.

Alguns estudos, entretanto, avaliam os fatores relacionados com o grau de estabilidade de democracias. Przeworski (1999, p.16), por exemplo, afirma que a democracia perdura sob algumas condições econômicas, políticas e institucionais: a democracia tem maior probabilidade de sobreviver (1) em países ricos, (2) quando os eleitores escolhem os governantes por meio de eleições e (3) quando existem oportunidades para as forças políticas em conflito avançarem os seus interesses dentro de uma estrutura institucional.

A motivação desta dissertação decorre do estudo de Lipset (1959), que estabelece que uma das variáveis mais importantes para garantir a durabilidade de uma democracia é o crescimento econômico – avaliado pela evolução de renda per capita. Nesse sentido, e inspirado por essa argumentação, este estudo buscou investigar se a evolução de renda per capita ao longo do tempo é um fator fortemente correlacionado com a durabilidade e a estabilidade das novas democracias do leste europeu, tendo por comparação um paralelo com países latino americanos

que tem formação histórica e cultural completamente distintas, mas que também são democracias relativamente recentes.

Dessa maneira, a hipótese que se coloca é a de que o nível do Produto Interno Bruto (PIB) per capita de um país – que é a principal medida de renda ou de padrão de vida – está associado positivamente com maior grau de estabilidade de democracias recém-estabelecidas. Dados e estudos empíricos atuais corroboram para se avaliar casos ainda não investigados e para reavaliar essa hipótese (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997), uma vez que estudos empíricos mais robustos não têm encontrado esta relação (ACEMOGLU et al., 2008). A título de exemplo para os dados disponíveis em sites de organizações multilaterais, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma média de três dimensões de desenvolvimento (PIB per capita, média de anos de escolaridade e expectativa de vida), sugere uma proporção maior de democracias entre os países com o padrão de vida mais elevado.

Tabela I - Relação entre desenvolvimento humano e democracia, 2020

Nível de desenvolvimento	Muito alto	Alto	Médio	Baixo
Países	62	47	42	32
Democracias	47	30	21	12
Porcentagem de países que são democracias	75.8%	63.8%	50%	37.5%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados estatísticos fornecidos pela ONU (2020)

Outro exemplo é que, entre 1946 e 2002, a renda per capita média, em preços de 1995, de democracias parlamentares, US\$6,764, se mostrou 1.5 vezes maior do que em democracias presidencialistas, US\$4,467. A taxa média de crescimento econômico também é quase 1.5 vezes maior no parlamentarismo, 2.48% a.a., do que no presidencialismo, 1.59% a.a. Ao promover estimativas, o resultado estatístico é que a democracia tem mais chances de sobreviver à medida que a renda per capita aumenta, enquanto democracias parlamentares têm uma probabilidade menor de colapso em qualquer nível de renda, quando se compara com democracias presidencialistas (CHEIBUB, 2007, p.137 e 138).

Embora esta dissertação enfoque a relação entre evolução do nível de renda e a estabilidade das democracias, é necessário explorar outras variáveis de controle que potencialmente podem estar associadas com o grau de estabilidade de democracias depois de estabelecidas – ou seja, demais variáveis de controle que também podem afetar o impulsionamento e o aprofundamento de democracias até a sua estabilização enquanto regime. Como destacado até então, a vasta literatura sobre o tema identifica diversos indicadores – a exemplo do desenvolvimento econômico –, que também incentivam ou desincentivam esse processo de estabilidade. Adicionalmente, este estudo optou por englobar o nível de desigualdade econômica como controle dado que desigualdade de renda também reflete informações sobre padrão de vida.

Especificamente, portanto, este estudo investigou se a evolução da renda per capita, que reflete a evolução do padrão de vida de países, está relacionada positivamente com o grau de estabilidade das novas democracias do leste europeu – pós-terceira onda democrática entre 1980 e 2022. Embora mantenha um paralelo com as democracias latino americanas.

Para esta finalidade, foram estimados modelos de regressão de efeitos fixos, que controlam através de características fixas observáveis e não observáveis dos países ao longo do tempo, tanto a correlação entre variáveis contemporâneas como para a variável de interesse defasada, numa analogia ao conceito de precedência temporal.¹ Testa-se a correlação de precedência temporal da evolução das medidas de padrão de vida sobre novas democracias usando estas primeiras defasadas de alguns períodos. Esta pesquisa procurou medir se o nível de estabilidade de uma democracia é explicado pela renda defasada ou pela taxa de crescimento

¹ Modelos de regressão de efeitos fixos permitem o controle de características observáveis e não observáveis dos países pós-soviéticos e da América Latina que são constantes no tempo. Assim, pode-se controlar por diferenças de tamanhos e outras características não observáveis de cada país, tais como hábitos, culturas e tamanho das economias, tornando as estimativas mais fidedignas. Isso reduz potenciais problemas de variável omitida. Para além de renda, outros fatores, que são constantes no tempo, podem afetar tanto o crescimento econômico quanto o regime democrático. Para mais informações sobre modelos de regressão de efeitos fixos, ler Wooldridge (2001).

percentual anual do PIB per capita defasada. Essa estratégia é aconselhável para amenizar preocupações de causalidade reversa (ENDERS, 1995). Talvez, a democracia tenha efeito sobre a renda e não o contrário (ACEMOGLU et al., 2008, p.809).

Com isso, foi criado um painel de países entre 1981 e 2020, outro painel de países com defasagem de dois períodos (1983-2021) e um terceiro painel com defasagem de três períodos (1984-2021). Os painéis têm intervalos anuais e replicam regressões padrão (*cross-sectional*) e de efeitos fixos para estimar o efeito da renda em democracias. Os painéis ainda replicam regressões padrão e de efeitos fixos para estimar o efeito da taxa de crescimento percentual anual da renda em democracias. Renda é a variável de interesse e o efeito dessa variável é controlado por um painel anual que contém dados de variáveis de país; ano; localização geográfica; e Índice de Gini – as regressões incluem log de renda para controlar os diferentes tamanhos relativos das economias. Ao passo que, a taxa de crescimento da renda tem o seu efeito controlado por um painel que abarca dados de variáveis de país; ano; localização geográfica; e Índice de Gini.

O escopo geográfico e histórico do conjunto de dados desta pesquisa incorporou 34 países: 17 países da Europa Oriental e pós-soviética (objeto deste estudo) e 17 países da América Latina (como grupo de comparação) que são observados de 1980 a 2022. O uso dos países latino americanos, que se constituem de novas democracias, mas com históricos e culturas muito diferentes, permite isolar por diferenças dinâmicas o que poderia afetar as democracias de maneiras distintas, permitindo distinguir melhor o que pode ser característica específica da região ou efeito geral. Além disso, para as métricas analíticas são usados dados mais tradicionais com informações anuais de países, tais como Banco Mundial (2020) e

Maddison Project Database (2020).² As medidas de democracias são do Varieties of Democracy (V-Dem).³

No que se referem os resultados desta pesquisa, enfatiza-se uma forte correlação positiva entre renda e democracia sob regressões padrão em modelos de regressão sem controles de efeitos fixos no tempo, confirmando descobertas de Przeworski et al. (1997, 2000), Boix e Stokes (2003) e Papaioannou e Siourounis (2008). Mas uma vez que os modelos de efeitos fixos em painéis de países são adotados, essa correlação desaparece – isso está em concordância com Acemoglu et al. (2008). A estratégia de efeitos fixos remove o impacto de fatores constantes no tempo que estão omitidos na análise e que podem explicar a estabilidade das democracias. Sendo assim, os resultados sugerem que renda não é um determinante chave e algum outro fator omitido que explica o efeito encontrado em regressões sem efeitos fixos ainda precisa ser identificado.

Ademais, esperava-se que o nível de desigualdade, medido pelo Índice de Gini, tivesse um impacto negativo sobre o grau de democracia. Só que nenhum modelo sugere tal efeito. Esse resultado se contrapõe aos achados de Muller (1995) e Boix (2003), que encontram correlação estatisticamente significativa.

A taxa de crescimento de renda também apresenta um resultado contraintuitivo. Era esperado, que à semelhança da renda per capita, que a existência de crises econômicas, medida pela taxa de crescimento percentual anual do PIB per capita, estivesse correlacionada com estabilidade de democracias. Também, neste caso, nenhuma estimativa sinalizou correlação significativa. Os resultados gerais de ausência de correlação entre estas variáveis está em desacordo com os resultados anteriores de Geddes (1999), Przeworski et al. (2000) e Acemoglu

² O Maddison Project Database fornece informações anuais sobre renda de 169 países até 2018.

³ O conjunto de dados do índice V-Dem contém informações quantitativas de 483 variáveis entre 1789 e 2020.

e Robinson (2006), mas em acordo com Acemoglu et al. (2008), que empregam modelos com mais controles – efeitos fixos –, e outras técnicas de identificação, como variável instrumental.

Este estudo, por fim, mobiliza estimativas em horizontes mais longos, como um teste de robustez das correlações encontradas. Um conjunto de dados de 100 anos (1921-2021) com painéis de países de defasagem de dois períodos (1924-2020) e de três períodos (1925-2021) medem o efeito da renda sobre a democracia na América Latina. Como não existem dados para todos os países pós-soviéticos, o leste europeu não faz parte da amostra. Os resultados desse teste são semelhantes ao da amostra de 40 anos (1980-2022). Sem efeitos fixos, há uma correlação significativa entre renda e democracia. Com efeitos fixos, o efeito permanece significativo, mas todas as especificações ficam no limiar de 10% neste caso – somente uma especificação fica perto do limiar de 5% para a América Latina. Esse resultado se parece com os achados dos modelos básicos de amostras menores (40 anos), quando todas as especificações ficam no limiar de 10% – apenas os modelos com amostra inteira (leste europeu e América Latina) e para a América Latina mantiveram esta significância de 10%, e os modelos para os países do leste europeu apresentaram relação não significativa para estas variáveis. Sugere-se assim, evidências fracas da relação em prazos mais largos. A amostra de 100 anos não traz evidências adicionais, em comparação com a amostra de 40 anos. Este estudo argumenta, portanto, que se o coeficiente de renda é insignificante nas amostras de 40 anos e de 100 anos dos países pós-segunda onda democrática do leste europeu e da América Latina, é provável que o PIB per capita não seja um determinante tão importante.

Além desta introdução, este texto apresenta na sequência, uma seção sobre os conceitos fundamentais, discute-se métricas para o estudo, discute-se os países pós-soviéticos, seções sobre os dados e os métodos, e seções com resultados, conclusões finais e trabalhos futuros.

2. Conceitos Fundamentais

Esta seção apresenta os conceitos fundamentais usados nesta pesquisa, a classificação de regimes políticos adotada, as fontes de dados, as especificações das variáveis dependentes empregadas – de estabilidade democrática –, ademais de descrições sobre as possíveis métricas/medidas dessas variáveis.

2.1. Regras formais

Antes de tudo, vale ressaltar que esta pesquisa entende partidos políticos ou organizações de Estado como organizações e regras formais como instituições. North (1990, p.3 e 5) sublinha que as organizações são grupos de indivíduos que eventualmente se associam por algum propósito comum e incluem partidos políticos, agências reguladoras, empresas, sindicatos, universidades etc. As instituições representam todo o arcabouço de regras para moldar uma sociedade. As instituições definem e limitam o conjunto de escolhas dos indivíduos e ao fornecer uma estrutura estável para interações humanas, essas instituições também reduzem incertezas, sejam políticas, sociais ou econômicas.⁴

Helmke e Levistky (2006, p.5 e 13) afirmam que essas regras formais são regras escritas/leis, compartilhadas e aplicadas por meio dos canais oficiais do Estado. Regras informais ou instituições informais, em contraste, tratam-se de regras geralmente não escritas que são aplicadas fora dos canais oficiais do Estado. Essas regras informais podem ter resultados convergentes (regras complementares ou substitutivas) ou divergentes (regras de acomodação ou concorrentes) com regras formais. Um dos pontos importantes de regras informais é que elas também envolvem punições – do mesmo modo que regras formais –, só

⁴ Escolas institucionalistas como o institucionalismo histórico, o institucionalismo sociológico e o institucionalismo de escolha racional procuram elucidar o que são instituições, para mais informações, ler Hall e Taylor (1996).

que é complexo identificar e demonstrar quais são os atores e organizações que se mobilizam. Ao tratar de democracia, esta pesquisa considera apenas regras formais.

2.2. Definição mínima de democracia

A democracia pode ser entendida como um conjunto de regras procedimentais para a formação de decisões coletivas (BOBBIO, 1997, p.64). O povo escolhe os líderes políticos que cumprem a sua vontade por meio desse arranjo institucional. A democracia não significa, entretanto, que o povo realmente governa. Mediante eleições competitivas pelos votos do eleitorado, candidatos e partidos políticos concorrentes adquirem o poder de decidir e o povo apenas aceita ou recusa os líderes que o governarão. O elemento competitivo, com isso, constitui um dos aspectos mais importantes de uma democracia (SCHUMPETER, 1961, p.300, 334 e 339).

A noção básica é que, ao gerar vencedores e perdedores temporários, as eleições cumprem a função de processar conflitos de acordo com regras institucionalizadas. Os grupos politicamente relevantes, que possuem alguma capacidade de mobilizar força, decidem se aceitam ou não os resultados eleitorais, após cada rodada eleitoral. Nesse sentido, uma eleição é um método que processa conflitos pacificamente: quando os grupos concorrentes operam dentro das regras do jogo mutuamente aceitas, quando os grupos perdedores esperam ter uma chance razoável de vencer no futuro e quando o ganho potencial de se rebelar contra os resultados eleitorais não é valorizado (PRZEWORSKI, 2009, p.26).⁵

Em parte, a sobrevivência de democracias se relaciona com essa tensão entre conflito e consenso. Não existe democracia sem conflito e sem competição institucionalizada pelo poder, só que a estabilidade política pode ser prejudicada se o conflito político for muito intenso.

⁵ Operar dentro das regras do jogo significa concordar com todas as normas eleitorais que permitem eleições livres, justas e competitivas, ao abranger: campanha eleitoral, eleições e o reconhecimento do resultado (SCHEDLER, 2001, p.71).

Assim sendo, conflito e consenso são inerentes ao regime democrático – esse paradoxo é inevitável: a democracia requer conflito, mas somente dentro de limites aceitos institucionalmente (DIAMOND, 1990, p.49). O conflito deve ser moderado em intensidade e moderado pelo consenso (ALMOND; VERBA, 1963, p.492).

A experiência histórica revela que a democracia exige tolerância mútua em disputas que seguem regras constitucionais. Um partido político tradicional, por exemplo, pode achar que outro partido de um espectro ideológico diferente tem ideias erradas sobre temas econômicos, apesar disso, existe o reconhecimento mútuo que o adversário possui o mesmo direito de competir pelo poder. A democracia corre risco se algum candidato e/ou partido pró-democrático é tratado como uma ameaça perigosa. Uma polarização política de magnitude moderada, nessa perspectiva, pode ser benéfica para a manutenção democrática, mas sociedades profundamente polarizadas em visões de mundo incompatíveis tendem a transformar partidários rivais em inimigos mortais.⁶ A rivalidade entre lados opostos é superada por percepções de ameaça existencial. Não é possível manter a tolerância, quando visões de mundo diferentes dão lugar ao partidarismo mutuamente excludente. À medida que o adversário é visto como uma ameaça existencial, a tolerância mútua desaparece e a derrota deixa de ser uma parte do processo eleitoral. A vitória de um político rotulado como desqualificado representa uma catástrofe. Isso pode encorajar saídas disruptivas, medidas que agridem instituições democráticas e o surgimento de políticos antissistema (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.87 e 97).

Dahl (1998, p.92) resume os critérios mais amplamente aceitos na literatura acadêmica para caracterizar um país como democrático. No mínimo, a democracia requer seis garantias (ou padrões básicos): representantes eleitos; eleições livres, justas, competitivas, participativas

⁶ A polarização ganha projeção por meio da interação entre campos políticos antagônicos. Em tempos atípicos, as diferenças políticas que envolvem esses campos opostos podem culminar em embates que são nocivos tanto para as relações sociais quanto para as instituições democráticas. Quando o conflito se dá de forma hostil, aflora-se ameaças, insultos, calúnias, perseguições etc. (V-DEM, 2021, p.224).

e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; liberdade para formar organizações e para aderir em organizações; e direito de voto (sufrágio universal adulto).

Tais garantias variam de país para país e integram duas dimensões teóricas: contestação pública e direito de participação. O termo contestação significa disputa e competição, de modo que um grau relativamente alto nessa dimensão caracteriza regimes competitivos. Contudo, a amplitude do direito de participação de uma população na competição também merece destaque. Sob ambas dimensões, a democracia pode ser fortemente inclusiva e mais aberta à contestação pública. É dispensável dizer que o regime democrático envolve mais dimensões, só que em termos de uma aproximação mínima e imperfeita de um tipo ideal, essa definição implica pelo menos o direito de participar e o direito de exercer oposição (Dahl, 1971, p.4, 5 e 8).

2.3. *As dimensões de uma democracia*

Em complemento ao arcabouço teórico sublinhado, Diamond e Morlino (2004, p.21) sugerem que democracias variam em qualidade de acordo com outras dimensões para além de (1) participação e de (2) competição política: (3) liberdades individuais; (4) igualdade política; (5) *accountability* vertical; (6) *accountability* horizontal; (7) capacidade de resposta do governo/*responsiveness*; e (8) Estado de direito.⁷

Em suma, (1) a dimensão de participação consagra não apenas o direito formal de participação política por meio do voto, mas também uma ampla participação cidadã em organizações da sociedade civil (CSOs, na sigla em inglês), em partidos políticos, em

⁷ A qualidade da democracia é definida na forma de qualidade de conteúdo, qualidade de procedimento e qualidade de resultado. A qualidade de conteúdo indica até que ponto os cidadãos possuem ampla liberdade (o que inclui três tipos de direitos: direitos socioeconômicos, políticos e civis) e igualdade política. A qualidade de procedimento sinaliza até que ponto os cidadãos podem julgar o desempenho do governo, de partidos políticos e de candidatos por meio de eleições. Além disso, a qualidade de procedimento avalia o grau que representantes eleitos e funcionários oficiais são responsabilizados legal e constitucionalmente por organizações. A qualidade de resultado, por fim, aponta o grau de satisfação da população em relação ao desempenho da democracia (DIAMOND; MORLINO, 2004, p.22).

discussões de *policies* públicas e assim por diante. (2) A dimensão de competição pontua que a qualidade democrática pode ser considerada alta quando existe uma competição eleitoral livre, justa e frequente entre os diferentes partidos. A competitividade varia em conformidade com o tipo de sistema eleitoral, o grau de barreiras para a formação de novos partidos, entre outras restrições legais. (3) A terceira dimensão, por seu turno, enfatiza que os direitos socioeconômicos devem garantir o direito de propriedade privada. Os direitos políticos devem englobar o sufrágio universal adulto, o direito de formar partidos políticos, o direito de fazer campanha política etc. Os direitos civis devem assegurar liberdade de expressão, pensamento e imprensa; liberdade de religião; liberdade de reunião, associação e organização; o direito ao devido processo legal para todas as pessoas, entre outros elementos. (4) A quarta dimensão se concentra na igualdade política. A igualdade nunca é perfeitamente alcançada, no entanto, uma boa democracia exige o mesmo acesso à justiça, os mesmos direitos legais e os mesmos direitos políticos para todos os cidadãos.⁸ Não se deve discriminar nenhum indivíduo ou grupo com base em orientação política, religião, etnia, gênero, posição social etc. (DIAMOND; MORLINO, 2004, p.24, 26 e 27).

A liberdade parece possível nos locais onde todos os indivíduos têm direitos políticos e civis igualmente garantidos e igualdade de acesso a esses direitos. Entretanto, essa interação entre liberdade e igualdade pode gerar tensões. O principal desafio de um sistema democrático é encontrar um equilíbrio entre tais princípios – cada democracia atribui um peso diferente para ambos. Nesse sentido, as próximas dimensões são de (5) *accountability* política e (6) legal. A democracia depende fortemente do controle político e jurídico que é exercido tanto vertical quanto horizontalmente. A *accountability* vertical do governo funciona por meio de eleições

⁸ O princípio de igualdade política visa uma participação inclusiva de todas as pessoas na esfera pública. Essa igualdade de condições de participação pressupõe: o direito de voto secreto, o direito de o eleitor eleger o governo direta ou indiretamente e o direito de ser eleito para um cargo público (LIJPHART, 2012, p.48). Ao mesmo tempo, na formação de uma democracia política ainda é imprescindível instituir uma legislação eleitoral, o acesso irrestrito à informação, entre outros fatores. (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986, p.8 e 9).

que permitem ao conjunto da sociedade tomar decisões que equilibram liberdade e igualdade. Esse monitoramento é complementado pela *accountability* horizontal que é exercida pelo controle recíproco de poderes constitucionais e através de redes de organizações autônomas que se restringem mutuamente (BÜHLMANN et al., 2012, p.521 e 522).⁹

Em outras palavras, a dimensão de *accountability* vertical ressalta que os representantes eleitos devem responder por suas decisões políticas sempre que solicitado pelos cidadãos. Exige-se uma prestação de contas do titular eleito com base em atos praticados ao longo de seu mandato – os eleitores podem julgar o desempenho de candidatos e de partidos políticos por intermédio de eleições. Ademais, a mídia e o conjunto da sociedade civil precisam ter proteções legais contra intimidações ou represálias do Estado para promover permanentemente o seu direito de monitoramento, questionamento e cobrança. Já a *accountability* horizontal prevê o funcionamento de freios e contrapesos entre organizações que são independentes do governo. Representantes eleitos e funcionários oficiais devem responder por suas decisões políticas sempre que solicitado por organizações com autoridade legal para o exercício de controle (DIAMOND; MORLINO, 2004, p.25 e 26).

Na prática, a *accountability* horizontal exige uma oposição no parlamento e outros órgãos intermediários que possam se mobilizar para prevenir e punir os atos ilegais ou omissões de políticos e de funcionários públicos. A independência do Judiciário ainda deve ser garantida para que o sistema jurídico seja imune de influências políticas e econômicas do Executivo, do Legislativo e do setor privado – o Judiciário não promove interesses corporativos; enquanto organização, o Judiciário é o guardião de regras. Os tribunais devem aplicar o ordenamento

⁹ Por *accountability*, entende-se que os líderes políticos eleitos precisam responder por suas decisões quando solicitado por eleitores e organizações. A *accountability* tem características principais: informação, justificativa e punição/recompensação. Para atribuir *accountability* é indispensável informações sobre os atos políticos de um determinado governante. O segundo aspecto é a justificativa fornecida pelo titular do governo sobre suas ações. Após uma avaliação de informações e justificativas, os eleitores ou organizações tomam decisões que podem punir ou favorecer o governante (MORLINO, 2004, p.17).

jurídico de modo imparcial e assumir a responsabilidade em caso de erro. A autoridade de um juiz também precisa ser acompanhada por tribunais superiores, promotores, advogados de defesa, policiais e assim por diante (O'DONNELL, 2004, p.37 e 44).

(7) Ao estimar a percepção de pessoas sobre o desempenho da democracia, a sétima dimensão ressalta a capacidade do governo de traduzir preferências, uma vez agregadas, em *policies* públicas, projetos, instituições formais etc. Uma performance bem avaliada pode melhorar o nível de legitimidade do regime.¹⁰ (8) O Estado de direito, finalmente, trata-se de uma base comum entre todas essas dimensões de qualidade da democracia. Um Estado de direito frágil é sinônimo de participação suprimida; competição injusta; liberdades enfraquecidas; abuso de poder; maiores dificuldades para responsabilizar os governantes; e legitimidade instável. Sob um Estado de direito robusto, as leis tendem a ser universais, conhecidas publicamente, estáveis e aplicadas em todos os cidadãos de forma justa. Isso reforça a autoridade de organizações, os procedimentos e as regras do jogo democrático (DIAMOND; MORLINO, 2004, p.23 e 28).

Então, o sistema legal tem uma conexão íntima com a manutenção da democracia – a elaboração de leis deve ser regulamentada por regras públicas, gerais e previamente estabelecidas, permitindo previsibilidade nas interações entre os indivíduos. Procedimentos legalmente formalizados de revisão também são relevantes para assegurar uma relação de correspondência entre normas e democracia. O real significado das leis em seu conteúdo e aplicação é definido pelas interpretações dominantes que ganham projeção no âmbito doméstico. Em razão disso, o Estado de Direito admite um horizonte de mudanças e as lutas

¹⁰ Os assuntos públicos dependem do consentimento dos governados. Por intermédio de consultas aos cidadãos sobre *policies*, por exemplo, canaliza-se reivindicações populares que são importantes para caracterizar um regime democrático (TILLY et al., 2020, p.15).

pela aquisição de novos direitos ou pela reinterpretação dos existentes são intermináveis (O'DONNELL, 2004, p.33, 35 e 43).

A qualidade de democracias difere conforme os pesos que os países atribuem para cada uma dessas oito dimensões. Capturar essas variações requer indicadores que revelem o grau que cada dimensão está presente. Não há dúvida que é difícil detectar o grau de cada dimensão ou talvez mensurar inequivocamente o lugar que termina uma dimensão e começa outra. Existe uma interação entre elas que exhibe junções complementares ou tensões de difícil conciliação. Por exemplo, há uma ligação densa entre competição política e *accountability* horizontal – uma garantia importante para a competitividade é uma comissão eleitoral independente e com autoridade. Apesar disso, as descrições elencadas cumprem um papel relevante para ajudar distinguir: democracias eleitorais e democracias liberais (DIAMOND; MORLINO, 2004, p.22, 24 e 29).

2.4. *Classificação de regimes políticos*

Uma questão que interessa esta pesquisa é: frequentemente, a literatura de economia política sobre estabilidade democrática e sobre transições democráticas não se preocupa com distinções teóricas entre democracias eleitorais e liberais. Embora os modelos econométricos sejam excelentes, a inconclusividade de muitas investigações empíricas pode ter relação com essa falta de diferenciação (MUKAND; RODRIK, 2020, p.36).

A maioria dos estudiosos acadêmicos que busca definir e medir a democracia, classifica os regimes políticos em categorias. A tarefa de especificar quais regimes são democracias e quais não são depende de um ponto de corte/*cutoff* arbitrário, bem como de medições de variáveis. Os elementos que constituem o regime democrático, por sua parte, variam em um *continuum*. Essa variação contínua dificulta o trabalho de codificadores, em termos de classificar os regimes que fazem parte de categorias intermediárias, também chamadas de zona

cinzenta. Os países dessa zona cinzenta desafiam classificações binárias de democracia e não-democracia. Por exemplo, muitos Estados têm sistemas de competição multipartidária, mas mesmo assim não podem ser considerados democráticos. Em vista disso, índices elaborados para estimar variáveis-chave sempre tomam decisões difíceis, e muitas vezes ocorrem desacordos sobre como medir o regime democrático. Uma das consequências desses desacordos é o surgimento de inúmeros índices – Polity5, Freedom House e V-Dem são alguns exemplos (DIAMOND, 2015, p.143).

Ao longo de um *continuum* com o autoritarismo em um extremo e democracias avançadas em outro, Schedler (1998, p.92) indica quatro categorias de regimes políticos: autoritarismo, democracia eleitoral, democracia liberal e democracia avançada. Esta pesquisa sugere uma reformulação dessas categorias, segundo os dados do projeto V-Dem, para que elas reflitam com mais precisão os regimes existentes na atualidade. Entretanto, esta pesquisa mantém a lógica que sustenta o *continuum* por trás da classificação produzida por Schedler (1998).

Dessa forma, apoiada em dados do V-Dem, esta pesquisa sugere uma classificação que destaca quatro tipos de regimes (Lührmann et al., 2018, p.283): autocracias fechadas, autocracias eleitorais, democracias eleitorais e democracias liberais.

(0) a autocracia fechada não promove eleições multipartidárias para o Chefe do Executivo ou para a formação de uma legislatura;

(1) a autocracia eleitoral promove eleições multipartidárias para o Chefe do Executivo e para formar uma legislatura, porém, as eleições não são livres e nem justas – o nível de fraude

eleitoral é significativo.¹¹ Nesse sentido, a autocracia eleitoral não cumpre os pré-requisitos institucionais mínimos que são defendidos por Dahl;

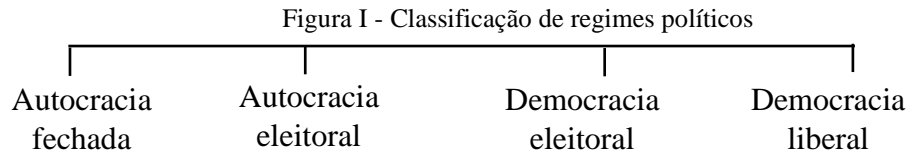
(2) em uma democracia eleitoral, por outro lado, as eleições multipartidárias para o Chefe do Executivo e para a legislatura são livres, justas, competitivas, participativas e frequentes. No entanto, os princípios liberais tendem a ser frágeis, como por exemplo: restrições judiciais e legislativas sobre o Executivo (*accountability* horizontal), o Estado de Direito, o *enforcement* de leis, o respeito pelas liberdades individuais e o acesso à justiça;

(3) a democracia liberal, para terminar, assegura não apenas os pré-requisitos institucionais mínimos que são apontados por Dahl, mas também os princípios liberais: as eleições multipartidárias para o Chefe do Executivo e para a legislatura são livres, justas, competitivas, participativas e frequentes. Ao mesmo tempo, a dimensão de *accountability* horizontal, o Estado de Direito, o *enforcement* de leis, o respeito pelas liberdades individuais e o acesso à justiça tendem a ser garantidos.

Em termos normativos, baseando-se em Schedler (1998, p.93), tal classificação quádrupla de categorias amplas ordenam o universo semântico de sistemas políticos e seus subtipos, ao longo de um *continuum* com autocracias fechadas em um extremo e democracias liberais em outro. A Figura I apresenta essa classificação graficamente. Da esquerda para a direita, o contínuo aperfeiçoamento, rumo democracias liberais de alta qualidade, forma o horizonte que os democratas tanto em democracias eleitorais como em democracias liberais tentam alcançar. Enquanto que da direita para a esquerda, autocracias fechadas e autocracias

¹¹ Autocracias eleitorais também podem ser chamadas de regimes autoritários competitivos. Em governos desse subtipo, eleições competitivas pelo poder convivem com abusos que favorecem os governantes titulares. Governos autoritários competitivos manipulam os resultados eleitorais, controlam a mídia, orquestram o assédio de líderes da oposição e muitas vezes prendem opositores. Alguns casos desse subtipo de regime na década de 1990 incluem Geórgia, Moldávia, Ucrânia, México, Peru, entre outros (Levitsky; Way, 2005, p.20 e 31).

eleitorais representam o horizonte negativo que os democratas tanto em democracias eleitorais quanto em democracias liberais procuram evitar.



Os estudiosos que analisam o aperfeiçoamento de democracias eleitorais e de democracias liberais equiparam a consolidação democrática com dois fatores: o fornecimento de características que faltam para democracias eleitorais se tornarem democracias liberais; ou o aprofundamento da qualidade de democracias liberais estabelecidas para se tornarem cada vez mais avançadas. Os estudiosos que avaliam o declínio de democracias liberais e de democracias eleitorais para autocracias eleitorais ou autocracias fechadas, equiparam a consolidação democrática com evitar uma "morte rápida" da democracia (colapso abrupto) ou uma "morte lenta" da democracia – erosão gradual da qualidade democrática (SCHEDLER, 1998, p.93).

Portanto, os processos de consolidação da democracia envolvem duas abordagens teóricas: os pesquisadores que exploram o aperfeiçoamento da democracia, concentram-se em avanços democráticos em direção a uma democracia liberal de alta qualidade. A consolidação é definida em termos de alcançar níveis superiores de qualidade institucional e organizacional. Ao passo que os pesquisadores que investigam a sobrevivência e a durabilidade da democracia, concentram-se na estabilidade do regime. O que significa dizer que a consolidação é definida em termos de continuidade – o objetivo normativo é focar os determinantes de estabilidade que evitam o colapso (SCHEDLER, 2001, p.66 e 67).

Então, a categoria de democracia eleitoral e o subcampo de estudos sobre estabilidade democrática são os referentes que orientam o desenvolvimento desta pesquisa. Mas antes de

avançar uma breve descrição quanto ao arcabouço teórico sobre estabilidade, cabe explorar algumas características de democracias eleitorais com mais atenção.

2.5. *Democracia eleitoral e democracia liberal*

Empiricamente, é complexo identificar se um país é uma democracia eleitoral ou uma autocracia eleitoral. Os estudiosos precisam estar atentos com os seguintes atributos: em democracias eleitorais, o líder eleito para liderar o governo, usualmente, baseia-se na premissa de que ele o tem direito de governar sem restrições.¹² Na prática, todavia, essa liderança é limitada por um mandato constitucional e pelas relações de poder existentes. Já que existem dificuldades para formar uma coalizão legislativa estável; os cidadãos, os políticos, os partidos e a imprensa geralmente expressam suas percepções e críticas; do mesmo modo, o Legislativo e os tribunais, uma vez ou outra, bloqueiam *policies* e decretos inconstitucionais. Embora seja um subtipo de democracia, a democracia eleitoral pode ser considerada democrática. O esforço para distinguir esse regime semidemocrático (ou esse tipo mínimo de democracia) de uma democracia liberal passa por dois fatores: (1) a democracia eleitoral é fortemente majoritária e (2) a dimensão de *accountability* horizontal é frágil (O'DONELL, 1994, p.60 e 61).

No que se refere ao primeiro fator, durante os séculos XIX e XX, articulações de grupos contra o poder de elites se manifestaram sob eventos históricos importantes como industrialização, guerras mundiais e descolonização. A ameaça de revolução incentivou acordos políticos entre massas organizadas e elites poderosas. O sufrágio universal foi adotado em troca de não expropriar os proprietários. Contudo, tal acordo político muitas vezes excluiu minorias sem recursos (como elites) ou números (como massas mobilizadas). Ao receber um tratamento preferencial do Estado, em termos de *enforcement* de leis, acesso à educação e outros bens públicos, essa massa mobilizada muitas vezes incentivou a manutenção de uma

¹² O'Donell (1994) chama democracias eleitorais de democracias delegativas. Para facilitar a compreensão, esta pesquisa optou por manter o primeiro termo.

democracia eleitoral em detrimento de uma democracia liberal (MUKAND; RODRIK, 2020, p.3).

Dito de outra forma, democracias eleitorais se fundamentam em eleições. As eleições tendem a ser limpas e elas são importantes pela simples razão de que, uma maioria escolhe um líder para governar e essa mesma maioria constitui o alicerce que ampara o mito de uma delegação legítima. A liderança política que conquista a maioria do eleitorado é projetada como a personificação da nação e como o intérprete legítimo de interesses nacionais. A delegação dessa personificação da nação, associada a um corpo político em desordem, alimenta uma narrativa de que o líder eleito e seus conselheiros não são apenas os mais aptos (e os mais confiáveis), mas também possuem o direito de administrar quaisquer medidas para conduzir o país (O'DONELL, 1994, p.60).

Nesse sentido, é possível destacar três componentes formadores de nossas democracias capitalistas modernas: (a) direitos de propriedade, (b) direitos políticos e (c) direitos civis. Tais componentes, introduzidos na dimensão de liberdades individuais do subitem anterior, apontam que os direitos de propriedade protegem contra a expropriação; os direitos políticos garantem eleições livres, justas, competitivas, participativas e regulares; os direitos civis, por fim, asseguram igualdade perante a lei e também a não discriminação do Estado na provisão de bens públicos, em questões como educação, saúde, segurança etc. Outro ponto é que cada um desses direitos tem um beneficiário identificável: os direitos de propriedade são principalmente importantes para a elite, as massas (ao representar uma maioria) é beneficiada pelos direitos políticos e os direitos civis protegem minorias (minorias étnicas, religiosas, ideológicas, políticas, entre outras). Acerca de regimes políticos, autocracias fechadas e eleitorais tendem a proteger apenas os direitos de propriedade, democracias eleitorais tendem a proteger tanto os direitos de propriedade quanto os direitos políticos, enquanto democracias liberais tendem a proteger os três conjuntos de direitos. Dessa maneira, uma das características distintivas de

democracias liberais ganha projeção através de restrições legais que são impostas aos governantes, visando garantir igualdade de tratamento de todos os cidadãos pelo Estado. A democracia eleitoral, em oposição, é majoritária e muitas pessoas (que fazem parte de grupos minoritários) sofrem rotineiramente violações de direitos civis (MUKAND; RODRIK, 2020, p.2).

Com relação ao segundo fator, a literatura sugere que a prestação de contas é fundamental. Durante eleições, ao responsabilizar os representantes eleitos por suas ações, a dimensão de *accountability* vertical existe em democracias liberais e em democracias eleitorais. Mas sob democracias liberais, a dimensão de *accountability* que envolve o governo eleito não ocorre apenas verticalmente: a dimensão de *accountability* horizontal é uma característica distintiva da democracia liberal. Em um grau relativamente alto, organizações como tribunais e legislaturas questionam, investigam e punem formas impróprias de descumprimento de responsabilidades de qualquer representante eleito ou funcionário oficial. O fato relevante é que essa dimensão é fraca ou inexistente em democracias eleitorais. Considera-se que a prestação de contas para o Judiciário e o Legislativo é um incômodo que prejudica o desempenho da autoridade de um representante que foi delegado por uma maioria. Por conseguinte, de diversas maneiras, as lideranças eleitas procuram dificultar o trabalho e o desenvolvimento dessas organizações (relativamente autônomas) de *accountability* horizontal (O'DONELL, 1994, p.61).

2.6. Estabilidade política de uma democracia

Uma análise de transição democrática pode tentar registrar o mecanismo pelo qual regras autoritárias são transformadas em democráticas, enquanto uma investigação sobre a estabilidade da democracia precisa capturar até que ponto os ganhos democráticos são mantidos ao longo do tempo – o processo de durabilidade de regras. Com essa conceitualização, os

estudiosos da democracia podem se concentrar tanto no tema das origens da democracia quanto no de sua estabilidade (MUNCK, 2001, p.130 e 142).

No que diz respeito ao subcampo de estudos sobre estabilidade da democracia, o ponto importante é que uma democracia consolidada não é uma condição estática – uma democracia consolidada não é uma condição permanente. Pelo contrário, uma democracia pode se desestabilizar e passar por períodos de desdemocratização, mesmo que o seu nível de democratização seja mais sólido ou menos sólido (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986, p.8 e 9).¹³

Tilly (2003, p.37) pontua que reversões de regimes democráticos para não democráticos ocorrem com frequência historicamente. Durante o século XX, pode-se mencionar Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru, Uruguai, entre outros. Após o desmantelamento dos antigos territórios da URSS e do Pacto de Varsóvia, os níveis de democracia conquistados inicialmente pelos Novos Estados Independentes (NIS, na sigla em inglês) acabaram retrocedendo na Rússia, Bielo-Rússia etc.

Huntington (1993, p.16) destaca três ciclos de democratização que foram seguidos por declínio: primeira onda de democratização (1828-1926); primeira onda de reversão de regimes democráticos (1922-1942); segunda onda de democratização (1943-1962); segunda onda de reversão (1958-1975); e terceira onda de democratização (1974). Mainwaring; Gervasoni; Espanã-najera (2016, p.9) afirmam que essa última onda perdurou até 1994. Mais recentemente, outro ciclo de declínio ganhou projeção, ao abranger países como Polônia, Hungria, Brasil e assim por diante (V-DEM, 2021).

¹³ Embora seja difícil especificar quais instituições, organizações, regras e procedimentos são mais democráticos ou menos democráticos – sem considerar o contexto histórico ou particularidades domésticas –, reversões democráticas podem acontecer (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986, p.8 e 9).

A perspectiva, desse jeito, é que períodos de recessões democráticas ou reversões de regimes democráticos liberais e eleitorais para autocracias eleitorais e fechadas continuam sendo uma possibilidade em todo o mundo. É indispensável estar sempre atento com instabilidades que possam culminar em declínios. Mesmo que não exista um limiar preciso de mudanças para distinguir cenários de colapso. Mesmo que não exista uma métrica geral, direta e replicável para determinar o tempo médio de estabilidade institucional de uma democracia.

O propósito de estudos sobre estabilidade da democracia é avaliar até que ponto um regime democrático está razoavelmente seguro do colapso. O eixo de investigação se concentra em registros passados de estabilidade democrática e/ou em expectativas de continuidade futura do regime – a partir de dados passados e presentes, a título de exemplo, há a possibilidade de projetar tendências para o futuro. As teorias de estabilidade oferecem três abordagens básicas, em termos de (1) perspectivas de atores políticos (percepções, expectativas ou preferências); (2) comportamentos observáveis de atores políticos (violações explícitas de regras e uso de violência); ou (3) contextos institucionais e socioeconômicos. As três abordagens não são exaustivas, mas indicam pontos de partida úteis (SCHEDLER, 2001, p.67 e 69).

A análise de perspectivas se fundamenta em dados que refletem percepções sobre o desempenho da democracia, expectativas de continuidade futura da democracia ou preferências de regimes políticos. Através de pesquisas de opinião pública (*Latinobarómetro*, *New Democracies Barometer* etc.), por exemplo, é possível identificar tendências em populações de modo geral – o levantamento estatístico busca detectar o grau de legitimidade do regime existente. Evidências empíricas sugerem que o apoio popular de massas é ambíguo: democracias podem sobreviver mesmo sob baixos níveis de apoio. Porém, o amplo apoio reduz incertezas e transforma eventuais embates conflituosos em interações mais convergentes para superar crises à medida que são desencadeadas. Também existe uma preocupação em detectar tendências em elites políticas. A literatura acadêmica sinaliza que, ao contar com o apoio de

todos os atores políticos significativos, democracias tendem a perdurar. Isso significa que nenhum ator politicamente importante pode desafiar a legitimidade do status quo democrático, segundo suas percepções e preferências (SCHEDLER, 2001, p.75 e 78).

A análise de discurso é uma maneira de detectar percepções, expectativas ou preferências em elites políticas. Esse tipo de análise aparece como uma ferramenta metodológica que incorpora técnicas para tentar entender ou interpretar textos e discursos, localizados em complexas estruturas históricas, sociais e políticas (HARDY; HARLEY; PHILLIPS, 2004, p.19). Com frequência, o discurso autoritário que desafia a democracia é promovido por figuras *outsiders* ou por políticos de dentro do sistema que se projetam como *outsiders*. Os *outsiders* se autointitulam representantes do povo, contra uma elite corrupta e antipatriótica – nega-se a legitimidade de outros candidatos e/ou de partidos políticos. Perante essa elite que é descrita como corrompida, a figura *antiestablishment* promete dizimá-la e restaurar a ordem e o poder sob o povo. Tal discurso não deve ser ignorado. Ao vencer eleições, o político autoritário procura subverter instituições democráticas. Na América Latina, por exemplo, cinco presidentes eleitos entre 1990 e 2012 se articularam nesse sentido. Antes de deteriorar a democracia, Alberto Fujimori, Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez e Rafael Correa ganharam projeção com esse discurso *antiestablishment*. Mais recentemente, Jair Bolsonaro empregou tal estratégia no Brasil (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.24).

Em segundo lugar, o comportamento explícito de atores é outro caminho teórico para mensurar a probabilidade de sobrevivência de democracias. Os atores pró-democráticos lutam para preservar a democracia e para neutralizar os antidemocratas que tentam subvertê-la. O intuito é alcançar interesses particulares dentro de instituições mutuamente aceitas sob o domínio de um único jogador, os democratas. A expectativa de que os atores cumprirão regras em um futuro próximo de competição política ainda alimenta um processo gradual de consolidação comportamental que fortalece o regime democrático. A expectativa de

estabilidade futura se relaciona com essa ausência de comportamento antidemocrático – a conduta passada e atual proporciona previsibilidade sobre ações futuras. O comportamento desleal de atores políticos, por outro lado, pode gerar sérios desafios.¹⁴ O comportamento isolado pode ter pouco impacto, mas a democracia corre perigo, à medida que práticas desleais se tornam recorrentes e imunes de perseguições legais. As violações explícitas de instituições democráticas ou o uso de violência para atingir objetivos políticos são sinais inequívocos de que atores estão engajados em ações antidemocráticas.¹⁵ O uso da força é evidente por meio de ataques contra a liberdade; ataques contra a integridade física de adversários políticos; tentativas de derrubar representantes eleitos; motins violentos etc. Alguns exemplos de violações de regras ocorrem em momentos que o Executivo ignora decisões da Suprema Corte ou do Congresso. O Executivo também pode tentar expandir os seus poderes, ao mesmo tempo que enfraquece outras organizações com autoridade de controle. Episódios não menos importantes se manifestam com partidos políticos e/ou candidatos que: mobilizam (ou incentivam) protestos antidemocráticos; não aceitam os resultados de eleições democráticas; tentam controlar o processo eleitoral, alegando fraude, independente da real incidência de irregularidades, entre outras transgressões (SCHEDLER, 2001, p.70, 71 e 72).

Assim, os estudiosos dessa linha de pesquisa defendem que a democracia não está segura até que os democratas tenham neutralizado os desafios antidemocráticos. A responsabilidade de isolar figuras autoritárias cabe aos partidos políticos. Mesmo que o político antidemocrata aponte popularidade e potencial para atrair votos, os partidos tradicionais devem mantê-lo fora de chapas eleitorais – nomeações para cargos de revelo devem ser igualmente

¹⁴ Para mais informações sobre comportamento desleal, ler Linz (1978, p.27).

¹⁵ Existe um teste para ajudar a reconhecer comportamentos antidemocráticos. Em síntese, o político autoritário: (1) rejeita regras democráticas (ou estabelece um compromisso fraco com instituições); (2) nega a legitimidade de adversários políticos; (3) encoraja atos violentos; (4) e incentiva medidas para restringir liberdades civis (incluindo oponentes e mídia). Caso um político se enquadre em um desses quatro sinais de alerta, os democratas devem se preocupar. Para mais informações sobre esses indicadores-chave, ler Levitsky e Ziblatt (2018, p.25).

evitadas. Forças extremistas precisam ser sistematicamente isoladas, enfraquecidas e eliminadas. Isso significa que os políticos democratas não podem conferir legitimidade pública aos autoritários por meio de declarações, comícios ou campanhas conjuntas. Outro elemento obrigatório é que os democratas não devem firmar qualquer aliança com antidemocratas para conquistar mais votos ou formar governos. Quando radicais emergem como candidatos competitivos em época de eleições, os partidos tradicionais de espectro ideológico diferente devem se alinhar para proteger a democracia. Nessas situações, a estabilidade de democracias eleitorais e liberais depende de uma frente única entre adversários que são comprometidos com instituições democráticas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p.26).

A terceira lente teórica, por último, agrupa os trabalhos acadêmicos que avaliam o impacto de contextos institucionais ou socioeconômicos na estabilidade de regimes. A ideia é que o contexto institucional, econômico ou social pode moldar tanto os comportamentos quanto as preferências de atores através de incentivos e restrições (SCHEDLER, 2001, p.80 e 81).

A agenda de pesquisa de força institucional, por exemplo, é conceituada em termos de estabilidade de instituições e de *enforcement* de regras. À medida que instituições sobrevivem aos processos de mudanças de preferências de atores que as projetaram e mudanças na distribuição de poder, elas são consideradas estáveis. Os atores políticos desenvolvem expectativas de estabilidade com base na premissa de que as regras formais aceitas e praticadas continuarão existindo futuramente. Ou seja, instituições restringem escolhas e funcionam como uma contenção para substituições institucionais frequentes ou mudanças institucionais abruptas. Para definir estabilidade, todavia, também é importante especificar o que se entende por instabilidade: em países onde as regras formais são repetidamente substituídas, os atores tendem a desenvolver expectativas de instabilidade. Isso gera resistência para os atores aderirem em instituições. Em um contexto de instabilidade persistente, é menos provável que os atores invistam em regras formais. Os atores podem investir mais em organizações não-

partidárias, redes clandestinas, autoridades religiosas ou militares que aumentam sua capacidade de mobilização. Por outro lado, cabe enfatizar que nem todos os casos de mudança institucional são enquadrados como indicativos de instabilidade – afinal, as regras mudam. Por exemplo, se o país A teve três constituições diferentes entre 1980 e 2022, enquanto o país B teve apenas uma nesse mesmo período, a constituição do país A pode ser considerada menos estável do que do país B. Sendo assim, a instabilidade é melhor entendida como um padrão no qual uma regra muda com maior frequência (LEVITSKY; MURILLO, 2009, p.117 e 123).

O *enforcement* envolve punição, prisão, multa e promoção de incentivos para moldar comportamentos. Como esse elemento da força institucional faz referência ao grau que instituições são cumpridas na prática para os fins que foi projetada, o *enforcement* de uma regra é alto quando ela é cumprida rotineiramente. Entretanto, a medição do *enforcement* de uma regra pode ser complexa. Existem casos facilmente observáveis de violações não sancionadas – quando envolvem cortes judiciais superiores, por exemplo –, só que algumas infrações não são tão visíveis, como violações de leis de financiamento de campanha (LEVITSKY; MURILLO, 2009, p.129). Dito de outra forma, a agenda de pesquisa de força institucional se baseia nesses dois elementos de estabilidade e de *enforcement*, de modo que ambos podem ser combinados em quatro tipos ideais, conforme ilustra a tabela II.

Tabela II - Elementos de força institucional

		<i>Enforcement</i>	
		Alto	Baixo
Estabilidade	Alta	Instituições formais fortes	Instituições formais estáveis, mas fracamente <i>enforced</i>
	Baixa	Instituições formais <i>enforced</i> , mas instáveis	Instituições formais fracas

Fonte: LEVITSKY; MURILLO (2009)

Levitsky e Murillo (2009, p.118, 120 e 124) ressaltam que 1) o primeiro tipo ideal é de instituições estáveis e *enforced*. Esse tipo ideal caracteriza instituições fortes ou casos puros de força institucional. Ex.: um país pode impor e sustentar a proibição de reeleição presidencial durante vários governos diferentes. 2) O segundo tipo ideal é de instituições *enforced*, mas

instáveis. Nesse cenário as regras formais são seguidas, só que elas acabam sendo modificadas frequentemente e isso prejudica o desenvolvimento de expectativas compartilhadas que se ancoram no comportamento passado de atores. Ex.: nos anos de 1990, a Polônia teve quatro leis eleitorais diferentes – cada eleição foi precedida por uma disputa entre os partidos políticos para modificar regras eleitorais. 3) O terceiro tipo ideal é de instituições estáveis, mas não *enforced*. Nesse contexto, as regras existem, mas são ignoradas e servem como *window-dressing*. Ex.: no mundo em desenvolvimento, frequentemente, regras informais coordenam o jogo político, enquanto instituições *window-dressing* são adotadas em resposta de demandas domésticas ou internacionais – para um efeito de sinalização. Uma dependência de assistência internacional pode criar incentivos para tal. 4) O quarto tipo ideal é de instituições que não são estáveis nem *enforced*. Aqui, as regras existem, embora sejam fracamente aplicadas – as instituições não restringem os atores, nem moldam os comportamentos. O acoplamento entre o comportamento real e uma determinada regra é mais frágil e pode ser caracterizado como um caso puro de fraqueza institucional. Ex.: o país não implementa totalmente uma constituição, tal regra é abolida e diversas constituições sucessoras também são rapidamente descartadas. Conseqüentemente, a fraqueza institucional aumenta a incerteza, ao mesmo tempo que desencadeia mudanças repetidas ou radicais – mudanças repetidas podem assumir a forma de colapso.

A tipologia de padrões institucionais é útil para o pesquisador tentar mensurar a força institucional de instituições. Para além dessas instituições formais, responsáveis por encorajar, desencorajar ou restringir comportamentos, o contexto socioeconômico também tende a ter um efeito significativo na durabilidade de democracias: seja o nível de desenvolvimento econômico, comumente medido pela renda per capita; ou o grau de desigualdades econômicas e sociais, responsáveis por dificultar o exercício de direitos constitutivos da cidadania democrática (ex.: aqui, o Índice de Gini é uma medida comum) (SCHIEDLER, 2001, p.80).

Entre as três teorias de estabilidade descritas até então, esta pesquisa faz parte dessa terceira abordagem sobre o impacto do contexto econômico na democracia. Mais informações se encontram na seção sobre Crescimento Econômico e Estabilidade Democrática.

2.7. O critério de seleção de casos de novas democracias

Com relação ao critério de seleção de casos, esta pesquisa inclui: (1) novas democracias eleitorais pós-segunda onda democrática que fazem parte tanto da América Latina quanto da Europa Oriental; (2) com pelo menos 1 milhão de habitantes; e (3) que passaram por pelo menos quatro eleições consecutivas para a câmara baixa entre 1980 e 2022.¹⁶ Com isso, autocracias que não experimentaram transições democráticas não fazem parte da amostra.¹⁷

As estimativas são centradas somente em países pós-segunda onda democrática que fazem parte da América Latina e do leste europeu em razão de um critério básico: em análises, Rueschemeyer (2004, p.76 e 88) recomenda separar democracias estabelecidas e ricas de democracias recém-estabelecidas e mais pobres. A distância entre o ideal e o real varia muito entre os países e ao longo de períodos históricos – quando se pretende comparar democracias, níveis de igualdade econômica etc.

Como destacado na subseção sobre Estabilidade política de uma democracia, existem três ciclos de democratização: primeira onda de democratização (1828-1926); segunda onda de democratização (1943-1962); e terceira onda de democratização (1974-1994). Esta pesquisa, seleciona os países pós-segunda onda, de acordo com os requisitos que fundamentam o banco de dados *political institutions and political events* (PIPE, 1946-2008). Como o PIPE fornece informações até 2008, utiliza-se uma nova expansão desse conjunto de dados, chamada

¹⁶ Um sistema partidário tende a ser institucionalizado quando os padrões eleitorais são estáveis por pelo menos quatro eleições consecutivas (MAINWARING, 2018, p.32).

¹⁷ Do ponto de vista institucional e organizacional, democracias e não democracias são muito diferentes. Eleições que eventualmente acontecem sob não democracias, por exemplo, podem produzir estimativas tendenciosas porque os regimes autoritários favorecem o partido do governo e geralmente limitam um potencial processo de instabilidade eleitoral, por exemplo (MAINWARING, GERVASONI E ESPANÁ-NAJERA, 2016, p.3).

Bjørnskov-Rode regime data, v.3.2 (2020). Nesse sentido, para fazer parte da amostra desta pesquisa, os países que passaram por pelo menos quatro eleições consecutivas para a câmara baixa (entre 1980 e 2022) terão de ser considerados democracias, a partir de informações fornecidas por essas duas bases de dados.

Segundo Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010, p.68, 69 e 71), o conjunto de dados do PIPE cobre 199 países desde 1946 e apresenta uma classificação sêxtupla: democracias parlamentares, presidencialistas ou mistas; e ditaduras monárquicas, militares ou civis. Enfatiza-se essa distinção entre categorias, a partir de dois critérios, em que (1) os cargos executivos e legislativos são preenchidos por meio de eleições contestadas; e (2) procura-se identificar quais organizações são capazes de destituir o governo do poder. Essencialmente, esses autores oferecem critérios operacionais, objetivos e reproduzíveis que estão enraizados em características introduzidas por Przeworski (1991):

Em primeiro lugar, destaca-se que o chefe do Executivo e o corpo legislativo representam cargos que devem ser preenchidos por meio de eleições contestadas – isso significa que deve existir uma oposição que tem alguma chance de ganhar eleições.¹⁸ A partir daí, a democracia envolve três características que se reforçam: (a) incerteza ex ante, (b) irreversibilidade ex post e (c) repetibilidade. Ou seja, o resultado de uma eleição não é conhecido antes de sua realização, o vencedor assume o cargo e as eleições acontecem em intervalos regulares. Em vista disso, se um governante chega ao poder segundo uma eleição contestada, mas ele elimina essa regra durante o mandato, o seu governo é classificado como

¹⁸ O essencial é abordar dois elementos teóricos de democratização: (1) cargos e (2) contestação. (1) O ponto é que dois tipos de cargos governamentais precisam ser preenchidos direta ou indiretamente como consequência de eleições contestadas: o chefe do Executivo e os assentos no órgão Legislativo. (2) A contestação pública, por seu lado, acontece quando existe oposição. Dessa forma, a oposição é um dos elementos definidores de uma democracia (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997, p.178).

não democrático, uma vez que viola a condição de repetibilidade. Essa definição operacional, ainda assim, precisa cumprir os requisitos estipulados em quatro regras.

1. O chefe do Executivo deve ser escolhido por um órgão eleito pelo povo ou através de eleição popular;
2. A legislatura deve ser escolhida por eleição popular;
3. Mais de um partido deve competir em eleições;
4. Deve ocorrer uma alternância de poder entre governos de acordo com as mesmas regras eleitorais que permitiram a posse do titular anterior.

Em segundo lugar, democracias podem ser distinguidas por sua forma de governo. O ponto primordial é identificar se no decorrer de um mandato constitucional, o Executivo pode ser destituído ou não pela Assembleia Legislativa – a forma de governo depende da relação entre o governo e a assembleia. Outra questão é verificar se existe ou não um Chefe de Estado que é eleito pelo voto popular e com um mandato fixo – ou seja, o titular serve por um prazo determinado. Sendo assim, (a) os sistemas em que os governos podem ser removidos pelo Legislativo e o Chefe de Estado não é eleito popularmente são parlamentares; (b) os sistemas em que apenas o presidente pode remover o governo são presidenciais; e (c) o sistema em que a legislatura pode remover o governo e existe um Chefe de Estado eleito diretamente é misto (CHEIBUB; GANDHI; VREELAND, 2010, p.80, 81 e 97).

Formalmente, nessa perspectiva, a responsabilidade de uma assembleia pode afetar a sobrevivência de governos. Em sistemas parlamentares, por exemplo, o governo depende de um voto de confiança do Legislativo para sobreviver. Como o primeiro-ministro depende do Legislativo para a manutenção do seu cargo, o sistema exige uma confiança mútua, já que um voto de desconfiança pode destituir o governo. Quando isso acontece, um novo governo pode ser formado a partir da distribuição existente de cadeiras legislativas ou novas eleições são realizadas e uma nova distribuição de cadeiras tenta formar um governo viável. Esse mecanismo

de remoção não existe em sistemas presidenciais. No presidencialismo, o Legislativo e o Executivo são relativamente independentes um do outro. O Chefe de Governo pode ou não ser escolhido pela Assembleia Legislativa e o seu mandato é fixo (CHEIBUB, 2007, p.1). Essa classificação é representada na tabela III.

Tabela III - Formas de governo democrático

Democracia		
O governo é responsável perante a Assembleia Legislativa?		
Sim		Não
Existe um Chefe de Estado eleito para um mandato fixo?		
Sim	Não	
Misto	Parlamentar	Presidencial

Fonte: CHEIBUB; GANDHI; VREELAND (2010)

O mecanismo de destituição de governos também é utilizado para distinguir os tipos de ditaduras. Mas considerando que esse tipo de regime não é avaliado por esta pesquisa, a sua descrição é dispensável. Portanto, com base nos dois critérios e nas quatro regras mencionadas, o escopo geográfico e histórico do conjunto de dados desta pesquisa incorpora 34 países que estão descritos no Apêndice B e no Apêndice D.

3. Os Países Pós-Comunistas

Após 30 anos de transformações nos países pós-comunistas é possível observar séries temporais mais longas para descrever e rastrear os resultados do desempenho democrático da Europa Central e Oriental (ECE, na sigla em inglês). O distanciamento de três décadas permite uma reavaliação da trajetória histórica dos processos sociopolíticos e socioeconômicos de europeização; democratização; deseuropeização/*De-Europeanization*; e de desdemocratização dessas democracias (ÁGH, 2020, p.387).

A literatura acadêmica afirma que o desempenho democrático pós-comunista é marcado por uma primeira década de instabilidade, uma segunda década relativamente estável e uma terceira década novamente instável com registros de declínio acentuados. A democracia dos países da ECE sinaliza declínio e esse declínio pode ser conceituado a partir de crises que atravessam (1) o início da mudança sistêmica, (2) o período pós-adesão na União Europeia (UE) e (3) a crise econômica global de 2008 (ÁGH, 2016, p.1 e 25).

No que se refere o início da mudança sistêmica, a emancipação política e econômica ocorreu simultaneamente ao processo de formação do Estado. Na verdade, a simultaneidade de diferentes tipos de mudanças é uma das características da transição pós-comunista que a distingue de outras transições – a maioria dos Estados são novos (BIRCH, 2003, p.9). Assim, parte da especificidade dessa experiência pós-autoritária decorre da natureza de longo alcance das transformações (KALDOR; VEJVODA, 1997, p.81).

Durante o período comunista, por exemplo, quase todos os Estados do Leste Europeu tinham sistemas em que os líderes eram rigidamente nomeados pelo partido dominante – não existia competição partidária. No processo de transição, de 1989 até os primeiros anos da década de 1990, reformas eleitorais foram fundamentais para estruturar instituições e organizações encarregadas de supervisionar um grande número de reformas. Tais instituições e

organizações conduziram o desmantelamento do sistema comunista que havia servido como motor político e econômico. A transformação política instalou novos sistemas baseados na representação proporcional e os monopólios estatais sobre nomeação e sobre financiamento de campanha foram relaxados (BIRCH, 2003, p.8 e 136).

No que se refere o âmbito econômico, a transição para a economia de mercado teve uma reestruturação dolorosa. Evidências dos primeiros cinco anos de 27 países da Europa pós-comunista indicam que, com exceção da Polônia, nenhum país experimentou um crescimento positivo em 1992. No ano seguinte, os níveis de produção industrial de todos os países pós-comunistas ainda estavam bem abaixo dos níveis da década anterior. Através de pesquisas de opinião pública, ao considerar o sistema econômico pós-comunista em países da ECE entre 1993 e 1994, a classificação média em uma escala de -100 a +100 foi de apenas 37 pontos. O sistema político pós-comunista, por sua vez, recebeu uma classificação média de 62 pontos. Ou seja, no início, a deterioração da economia não se traduziu em uma erosão do apoio ao novo regime (LINZ; STEPAN, 1996, p.441, 444 e 447).

Essa deterioração das condições econômicas projetou o desempenho econômico para o primeiro plano da retórica política dos governantes. Os efeitos dos choques econômicos na esfera política foram duradouros (TAVITS, 2005, p.295). Por exemplo, uma pesquisa conduzida entre 2003 e 2004 com 87 partidos políticos de 13 países da ECE indica que a competição partidária dessas democracias era estruturada ao redor de várias dimensões. Entre elas, destacou-se questões econômicas; o fortalecimento de instituições democráticas; direitos étnicos; direitos sociais; opiniões sobre a UE (nacionalismo versus internacionalismo), entre outros fatores. Mas em quase todos os sistemas partidários, concluiu-se que existia uma predominância de questões socioeconômicas (ROHRSCHEIDER; WHITEFIELD, 2009, p.307).

No entanto, o colapso do comunismo não se traduziu imediatamente em consolidação da democracia. Em resumo, movimentos democráticos populares nos três Estados bálticos, Hungria, Polônia, Eslovênia e República Tcheca alcançaram vitórias eleitorais que culminaram em democracias. Bulgária, Croácia, Romênia e Eslováquia não conseguiram avanços democráticos logo após o colapso comunista, enquanto autocracias e democracias parciais se espalharam por diversas ex-repúblicas soviéticas (McFAUL, 2005, p.5).

Nesse sentido, existem diferentes padrões de institucionalização na região. A qualidade e o desempenho das democracias pós-comunistas variam de acordo com os recursos socioeconômicos, os legados históricos, os padrões de competição partidária, a escolha das novas instituições eleitorais, legislativas e executivas no início das transições etc. (KITSCHOLT et al., 1999, p.384).

O impacto do legado comunista na estrutura das clivagens políticas da ECE, a título de exemplo, aparece como um elemento importante na literatura acadêmica. A instabilidade democrática é mais evidente em países onde o público de massa não é relevante politicamente, seja por restrições de participação ou de representação. Não surpreendentemente, a democracia tende a ter apoio público mais baixo em Estados que existem legados comunistas mais fortes no nível de elites políticas (WHITEFIELD, 2002, p.198). Por exemplo, Hungria, Polônia e República Tcheca geraram forças liberal-democráticas mais fortes e maior estruturação programática dos partidos. No caso búlgaro, onde existia uma forte influência de um comunismo patrimonialista no nível da elite, produziu-se forças liberal-democráticas fracas e partidos políticos programaticamente difusos. Nesse estágio inicial de desenvolvimento, os partidos da Bulgária construíram redes clientelistas salientes e canalizaram bens públicos para os grupos afiliados aos partidos (KITSCHOLT et al., 1999, p.403 e 405). Com isso, a qualidade de instituições democráticas parece ser afetada pela forma como clivagens políticas se formam e se desenvolvem (BÉRTOA, 2012, p.30).

Aqui, o conceito de clivagem política é concebido como linhas de divisão social e ideológica que são salientes e persistentes. As clivagens políticas fornecem bases de apoio aos partidos políticos – essas clivagens podem solidificar os laços entre os partidos e o público, contribuindo para a estabilidade de democracias. Sob a ordem comunista, a natureza de divisões sociais e ideológicas não é muito conhecida. Apesar de expectativas contrárias, o comunismo não destruiu identidades sociais que foram fontes imediatas de divisão, quando o regime colapsou. Na primeira década pós-transição, tais divisões ganharam projeção em todas as sociedades pós-comunistas, entretanto, a existência de clivagens foi fracamente estabelecida empiricamente. Isso foi evidente no apoio frágil aos partidos políticos, medido pela volatilidade eleitoral (WHITEFIELD, 2002, p.181, 183 e 197).

A volatilidade eleitoral é um dos indicadores mais difundidos para se avaliar a institucionalização do sistema partidário. Um sistema que não é fracamente institucionalizado requer previsibilidade e estabilidade sobre o nível de apoio na corrida eleitoral. Com isso, baixa volatilidade da participação de votos dos partidos significa alta institucionalização; volatilidade eleitoral persistentemente alta é sinônimo de baixa institucionalização e demonstra que o apoio dos partidos entre os eleitores é fluido. Aproximadamente, uma volatilidade média acima de 20% pode ser considerada uma volatilidade alta (MAINWARING, 2018, p.22, 47 e 48).

Com base no índice Pedersen (1980), o cálculo de volatilidade média, por exemplo, destaca a mudança da participação (percentual) de votos de cada partido de uma eleição para a próxima, soma-se essas mudanças de todos os partidos e divide-se por dois. De forma geral, a volatilidade eleitoral pode ser escrita como:

$$VT = |vpjt2 - vpjt1| + |vpkt2 - vpkt1| + \dots |vpnt2 - vpnt1| / 2$$

Comparado com os regimes da América Latina (volatilidade média total regional de 26.4) e da Europa Ocidental, América do Norte e Oceania (volatilidade média total regional de

10.7), o nível de volatilidade média total de 14 países pós-soviéticos (1990-2006) foi extraordinariamente alto (volatilidade de 43.6) (MAINWARING; GERVASONI; ESPANÑA-NAJERA, 2016, p.5). Mais recentemente, no entanto, essa volatilidade foi reduzida nos países da ECE, de acordo com a Tabela IV.¹⁹

Tabela IV - Volatilidade eleitoral do leste europeu e da América Latina

Leste europeu	Volatilidade	América Latina	Volatilidade
Albânia	30.05	Argentina	25.3
Bulgária	28.4	Bolívia	40.3
Croácia	16.15	Brasil	18.2
Eslováquia	22.6	Chile	15.1
Eslovênia	31.0	Colômbia	29.8
Estônia	19.2	El Salvador	13.3
Geórgia	18.4	Equador	29.65
Hungria	20.1	Guatemala	40.5
Letônia	31.9	Honduras	15.7
Lituânia	33.1	México	21.6
Macedônia	20.0	Nicarágua	27.2
Moldávia	28.4	Panamá	21.9
Polônia	23.2	Paraguai	24.7
Rep. Tcheca	25.1	Peru	-
Romênia	20.5	Rep. Dominicana	22.8
Sérvia	18.9	Uruguai	13.2
Ucrânia	32.46	Venezuela	-
Total	24.74	Total	24.16

Fonte: Elaborada pelo autor com base em PSGo (2021) e Mainwaring, Su e De Negri (2021)

O sucesso de entrada de novos partidos (1990-2006), medido por sua parcela de votos, também foi relativamente alto – 10.0 para América Latina, 2.2 para Europa Ocidental, América do Norte e Oceania e 20.4 para os países da ECE (MAINWARING; GERVASONI; ESPANÑA-NAJERA, 2016, p.5).

Em um sistema de alta institucionalização os principais partidos continuam sendo os principais partidos de uma eleição para a outra. Os principais partidos são aqueles que recebem pelo menos 10% dos votos efetivados pelos eleitores. Uma certa previsibilidade sobre o conjunto de partidos da próxima eleição é importante. Através de interações regulares, os atores formam expectativas estáveis sobre o comportamento de outros atores ao longo do tempo. Um

¹⁹ Para mais informações, ver o Apêndice C e E.

sistema partidário geralmente é institucionalizado quando os padrões eleitorais são estáveis por pelo menos quatro eleições consecutivas. Mas se novos partidos surgem frequentemente, e se alguns deles ainda conquistam uma parcela significativa de votos, isso é um sinal de baixa institucionalização (MAINWARING, 2018, p.36, 38 e 44).

O surgimento de novos partidos é condicionado pelos custos de entrada para a formação partidária. Requisitos de registro partidário mais rigorosos para formar um novo partido reduzem o número de partidos eleitorais em um país. O cálculo de custo-benefício sobre a entrada ou não na arena eleitoral precisa considerar: (1) depósitos monetários para registro, (2) requisitos de assinatura e (3) financiamento público. O depósito monetário aponta se é obrigatório ou não um depósito para o registro de novos partidos. Os requisitos de assinatura exigem um número mínimo de assinaturas ou de membros afiliados que os novos partidos precisam para se registrar antes de competir em eleições. O financiamento público, por fim, define se esses partidos recebem ou não um determinado limite de apoio eleitoral (SU, 2013, p. 295 e 296).

A entrada de novos partidos, com isso, pode ser encorajada se o custo de entrada for baixo. Nas novas democracias da ECE (1990-2004), todavia, o surgimento e sucesso de novos partidos foi fortemente influenciado pelo grau de decepção dos eleitores com os principais partidos. Essa decepção com a qualidade da representação desencadeou um aumento na participação de votos dos novos partidos (TAVITS, 2008, p. p.129 e 133).

Com relação ao período pós-adesão de alguns países da ECE na UE em 2004, inicialmente, os partidos pareciam funcionar adequadamente. A evidência empírica indicava uma imagem positiva da capacidade de resposta democrática dos Estados (ROHRSCHEIDER; WHITEFIELD, 2009, p.308). Após 10 anos, contudo, aponta-se que o

processo de adesão não gerou ganhos de prosperidade e não fechou a lacuna econômica entre os antigos e os novos Estados membros (ÁGH, 2016, p. 26).

Basicamente, entre 1989 e os primeiros anos da década de 1990, os países da ECE precisavam de uma reintegração no mundo ocidental. O arranjo institucional e organizacional europeu foi articulado nesse processo. Por meio de condicionalidades para futuras adesões de novos membros, promoveu-se um modelo de cima para baixo de regras formais e modelos jurídicos excessivamente generalizados. Ao mesmo tempo, ganhou projeção uma lógica para orientar esse alargamento da UE e para uma construção da ordem democrática: a ideia de que a democracia representativa surgiria espontaneamente através da introdução da economia de mercado (ÁGH, 2020, p.388). O automatismo entre economia e democracia associado com um progresso social sustentável constituiu um novo paradigma. Mas a simultaneidade dessa lógica, nos primeiros 10 anos depois da adesão de algumas democracias pós-comunistas na UE, não foi bem-sucedida. O desempenho democrático, econômico e social das democracias da ECE foi ruim (ÁGH, 2016, p.1).

Em parte, o desempenho ruim foi relacionado com os desdobramentos da crise econômica global de 2008. Os países da ECE passaram por alguns anos turbulentos e a confiança nos governantes diminuiu rapidamente. Como resultado do aprofundamento da crise, por exemplo, alguns países como Letônia e Hungria vivenciaram aumentos acentuados na dívida pública, seguidos por um declínio no Produto Interno Bruto (PIB). A Polônia foi o único país pós-comunista que registrou uma taxa de crescimento moderada, mesmo com uma desvalorização da moeda de 30% entre 2008 e 2009 (BLAŽEK; NETRDOVÁ, 2012, p.43). A diminuição do PIB per capita dos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) atingiu um pouco mais de 14% em 2009 – no mesmo ano, as economias da Eslovênia, Eslováquia, Hungria, República Tcheca e Romênia encolheram entre 4% e 8%. A taxa de desemprego nos países bálticos ainda saltou de 6,3% em 2008 para 18% em 2010, ao passo que a taxa média de

desemprego para todos os países da ECE aumentou de 6,4% em 2008 para 12,2% em 2010 (BRZEZINSKI, 2018, p.5). Nos anos seguintes, intensificou-se um processo de desdemocratização na região (ENYEDI, 2020, p.363).

Sendo assim, crises socioeconômicas e sociopolíticas prejudicaram o desempenho da democracia. Houve também uma contradição entre democratização e consolidação social. De modo geral, a abordagem de cima para baixo fracassou – os países pós-comunistas não conseguiram estabelecer uma abordagem de baixo para cima, visando um progresso social sustentável (ÁGH, 2016, p.25). A imagem de instituições e de organizações democráticas acabou sendo corroída por esses efeitos acumulados de baixo desempenho democrático e crescente polarização social. Atualmente, existe uma crescente desconfiança com a democracia que é alimentada por narrativas neopopulistas de buscas de identidade e de soberania nacional. Há uma tensão crescente entre eurocéticos e defensores da democracia liberal pró-UE (ÁGH, 2020, p.389).

Em vários países pós-comunistas, a emergência de partidos políticos radicais de direita nas eleições tem sido preocupante. Na Hungria, por exemplo, o terreno da democracia tem sido deteriorado por ideias e práticas populistas, não liberais e autoritárias. Desde a crise econômica global, o país vivencia uma forte reversão democrática. Desse modo, a literatura enfatiza dois grandes desafios para a qualidade das jovens democracias da ECE: o declínio do envolvimento popular na democracia (esvaziamento da democracia) e uma adoção de práticas semiautoritárias (retrocesso). O esvaziamento é o aumento de volatilidade, o declínio de participação em eleições, o declínio da identificação de cidadãos com os partidos e uma redução de filiação partidária. O retrocesso, por seu turno, sugere uma reversão do desenvolvimento democrático, em termos de instabilidade, radicalização de grupos e mobilização de elites políticas contra princípios democráticos (GRESKOVITS, 2015, p.28 e 35).

Portanto, nos últimos 30 anos, os processos tanto sociopolíticos quanto socioeconômicos, os padrões de competição partidária, os legados históricos, a força e a fraqueza da sociedade civil e as ideologias democráticas e autoritárias impactaram o desempenho de jovens democracias pós-comunistas.

Com base na literatura, a evolução do desempenho econômico, em particular, parece estar significativamente correlacionada com estabilidade e instabilidade. Como destacado por Linz e Stepan (1996), no início da transição sistêmica, a fragilidade econômica dos países não se traduziu imediatamente em uma deterioração do apoio ao sistema político. Mas a persistência dessa fragilidade pode ter corroído esse apoio. Segundo Pridham (2000, p.24), o desenvolvimento econômico não é um pré-requisito para a democratização, só que um desempenho econômico sólido proporciona um meio favorável que se correlaciona com a sustentabilidade da democracia.

4. Crescimento Econômico e Estabilidade Democrática

Esta seção destaca questões relacionadas com renda per capita e democracia, desigualdade econômica e democracia e crises econômicas e democracia.

4.1. Renda e democracia

A associação estatística entre renda e democracia é explorada por diversos trabalhos na literatura acadêmica. A pesquisa presente revisita debates ao redor desse tema. O esforço é mensurar e discutir se de fato o desenvolvimento econômico impulsiona uma trajetória de estabilidade em democracias. A discussão, em particular, advém de avaliações empíricas sobre a teoria da modernização.

Uma visão influente desde Lipset (1959) é que os propulsores de uma democracia são encontrados em pré-condições econômicas. A hipótese clássica da modernização sublinha que o crescimento econômico impulsiona o surgimento e a consolidação de democracias (PAPAIIOANNOU; SIOUROUNIS, 2008, p.366). A prosperidade aumenta as chances de um país sustentar esse sistema político. Desse modo, a riqueza e o processo de estabilidade de democracias estão fortemente vinculados (LIPSET, 1959, p.75). Huntington (1991, p.315) é outro estudioso que associa o desenvolvimento com a estabilidade futura de democracias. Dahl (1989, p.251) também argumenta que o crescimento econômico é favorável ao desenvolvimento de regimes democráticos.

Os resultados empíricos são mistos: uma série de análises quantitativas encontram uma forte correlação positiva entre o nível de riqueza e o nível de democracia, enquanto algumas reavaliações questionam essenexo.

A partir de uma análise de dados em painel com mais de 100 países entre 1960 e 1995, por exemplo, Barro (1999, p.158, 160 e 182) confirma a hipótese introduzida por Lipset. O autor identifica que democracias sem desenvolvimento econômico prévio tendem a não

perdurar. Uma propensão para a democracia se intensifica com melhorias no padrão de vida – padrões mais elevados promovem e predizem democracias. A democracia representada por direitos eleitorais e o padrão de vida medido pelo PIB per capita sugerem essa relação.

Przeworski e Limongi (1997, p.156 e 177) reconsideram esse núcleo teórico da modernização, ao testar o impacto de vários níveis de renda na propensão de um país ser democrático. Após examinar 135 países entre 1950 e 1990, os resultados estatísticos mostram que a relação entre a renda e a sobrevivência de regimes democráticos é forte: uma vez que a democracia é estabelecida, a probabilidade de sobrevivência do regime é maior se o país é rico. A teoria da modernização, por outro lado, não se sustenta empiricamente. As ferramentas econométricas revelam um efeito insignificante: à medida que o nível de renda cresce, as chances de transições para a democracia não aumentam.

Przeworski et al. (2000, p.89, 101 e 137) estimam esse padrão novamente e o novo estudo argumenta que de fato, a democracia tem maior probabilidade de perdurar em países ricos de alta renda per capita. O desenvolvimento aumenta as chances de durabilidade de uma democracia já existente – com isso, alta renda em democracias estabelecidas prevê estabilidade futura. Reafirmando os resultados da pesquisa anterior, aponta-se ainda que o surgimento de um regime democrático parece ser independente do seu nível de desenvolvimento. No sentido de que, é pouco provável que a emergência de democracias seja consequência da modernização.²⁰ Embora nenhum limiar de desenvolvimento torne previsível o aparecimento desse regime de forma inequívoca, transições para a democracia tendem a acontecer em níveis médios de renda.

²⁰ Rendas mais altas podem aumentar o grau de estabilidade política de democracias, mas não promovem transições políticas. Existem várias autocracias bem-sucedidas economicamente que nunca experimentaram transições democráticas (PERSSON; TABELLINI, 2009, p.125).

Por exemplo, aproximadamente, as ditaduras são menos estáveis em países com renda per capita entre US\$4,000 e US\$7,000 dólares, mas tais regimes sobrevivem nos países de renda abaixo de US\$1,000 ou acima de US\$8,000. A probabilidade de uma transição democrática aumenta de 0.006 (países com renda abaixo de US\$1,000) para .06 em países de renda média, entre US\$6,000 e US\$7,000. A probabilidade de um colapso democrático, por sua vez, cai de .12 (países com renda abaixo de US\$1,000) para 0, quando a renda per capita de uma democracia estabelecida ultrapassa US\$7,000 (PRZEWORSKI et al., 2000, p.92 e 93). Conforme apresentado na tabela V, as transições democráticas são mais prováveis nos níveis de renda intermediários e menos prováveis em países pobres e ricos, ao passo que sociedades afluentes têm chances maiores de sustentar um regime democrático.

Tabela V - Transições por renda per capita, ajustada pela paridade de poder de compra em dólares internacionais de 1985US\$

Baixo-Alto	Ditadura-Democracia	Democracia-Ditadura
0-1,000	0.0063	0.1216
1,001-2,000	0.0242	0.0556
2,001-3,000	0.0261	0.0428
3,001-4,000	0.0146	0.0278
4,001-5,000	0.0469	0.0185
5,001-6,000	0.0595	0.0090
6,001-7,000	0.0606	0.0080
7,001-	0.0286	0.0000
Total	0.0198	0.0237

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Przeworski et al. (2000)

Em outras palavras, sugere-se que a sobrevivência da democracia é relativamente fácil de prever estatisticamente. As ditaduras desmoronam sob uma variedade de condições – crises econômicas; quando o ditador fundador morre; como resultado de uma derrota em guerras estrangeiras; pressão internacional etc. Em contraste, nenhuma democracia rica com renda per capita acima de US\$7,000 desmoronou entre 1950 e 1999. Aproximadamente, 35 democracias ricas perduraram (conjuntamente) por 1.046 anos sem colapsar. De 1.335 observações anuais sobre países com renda inferior a US\$1,000, existiram apenas 142 anos sob democracia, enquanto 47 democracias pobres morreram (PRZEWORSKI, 2004, p.4, 5 e 9).

De 1951 a 1990, a expectativa de vida de uma democracia com renda per capita inferior a US\$1,000 era cerca de 6 anos; a expectativa de vida de uma democracia com renda entre US\$1,001 e US\$3,000 era de 18 anos; a durabilidade de uma democracia com renda entre US\$3,001 e US\$ 6,055 era de 46 anos; já a probabilidade de colapso de uma democracia com renda acima de US\$6,055 se mostrou insignificante. Dessa forma, Przeworski não apenas reitera que as chances de sobrevivência de democracias aumentam de acordo com o limite de renda de cada país, mas ainda estabelece uma inferência preditiva: democracias ricas são inexpugnáveis (PRZEWORSKI, 2005, p.253).

Essa dependência da estabilidade democrática em relação ao fator renda pode ser resumida da seguinte forma: como a possibilidade de conflito de interesses é inevitável entre forças políticas que estão dentro do poder e fora do poder, eleições contestadas aparecem como uma peça relevante para processar esses conflitos de acordo com regras formais amplamente aceitas e praticadas. Nesse cenário, os grupos politicamente relevantes com capacidade de mobilização podem respeitar os resultados gerados pelas regras ou se rebelar. Mas quando as pessoas desfrutam de rendas mais altas, o ganho potencial de se rebelar contra os resultados não é valorizado. Ou seja, a durabilidade de uma democracia não declina, caso todos os grupos politicamente relevantes valorizem menos o que se poderia ganhar através do uso da força. Por isso, acima de um determinado nível de renda, as chances de sobrevivência aumentam (PRZEWORSKI, 2009, p.26). Com isso, golpes e guerras civis são menos frequentes em países que atingem um certo nível de renda (PRZEWORSKI, 2016, p.9). As democracias sobrevivem em países ricos pela razão de que a riqueza pode moderar a intensidade dos conflitos (PRZEWORSKI; LIMONGI, 1997, p.165).

O desempenho econômico ruim, a título de exemplo, pode acarretar punições por parte de eleitores. A probabilidade de mudança de votos é maior e nessas condições é possível potencializar um cenário de viabilidade eleitoral para novos partidos e candidatos, elevando a

volatilidade eleitoral. Um desempenho econômico ruim também tende a enfraquecer o apoio de políticos que podem abandonar o partido do governo e suas coalizões. Dito de outro modo, um desempenho econômico fraco – medido por meio do crescimento do PIB per capita de curto e de médio prazo –, pode ser associado com menor institucionalização do sistema partidário, ao mesmo tempo que afeta negativamente os esforços de atores que buscam uma estabilidade da democracia (MAINWARING; BIZZARRO, 2018, p.111). Depois de analisar 618 períodos eleitorais de 67 países entre 1945 e 2006, Mainwaring, Gervasoni e Espanã-najera (2016, p.7) defendem que cada aumento de 1% no crescimento do PIB per capita está associado com maior estabilidade do sistema partidário – o efeito é significativo e consistente.

A avaliação conduzida por Przeworski et al. (1997, 2000) é um marco importante. Entre muitas contribuições, notabiliza-se a distinção entre alcançar uma democracia e sustentar uma democracia. Como evidências sugerem que tais dinâmicas podem ser diferentes, define-se dois caminhos de investigação: é possível estimar (1) o efeito do desenvolvimento econômico na estabilidade democrática; (2) ou o efeito do desenvolvimento econômico sobre a probabilidade de transições de autocracia para a democracia e transições de democracia para a autocracia (isto é, o processo de entrada e saída em regimes democráticos. Essa abordagem pode estimar probabilidades de mudanças desagregadas por níveis de renda, por exemplo) (BOIX; STOKES, 2003, p.517 e 545).

Depois de replicar os resultados de Przeworski et al. (1997, 2000) que refutam o entendimento da teoria da modernização, Boix e Stokes (2003) examinam sua robustez. Para os autores, o desenvolvimento econômico não apenas sustenta o regime democrático, mas também torna o processo de democratização mais provável. De maneira sucinta, em países de renda baixa e média, o desenvolvimento aumenta tanto a probabilidade de transição para democracias quanto as chances de durabilidade de democracias. Sob níveis elevados de renda, o efeito sobre a probabilidade de transição é atenuado, só que isso não contraria a hipótese da

modernização. O efeito atenuado apenas reflete um problema de seleção de amostra. Ao restringir sua análise estatística ao período pós-Segunda Guerra Mundial (SGM), Przeworski et al. (1997, 2000) encontram uma correlação positiva, mas de efeito pequeno. Quando se amplia a análise para uma amostra maior que começa em meados do século XIX, em contrapartida, o modelo estimado descobre um efeito significativo associado com a segunda onda de democratização na Europa Ocidental: à medida que o crescimento econômico ocorre, não democracias se democratizam. O efeito sobre a probabilidade de transição é até mais substancial do que o efeito sobre a estabilidade democrática. A probabilidade de transição mais do que duplica quando se passa de um nível de renda de US\$1,000 para US\$12,000 (BOIX; STOKES, 2003, p.517, 519 e 537).

Papaioannou e Siourounis (2008, p.366 e 385) também tentam detectar correlações entre renda e democracia em países que passaram por transições políticas entre 1960 e 2005. O conjunto de dados codificados identifica 174 países, 63 transições democráticas e 3 transições de democracias para autocracias. Mas o trabalho deixa de fora os países sempre autocráticos ou sempre democráticos durante esse período de 45 anos. A ideia é que a ausência de variação produz estimativas tendenciosas. Por conseguinte, a cobertura se estende pela terceira onda de democratização e por ex-repúblicas socialistas. A partir desse critério de seleção, as estimativas executadas revelam que a renda é um fator-chave para o processo de democratização acontecer e se consolidar. O desenvolvimento determina a probabilidade de uma transição ser bem-sucedida, ademais, a prosperidade pode moldar a intensidade de reformas. Apesar desse resultado, os autores acreditam que nenhum indicador pode explicar sozinho o desenvolvimento de instituições democráticas. Tanto transições como consolidações surgem de uma combinação de fatores que são difíceis de isolar e medir os efeitos.

Acemoglu et al. (2008, 2009) produziram dois estudos para reavaliar essas questões relacionadas com estabilidade política e transição política. O primeiro trabalho, publicado em

2008, examina o efeito da renda na estabilidade de democracias. Segundo Acemoglu et al. (2008, p.810, 836 e 837), os estudos que encontram uma forte correlação positiva entre renda e democracia não controlam variáveis omitidas. Uma maneira de controlar essas variáveis que afetam ao mesmo tempo renda e democracia é incluir modelos de efeitos fixos. A estratégia de controle por efeitos fixos em um painel de países remove o efeito de fatores constantes no tempo, possivelmente históricos, que estão omitidos na análise – características históricas de cada país podem ser uma fonte de viés. Ao remover os fatores de longo prazo que influenciam variáveis, torna-se mais factível capturar tendências com nitidez. Dessa forma, continua sendo verdade que, regressões padrão (*cross-sectional*) exibem uma correlação significativa entre renda e democracia. Mas essa correlação desaparece depois de introduzir o controle por efeitos fixos em diferentes medidas de democracia (Bollen, Freedom House e Polity IV), e em diferentes períodos de amostragem: amostras do pós-guerra (1960-2000, 1970-1995) e amostras de 100 anos (1900-2000, 1875–2000). Sendo assim, regressões que incluem efeitos fixos não mostram evidências de efeito da renda na democracia. O achado é robusto e estimado com relativa precisão.

O segundo artigo, publicado no ano seguinte, examina o efeito da renda no processo de entrada e saída de democracias. Segundo Acemoglu et al. (2009, p.1044 e 1046), a literatura de economia política que encontra uma forte correlação positiva entre renda e transições democráticas também não controla variáveis omitidas. Aqui, a estratégia de controle por efeitos fixos em um painel de países é usada novamente. Uma vez que modelos de efeitos fixos são adotados em regressões, a significância estatística entre renda e transições desaparece. Não há evidência de impacto da renda em probabilidades de transições. Altos níveis de renda não impulsionam transições de autocracia para a democracia e vice-versa. Logo, não há suporte para a hipótese da modernização. Esse resultado é robusto em diferentes medidas de democracia

(Bollen, Freedom House e Polity IV), e em diferentes períodos de amostragem (1960-2000, 1965-1995 e 1875-2000).

Os resultados de Acemoglu et al. (2008, 2009) indicam que novas pesquisas são necessárias para identificar os determinantes de estabilidade e de transições democráticas, considerando que renda não tem efeito.

4.2. *Desigualdade e democracia*

A terceira onda de democratização começa por meio da transição política portuguesa na década de 1970 – especificamente, em 25 de abril de 1974 (Huntington, 1993, p.3). Fukuyama (2011, p.81 e 87) relata que os novos regimes democráticos que surgem a partir desse momento são formados em um contexto desfavorável para *policies* que visam reduzir desigualdades econômicas. De 1970 até o início do século XXI, a implementação de medidas para a expansão de um Estado de bem-estar social, uma intervenção econômica mais ativa e uma ênfase em *policies* de proteções sociais caem em desuso pouco a pouco. O pensamento econômico conservador e ortodoxo experimenta uma alavancagem. Em sequência, a desigualdade econômica aumenta em muitos países. O estudioso afirma que os reflexos dessa desigualdade têm sido perversos desde então. A estabilidade política de novas democracias como o Brasil e o México, por exemplo, tem sido ameaçada pela existência de grandes desigualdades entre ricos e pobres. A redução dessa desigualdade é central para manter uma estabilidade política de longo prazo, argumenta o economista político.

As chances de sustentar uma democracia são maiores quando uma sociedade é rica e existem poucos cidadãos em situação de pobreza. As chances de uma nação sucumbir aos apelos de demagogos são maiores em sociedades desiguais com uma grande massa empobrecida e uma elite abastada (LIPSET, 1959, p.75).

Como introduzido pela subseção 2.3. sobre as dimensões de uma democracia, a igualdade exige pelo menos: igualdade jurídica perante a lei, igualdade política e igualdade socioeconômica. Assim, nenhum indivíduo pode ser beneficiado legalmente segundo características ou classe. A igualdade perante a lei pressupõe que todos os indivíduos são iguais, sem discriminação (PRZEWORSKI, 2010, p.66).

Um segundo tipo de igualdade estabelece que cada indivíduo adulto deve ter um voto igual para que uma coletividade seja governada. A mesma oportunidade política de participar é uma dimensão crítica de qualquer regime democrático e está em constante tensão com desigualdades socioeconômicas. Na verdade, a igualdade política é moldada direta e indiretamente pela desigualdade social e econômica. A incidência de pobreza e de exclusão social de camadas desfavorecidas são indicadores de desigualdade política. A ausência de recursos econômicos mínimos impossibilita uma participação efetiva em sociedades democráticas. A igualdade democrática ainda é limitada quando não existem *policies* de proteção social para conter esses efeitos nocivos. Só que isso não significa que a desigualdade pode ser totalmente erradicada. A tomada de decisão política também não pode ser emancipada de desigualdades de recursos que afetam o acesso ao poder (RUESCHEMEYER, 2004, p.76 e 88).

Em outros termos, nenhum sistema político é capaz de alcançar uma igualdade perfeita. A democracia é compatível com graus variados de desigualdade. Mesmo em uma sociedade desigual, entretanto, a desigualdade de condições materiais (ex.: salários) não deve afetar a capacidade de exercer direitos políticos (PRZEWORSKI, 2010, p.67).

Em nível empírico, Muller (1995, p.966 e 980) aponta que o desenvolvimento econômico não trouxe democracias estáveis para alguns países de renda média com níveis intermediários de modernização, como Argentina, Brasil, México, Peru etc. Entre 1960 e 1970, pelo contrário, muitas vezes o desenvolvimento trouxe instabilidade ou autoritarismo. A ideia

era que os países ricos seriam capazes de sustentar altos níveis de estabilidade política, durante o tempo em que os países de renda média lograriam atingir maiores ganhos democráticos. De acordo com o pesquisador, isso não aconteceu pela simples razão de que a influência positiva entre desenvolvimento e democracia é afetada pelo grau de desigualdade de renda. Dados de uma amostra de 58 países entre 1965 e 1980 apoiam essa hipótese. As estimativas apontam um forte efeito negativo entre o nível de desigualdade de renda e o grau de estabilidade de democracias. A desigualdade tem um impacto negativo que tende a neutralizar o impacto positivo gerado pelo desenvolvimento. Basicamente, muitos países em desenvolvimento econômico intermediário são mais propensos a apresentar: altos níveis de desigualdade de renda e declínios democráticos. A análise sugere que democracias sob altos níveis de desigualdade são mais propensas ao declínio (65%), do que democracias sob níveis relativamente baixos (14%). Em suma, os casos que o desenvolvimento falha em promover uma democracia estável podem ser explicados pela desigualdade. Distribuições de renda bastante desiguais são incompatíveis com sistemas democráticos estáveis. O otimismo sobre consolidações democráticas, reitera Muller, deve levar em consideração esse fato.

Em um estudo sobre a desigualdade de renda e a probabilidade anual de ocorrer transições e rupturas democráticas, Boix (2003, p.11, 20, 82 e 129) examina um painel de dados de 1950 a 1990 e um painel que contém dados de meados do século XIX até o final do século XX. A sua análise econométrica corrobora para a hipótese de que existe uma correlação negativa entre desigualdade econômica e democracia política. Nos últimos dois séculos, democracias prevaleceram em níveis relativamente altos de igualdade de renda. Em níveis crescentes de igualdade econômica, a probabilidade anual de uma transição democrática é significativa. A probabilidade de uma democracia permanecer estável também é maior. Essas chances são elevadas mesmo que o nível de desenvolvimento econômico seja baixo. Quando uma sociedade tende a ser mais desigual, por outro lado, a probabilidade anual de transições

democráticas é insignificante – o regime autoritário sobrevive. Se um país de renda média altamente desigual passa por uma transição para a democracia, essa nova fase não é durável. As chances de golpes, de guerras civis ou de explosões revolucionárias são maiores nesses países. Desse modo, a igualdade de renda aumenta as chances de transição e de estabilidade democrática.

Acemoglu e Robinson (2006, p.61) enfatizam que essa correlação identificada por alguns estudos nem sempre é robusta quando se inclui outras variáveis em regressões e, mais importante, não deve ser interpretada como relação causal. Os pesquisadores sinalizam que novas pesquisas devem explorar mais a fundo essa relação.

4.3. Crise e democracia

Fatores que variam em magnitude e no tempo, como crises econômicas, também podem ter efeitos sobre a democracia (PAPAIIOANNOU; SIOUROUNIS, 2008, p.385). Acemoglu e Robinson (2006, p.65) definem crises econômicas como uma taxa de crescimento anual de PIB per capita inferior a -5%. Ao avaliar a probabilidade de transições de autocracia para a democracia e de democracia para a autocracia, evidências consistentes apoiam o seguinte padrão: crises econômicas graves aumentam a probabilidade de transições de regime. Em média, democratizações são precedidas por crises (ACEMOGLU et al., 2015, p.2).

Segundo Haggard e Kaufman (1997, p.269), democracias são desestabilizadas por recessões econômicas, bem como diversas transições de regimes autoritários para democráticos aconteceram durante crises. Argentina, Bolívia e Uruguai são alguns exemplos.

Geddes (1999, p.135 e 140) também constata que a probabilidade de irromper uma transição de regime é maior durante crises. A sobrevivência de qualquer forma de governo é ameaçada pelo declínio econômico. Só que os regimes autoritários são mais propensos ao

colapso, diante de uma deterioração econômica profunda. Fortes evidências amparam tais afirmações.

Para Przeworski et al. (2000, p. 109), quanto mais longa é uma crise econômica, mais provável é o risco de ruptura em democracias. Se a renda per capita de uma democracia cai por pelo menos dois anos consecutivos, a chance de colapso é de 1 para 13. Especialmente, em democracias com renda abaixo de US\$6,055. A Venezuela, por exemplo, teve uma queda de 25% na sua renda entre 1978 e 1999, quando atingiu esse limite de um pouco mais de 6 mil dólares. É possível que o fortalecimento de forças antidemocráticas nesse país derive desse declínio (PRZEWORSKI, 2005, p.253).

Antes de prosseguir com a seção sobre os dados e métodos usados por esta pesquisa, cabe ressaltar que não podemos perder de vista o quão reveladores podem ser os períodos de crises. Sob tempos normais é difícil enxergar, por exemplo, o quão fortes são os atores democratas perante os antidemocratas. Ademais, é importante não classificar um regime como estável ou consolidado antes que tenha passado por crises sérias. As crises cumprem um papel informacional a respeito de como o regime se comporta em condições adversas. Para ser breve, as crises têm consequências paradoxais. Sempre que democracias incipientes enfrentam crises, as turbulências são terminais, debilitantes ou estabilizadoras: o regime desmorona; a democracia entra em uma situação de fragilidade com crises recorrentes; ou os democratas superam os problemas, no mesmo momento que criam um precedente de resiliência que tende a ser duradouro. Ao fim e ao cabo, o que importa é se o regime é capaz de lidar com choques desestabilizadores, em termos de crises econômicas, seguidas por potenciais comportamentos antidemocráticos de alguns atores. Quando os desafios ocasionais ou contínuos provocados por crises são superados e transformados em evidência de força, isso aumenta a confiança na durabilidade de uma democracia. Mesmo crises graves podem fortalecer uma democracia, ao

invés de enfraquecê-la. Esse raciocínio é chamado de lógica do teste (SCHEDLER, 2001, p.73 e 74).

De acordo com Levitsky e Murillo (2009, p.123), quando as regras do jogo democrático sobrevivem a crises, criam-se expectativas de estabilidade institucional. O resultado é que os atores começam a investir em habilidades e tecnologias adequadas para essas regras e com o acúmulo de investimento, essas regras acabam sendo mais atrativas em comparação com regras alternativas. Tal fator aumenta o custo para eventuais substituições institucionais. Dessa maneira, as regras que sobrevivem são mais propensas de conseguir amplo apoio organizado.

Não há dúvida que o impacto de crises econômicas não deve ser ignorado. Embora os estudos indicados sejam mais voltados para o impacto de crises na probabilidade de transições, esta pesquisa mede o efeito de crises na estabilidade política de democracias.

5. Dados e Métodos

Esta seção apresenta o banco de dados empregado e a estratégia metodológica.

5.1. Dados

A abordagem teórica sobre o impacto do contexto econômico sobre a estabilidade democrática se divide em análises que avaliam os determinantes para se alcançar uma democracia e/ou para se sustentar uma democracia. O que significa dizer que é possível estimar (1) o efeito do desenvolvimento econômico sobre a estabilidade democrática; (2) ou o efeito do desenvolvimento sobre a probabilidade de transições de autocracia para a democracia e transições de democracia para a autocracia, de acordo com níveis de renda. Esta pesquisa, foca o caso (1), ou seja, mensurar a relação entre o crescimento econômico e a estabilidade em democracias de modo a evitar um colapso abrupto ou uma erosão gradual desse sistema político (SCHEDLER, 1998, p.93).

Com base nas quatro regras e nos dois critérios sublinhados na subseção 2.7., o escopo geográfico e histórico do conjunto de dados desta pesquisa incorpora 34 países observados anualmente de 1980 a 2022: 17 países pós-soviéticos e 17 países da América Latina. Especificamente, do Leste Europeu, inclui-se Albânia, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Geórgia, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Moldávia, Polônia, República Tcheca, Romênia, Sérvia e Ucrânia. Da América Latina, inclui-se Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Peru, Uruguai e Venezuela.²¹

Seguindo Acemoglu et al. (2008, 2009), este estudo adota diferentes medidas de democracia com o objetivo de assegurar maior robustez aos resultados. Com isso, as principais medidas utilizadas por esta análise são retiradas do V-Dem. O índice está entre os mais

²¹ Veja a classificação dos regimes políticos desses países nos Apêndices B e D.

difundidos na literatura acadêmica e fornece informações sobre o período amostral pretendido. Essa estratégia é aconselhável, uma vez que os índices de democracia podem conter erros de medição. É provável que decisões arbitrárias sobre as mudanças anuais de pontuações de cada país não reflitam com precisão o estado real de muitas democracias (ACEMOGLU et al., 2015, p.2).

De modo geral, o V-Dem operacionaliza variáveis que são constituídas pela agregação de diversas variáveis. Acerca de mensurar o ideal de democracia de Dahl, por exemplo, o esquema conceitual do índice busca inserir elementos centrais de democracias eleitorais que acoplam eleições populares, livres, justas, igualitárias, participativas, competitivas, entre outros fatores essenciais. Logo, a variável dependente de democracia eleitoral agrega 36 variáveis através de uma escala de medida que varia de 0 até 1.²² A variável dependente de democracia liberal agrupa por volta de 23 variáveis por meio de uma escala de 0 a 1.²³

Conforme descrito na Tabela VI, este estudo coletou os dados anuais sobre a renda per capita do Maddison Project Database (2020) e os dados sobre a taxa de crescimento anual de PIB per capita do Banco Mundial.²⁴

Tabela VI - Bases de dados

ID de busca	Descrições das variáveis	Fonte
electoral_democracy	Democracias eleitorais realizam eleições livres, justas, participativas, frequentes e competitivas	V-Dem (2021)
liberal_democracy	Democracias liberais realizam eleições livres, justas, participativas, frequentes e competitivas. Além de promover um controle político e legal (vertical e horizontal)	V-Dem (2021)
country	<i>String</i> que indica 17 países da ECE e 17 da América Latina	

²² ID da variável de democracia eleitoral: v2x_polyarchy. Tipo de variável: intervalo. Para mais informações sobre a especificação de cada variável, ver Apêndice A. Para mais informações sobre a fórmula de agregação, ler Coppedge et al. (2021, p.43).

²³ ID da variável democracia liberal: v2x_libdem. Tipo de variável: intervalo. Para mais informações sobre a especificação de cada variável, ver Apêndice A. Para mais informações sobre a fórmula de agregação, ler Coppedge et al. (2021, p.44).

²⁴ A taxa de crescimento de renda segue o critério de Acemoglu e Robinson (2006) que define crise econômica como uma taxa de crescimento inferior a -5%.

codcountry	Código numérico de busca dos países	
year	Recorte temporal que os países são analisados (1980-2022)	
democracy	Código para democracia e não democracia: 1 (democracia) e 0 (não democracia)	PIPE (2010); Bjørnskov-Rode (2020)
electoral	Código para sinalizar se existem eleições: 0 (sem eleições), 1 (partido único), 2 (autocracia multipartidária) e 3 (democracia multipartidária)	PIPE (2010); Bjørnskov-Rode (2020)
regime	<i>String</i> que indica categorias de tipos de regimes: democracia parlamentar, democracia mista, democracia presidencial, ditadura civil e ditadura militar. Destaca-se ainda os países que fizeram parte da Iugoslávia e da União Soviética	PIPE (2010); Bjørnskov-Rode (2020)
cod_regime	Código: 0 (democracia parlamentar), 1 (democracia mista), 2 (democracia presidencial), 3 (ditadura civil), 4 (ditadura militar), 5 (fez parte da Iugoslávia) e 6 (fez parte da União Soviética)	PIPE (2010); Bjørnskov-Rode (2020)
euro_east	Código da ECE: 1. código da América Latina: 0	
gdppc	PIB per capita ajustado para mudanças de preços ao longo do tempo (inflação) – medido em dólares internacionais (valores constantes de 2011US\$)	Maddison Project Database (2020)
atri_gdppc	Como o PIB per capita não foi calculado para todos os anos, foi preciso atribuir valores. Os <i>missing values</i> foram substituídos pelos dados mais próximos disponíveis	Maddison Project Database (2020)
gdppc_gr	Taxa de crescimento percentual anual do PIB per capita com base em preços constantes de 2010, expressos em dólares americanos	Banco Mundial (2020)
gini	A variável gini mede até que ponto o nível de distribuição de renda (de um país em avaliação) se desvia de uma distribuição igualmente perfeita. Variação entre 0 (igualdade perfeita) e 100 (desigualdade perfeita)	Banco Mundial (2020)
atri_gini	Como o índice de Gini não foi calculado para todos os anos, foi preciso atribuir valores. Os <i>missing values</i> foram substituídos pelos dados mais próximos disponíveis	Banco Mundial (2020)
welfare	A variável avalia se o bem-estar básico dos cidadãos (ex.: expectativa de vida, educação e saúde) melhorou, ao comparar índices padrão de desenvolvimento humano	GSoD (2020)
egalitarian_democracy	Democracias igualitárias destacam que o funcionamento de democracias eleitorais e liberais dependem de condições materiais (níveis mínimos de alimentação, habitação, saúde etc.)	V-Dem (2021)

gdp	A variável gdp avalia o Produto Interno Bruto (PIB) ajustado para variações de preços ao longo do tempo (inflação) – medido em dólares internacionais (valores constantes de 2010US\$)	Banco Mundial (2020)
Fonte: Elaborada pelo autor (2022)		

5.2. Métodos

Esta pesquisa ocupa-se de uma abordagem comparada e quantitativa por intermédio de modelos de regressão múltipla sem e com efeitos fixos para dados anuais em painel de países, visando mensurar a correlação entre renda per capita/taxa de crescimento de renda per capita e estabilidade da democracia. Os modelos são estimados utilizando o pacote Stata 15 SE disponível no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP).

O modelo de efeito fixo, equação (1), permite além das variáveis de controle usuais, o controle de características não observáveis dos países pós-soviéticos e da América Latina que são constantes no tempo. Assim, pode-se controlar por diferenças de tamanhos e outras características não observáveis de cada país, tais como hábitos, culturas e tamanho das economias, tornando as estimativas mais fidedignas (WOOLDRIDGE, 2001). Isso reduz potenciais problemas de variável omitida. Para além de renda, outros fatores, que são constantes no tempo, podem afetar tanto o crescimento econômico quanto o regime democrático. Porém, este modelo não permite estabelecer relação de causalidade da renda para democracia (ACEMOGLU et al., 2008, p.810 e 817). Em vista disso, esta pesquisa busca estabelecer apenas relações de associações ou correlações.

$$ED_{it} = \alpha_0 + \alpha_i + \alpha_1 w_{it} + X'A + u_{it} \quad (1)$$

Os modelos estimados seguem a equação (1), alterado em diferentes especificações; usando diferentes métricas de estabilidade democrática (eleitoral e liberal) e de padrão material de vida (renda per capita e sua taxa de crescimento), estimados para toda a amostra de países, para somente os países do leste europeu e para somente os países da América Latina. A variável

ED_{it} representa o grau de estabilidade de uma democracia (país) i no ano t . O termo α_0 representa a constante do modelo, enquanto α_i representa o efeito fixo (sua inclusão ou não na regressão determina se o modelo está sendo estimado com ou sem efeito fixo, respectivamente). O coeficiente de interesse deste estudo consiste em α_1 que está associada à variável de renda per capita ou da taxa de variação de renda, w , segundo especificações alternativas dos modelos. A matriz X inclui todas as variáveis de controle que podem influenciar a evolução da renda per capita, ou seja, *dummies* de localização geográfica, *dummies* de ano, e índice de Gini e o logaritmo da renda – ver Tabela VI para maiores detalhes –, enquanto A é o vetor de coeficientes associados. Por fim, u_{it} representa o erro idiossincrático.

Observa-se que buscou-se também testar a correlação de precedência temporal da evolução de rendas per capita sobre o grau de estabilidade de democracias por meio de modelos usando a variável de interesse, w , defasada de alguns períodos.

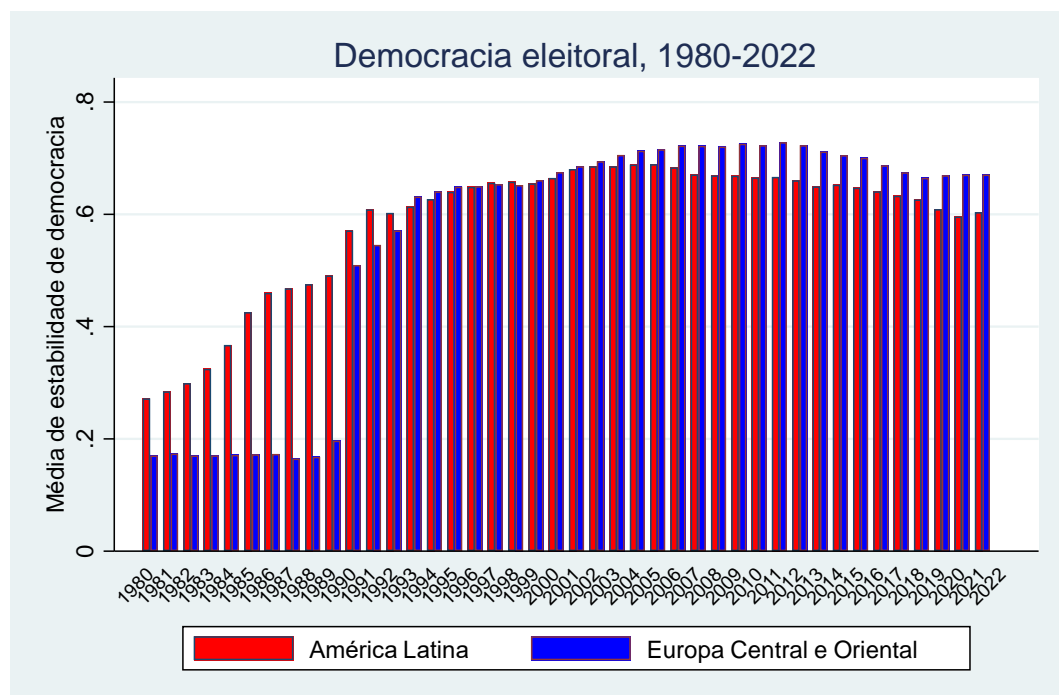
6. Resultados e Discussão

6.1. Estatística descritiva

A literatura sugere que a sobrevivência da democracia se conecta com diversos fatores que desempenham papéis importantes para a garantia de sua estabilidade – a educação, o equilíbrio entre forças políticas e a qualidade de instituições são alguns exemplos que podem tornar uma democracia mais estável e durável. Mas o nível de desenvolvimento, medido pela renda per capita, é o melhor indicador (PRZEWORSKI, 2004, p.11).

Conforme as figuras II e III, verifica-se que a América Latina se democratizou primeiro que os países pós-soviéticos. Após o colapso da URSS, a análise estatística dos dados sinaliza que a evolução do grau de estabilidade das democracias da Europa Central e Oriental (ECE) é relativamente superior ao nível da América Latina. Tendo se aproximado da evolução média dos países latino americanos na década de 1990, o grau de estabilidade do leste europeu permanece mais alto a partir dos anos 2000.

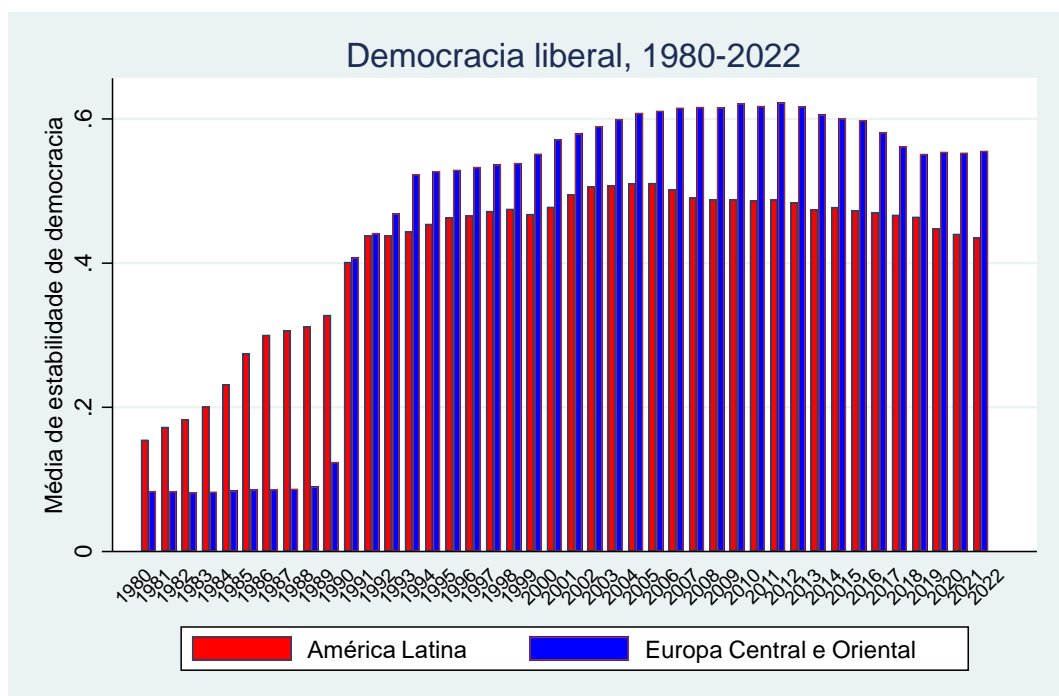
Figura II - Evolução média do grau de estabilidade das democracias (eleitorais) nos países selecionados



A Figura II apresenta o nível de estabilidade de democracias eleitorais que realizam eleições livres, justas, participativas, frequentes e competitivas. Depois dos anos 2000, a média da ECE segue mais alta do que da América Latina ao longo do tempo, contudo, é possível observar um certo grau de instabilidade em ambas regiões. Nota-se avanços e declínios na evolução média do grau de estabilidade. Como a evolução dessa média nos países latino americanos é menor, isso sugere que os países da América Latina tendem a correr mais riscos de se tornarem autocracias.

A Figura III ressalta o grau de estabilidade com base em características de democracias liberais – essas democracias também implementam eleições livres, justas, participativas, frequentes e competitivas, além de promover um controle político e legal. Ou seja, as dimensões de *accountability* vertical eleitoral e de *accountability* horizontal de organizações, sob democracia liberais, é mais desenvolvido do que em democracias eleitorais.

Figura III - Evolução média do grau de estabilidade das democracias (liberais) nos países selecionados

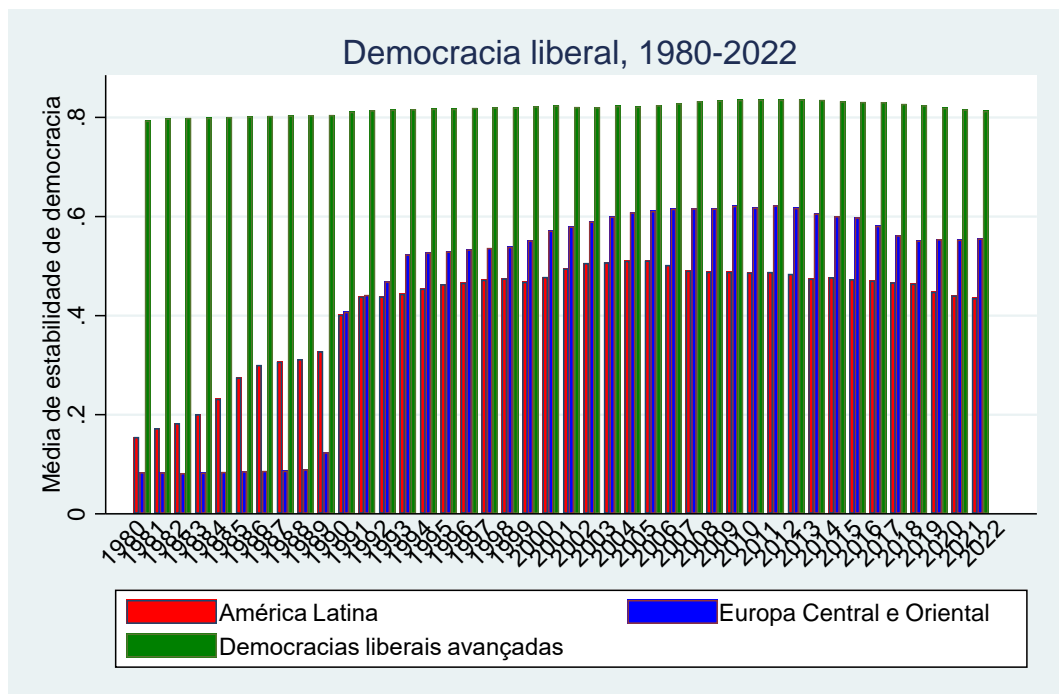


Ao avaliar os dados da Figura III, observa-se novamente um certo grau de instabilidade em ambas regiões, com avanços e declínios. Só que os aspectos que definem uma democracia

liberal são mais desenvolvidos nos países pós-comunistas do que na América Latina. O controle político e legal nos países latino americanos é frágil, quando se considera uma escala de 0 a 1.

Com isso, esta análise sugere que os países do leste europeu e da América Latina podem ser considerados democracias eleitorais, enquanto os aspectos que definem uma democracia liberal são frágeis em ambas regiões – principalmente na América Latina –, quando se compara com democracias liberais avançadas da primeira onda democrática.²⁵

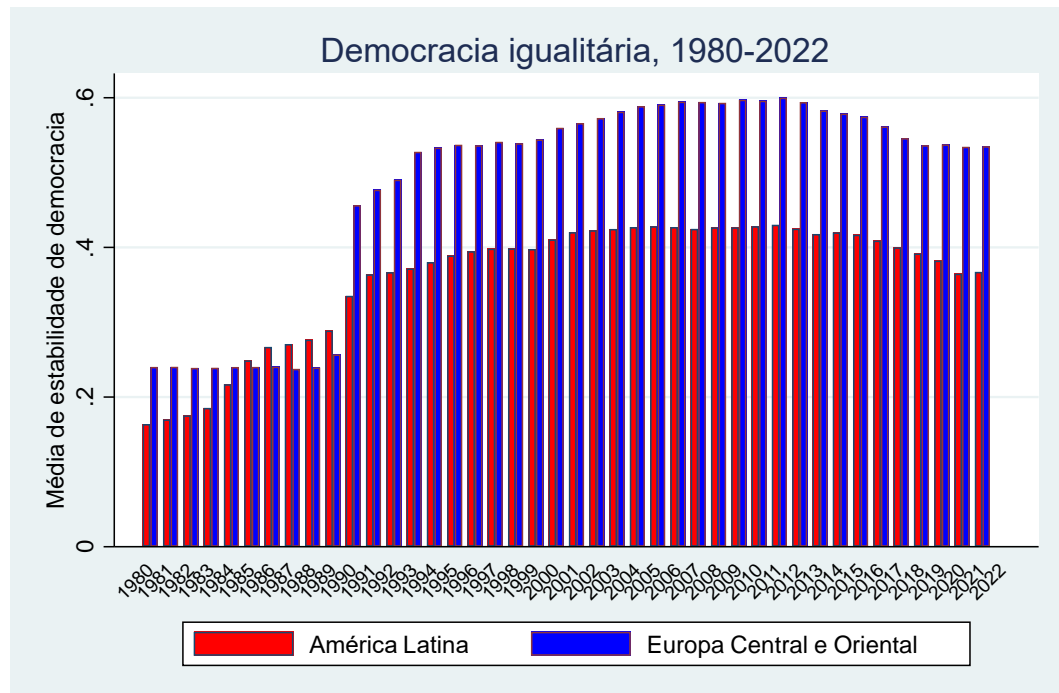
Figura IV - Evolução média do grau de estabilidade das democracias (liberais): países selecionados versus democracias liberais avançadas



A estatística descritiva dos dados ainda revela que o padrão de vida médio dos países do leste europeu é superior ao da América Latina, conforme indicam as figuras V, VI e VII.

²⁵ Democracias incluídas: Alemanha (primeira transição democrática em 1919), Austrália (1901), Bélgica (1894), Canadá (1867), Dinamarca (1901), Estados Unidos (1800), Finlândia (1917), França (1848), Irlanda (1922), Itália (1919), Luxemburgo (1890), Holanda (1897), Noruega (1900), Nova Zelândia (1857), Reino Unido (1885), Suécia (1911) e Suíça (1848) (BOIX, 2003, p.98).

Figura V - Evolução média do grau de estabilidade das democracias nos países selecionados



A Figura V mostra o grau de estabilidade com base em características de democracias igualitárias – essas democracias também implementam eleições livres, justas, participativas, frequentes e competitivas, além de sublinhar o bem-estar básico dos cidadãos (ex.: expectativa de vida, educação e saúde). A ideia é que o funcionamento de uma democracia depende de condições materiais (níveis mínimos de alimentação, habitação, saúde etc.). Desigualdades materiais socioeconômicas inibem o exercício de direitos (V-DEM, 2021, p.45).²⁶ Aqui é notável que o padrão de vida médio dos países pós-comunistas é superior ao da América Latina desde de 1990.

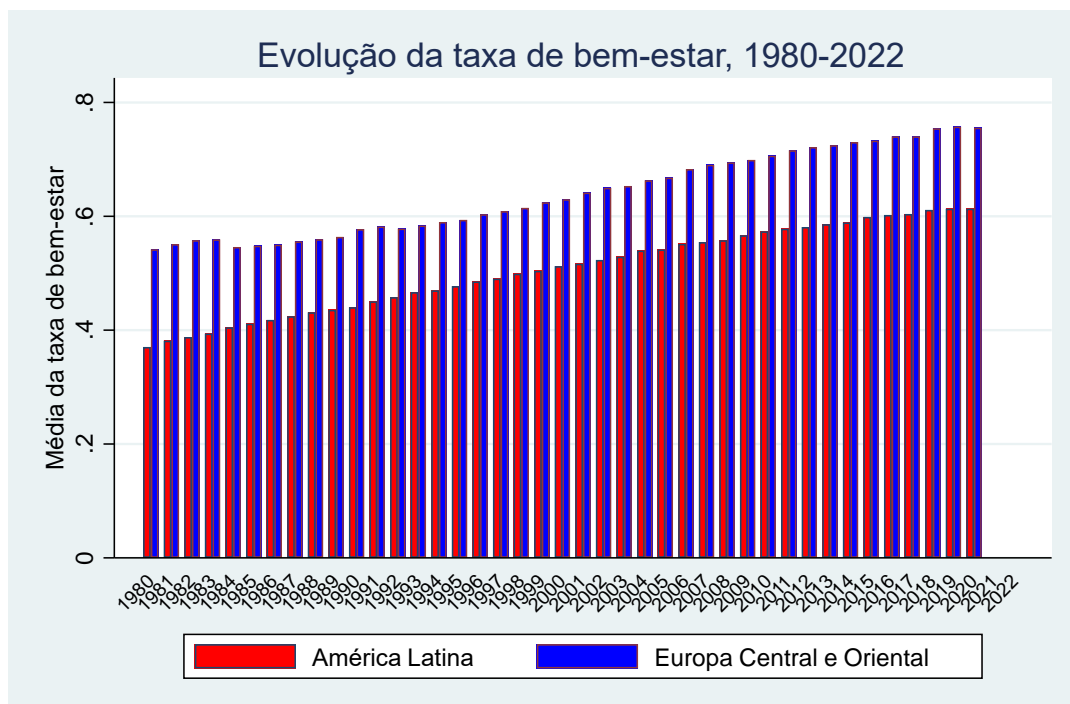
6.1.1. Evolução do padrão de vida material

A seguir, a Figura VI tenta capturar apenas o bem-estar dos cidadãos, ao comparar índices padrão de desenvolvimento humano. Agrupa-se informações de sete variáveis vinculadas com taxa de alfabetização (UNESCO) e média de anos de escolaridade (GHDx);

²⁶ Para mais informações sobre cada variável que especifica uma democracia igualitária, ver Apêndice A.

expectativa de vida (ONU); taxa de mortalidade infantil (ONU); cuidados básicos de saúde (V-Dem) etc.²⁷ Entre pontuações da escala do Estado Global da Democracia (GSoD, na sigla em inglês) que variam de 0 a 1, o grau de bem-estar precisa ser acima de .701 para demonstrar um nível alto que favoreça um processo de estabilidade democrática (desempenho baixo: de .000 a .399. Desempenho médio: de .40 a .70. Alto desempenho: de .701 a 1.00) (GSoD, 2021, p.53).²⁸

Figura VI - Evolução média da taxa de bem-estar



A Figura VI mostra um padrão crescente em ambas regiões, mas a evolução média da taxa de bem-estar dos países pós-comunistas é superior em todo o período, ao comparar com a evolução média da América Latina.

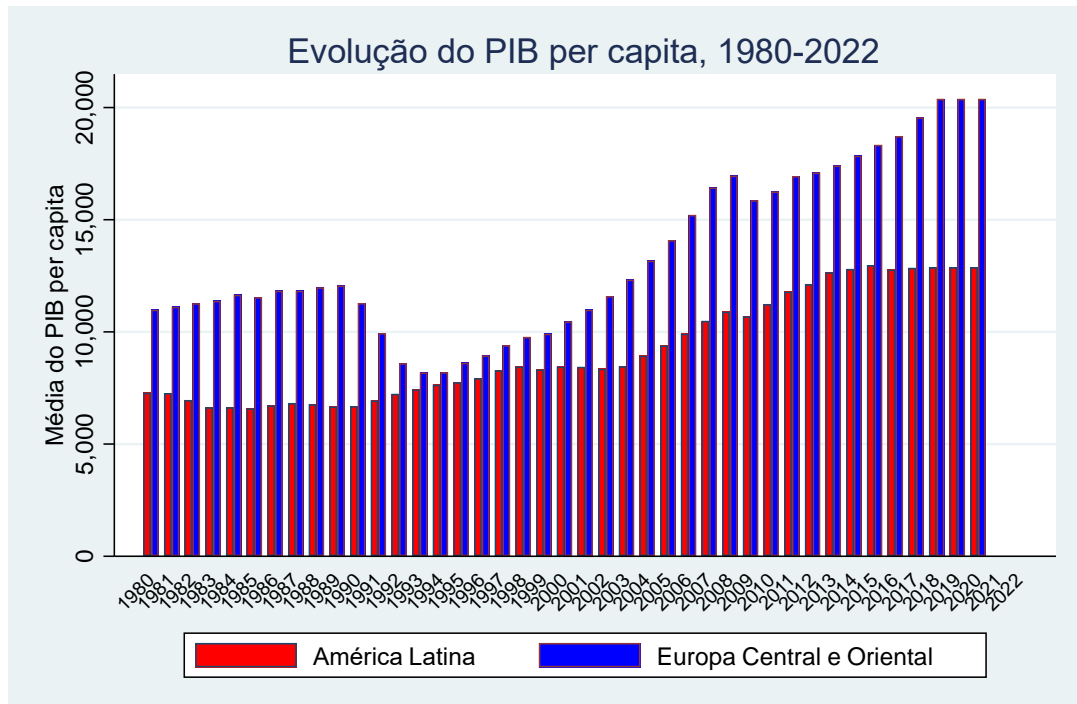
Em matéria de renda per capita, por seu turno, a Figura VII sinaliza uma aproximação da média dos países da América Latina com a média das democracias pós-soviéticas no início

²⁷ Tipo de variável: intervalo. Agregação: *infant mortality rate (per 1000 live births)* (UN STATISTICS); *life expectancy at birth (years)* (UN STATISTICS); *grand Total - kcal/capita/day* (FAO); *adult literacy rate, population over 15* (UNESCO); *average years of educational attainment for adults older than 25, age standardized, both sexes* (IHME); *v2peedueq* (V-Dem); *v2pehealth* (V-Dem).

²⁸ O conjunto de dados do índice do Instituto para a Democracia e Assistência eleitoral (IDEA, na sigla em inglês), contém informações quantitativas de 166 países entre 1975 e 2020.

das transições políticas de 1990. Todavia, constata-se outra vez que o padrão de vida médio do leste europeu é mais elevado durante todo o período amostral.

Figura VII - Evolução média da renda per capita dos países selecionados medida em valores constantes de 2011US\$



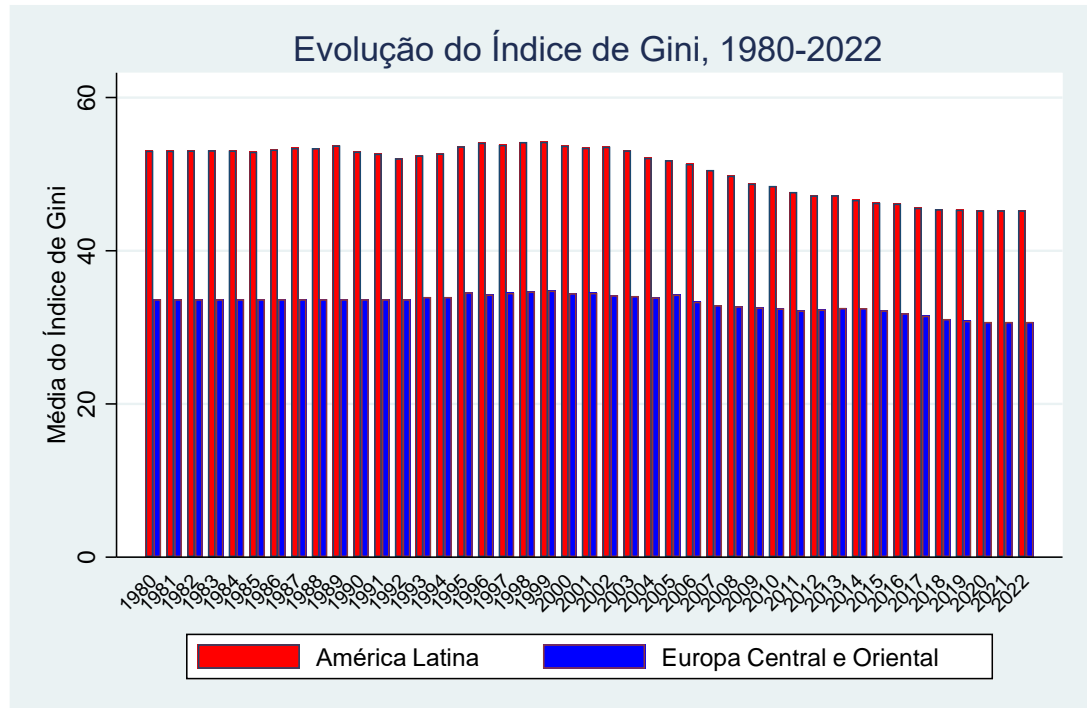
6.1.2. Evolução da desigualdade

Apesar dessas diferenças relacionadas com os níveis de estabilidade e de padrão de vida médio, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados da ECE não se equipara com o da América Latina. O PIB latino americano é muito maior.²⁹ Isso denota que o grau de desigualdade pode ser acentuado. A Figura VIII, em vista disso, traz informações no que concerne o nível de desigualdade nesse território. O Índice de Gini é a medida adotada – esse índice mede até que ponto o nível de distribuição de renda de um país em avaliação se desvia de uma distribuição igualmente perfeita (BANCO MUNDIAL, 2020). A variação se dá entre 0 (igualdade perfeita)

²⁹ Para mais informações, ver Apêndice F.

e 100 (desigualdade perfeita). Uma breve apreciação dos dados confirma que a América Latina tem níveis superiores de desigualdade.

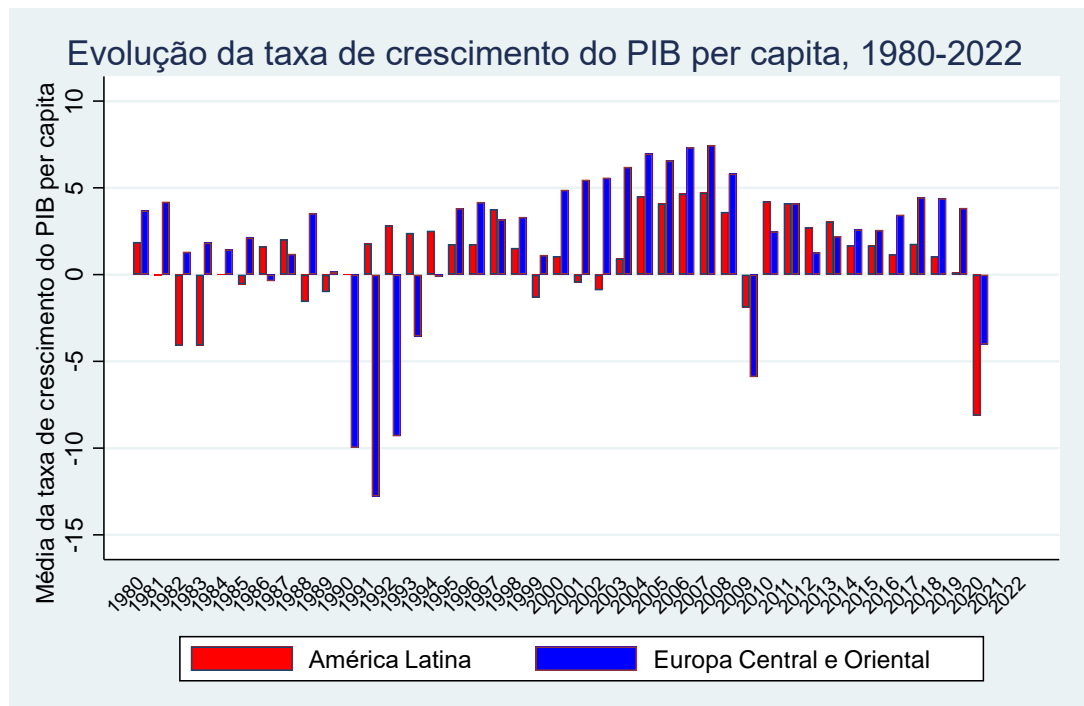
Figura VIII - Evolução média do Índice de Gini



Em termos de crises, a Figura IX revela que a América Latina registrou um desempenho econômico ruim na década de 1980. No início dessa primeira década, por exemplo, a taxa média de crescimento do PIB per capita foi de -4%, aproximadamente. A economia teve um desempenho menos ruim nos 10 anos seguintes, sendo marcada por um leve recuo entre 1998 e o início dos anos 2000. De 2003 até 2008, por outro lado, a economia da região viveu o seu melhor momento – os países não foram tão afetados pela crise econômica global de 2008 como as democracias pós-comunistas. Mas a próxima década não sustentou o desempenho econômico. Houve um declínio gradual ao longo dos anos, embora as taxas de crescimento tenham sido positivas. Com a pandemia de COVID-19, por sua vez, desencadeou-se uma crise econômica dramática sob taxas de quase -10%.

A Figura IX também assinala que os países da ECE sofreram um choque intenso no início da transição sistêmica após o colapso soviético. O desequilíbrio alcançou taxas de crescimento inferiores a -10%. A fragilidade econômica desses Estados começou a ser atenuada por volta de 1996. Na primeira parte dos anos 2000, os melhores períodos registraram taxas de crescimento acima de 5%. Só que a crise econômica global de 2008 atingiu as democracias pós-soviéticas com força. Os anos seguintes anotaram taxas de crescimento positivas, no entanto, as economias da Europa Oriental também não suportaram o impacto da pandemia.

Figura IX - Evolução média da taxa de crescimento percentual anual do PIB per capita com base em preços constantes de 2010, expressos em dólares americanos



6.2. Estimativas dos modelos de regressão

Tendo a renda per capita ou sua taxa de variação anual como variável de interesse são estimados modelos básicos sem e com efeitos fixos para democracias eleitorais e liberais para todos os países e separando por países da ECE e da América Latina.

Para todas as especificações são usados dados de 1981 a 2020 para um conjunto de estimativas com a variável de interesse contemporânea, dados de 1983 a 2021 para estimativas

com a variável de interesse defasada de dois períodos e dados de 1984 a 2021 para estimativas com a variável de interesse defasada de três períodos.

6.2.1. Modelos para renda per capita

Conforme mostra a Tabela VII, a renda per capita é a variável de interesse neste caso e se mostra positiva e estatisticamente significativa em todas as especificações, sugerindo uma correlação positiva entre padrão de vida e estabilidade democrática para todos os conjuntos de países. Estes resultados estão em acordo com os obtidos anteriormente por Barro (1999), Przeworski et al. (1997, 2000), Boix e Stokes (2003) e Papaioannou e Siourounis (2008).

Tabela VII - Regressões padrão sem efeito fixo

Painel 1 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita (t)	0.2021***	0.2463***	0.1648***
	(0.026)	(0.043)	(0.035)
Índice de Gini	0.0034**	-0.0029	0.0011
	(0.001)	(0.003)	(0.005)
Observações	1,290	593	697
R-squared	0.544	0.758	0.455
Painel 2 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita (t)	0.2464***	0.2887***	0.2161***
	(0.033)	(0.058)	(0.044)
Índice de Gini	0.0014	-0.0022	0.0023
	(0.002)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,290	593	697
R-squared	0.553	0.731	0.441
Painel 3 (1983-2021), defasagem de dois períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita ($t-2$)	0.1994***	0.2404***	0.1662***
	(0.027)	(0.041)	(0.038)

Índice de Gini	0.0031**	-0.0035	0.0006
	(0.001)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,276	596	680
R-squared	0.498	0.718	0.408

Painel 4 (1983-2021), defasagem de dois períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita (<i>t-2</i>)	0.2435***	0.2800***	0.2196***
	(0.034)	(0.055)	(0.049)
Índice de Gini	0.0011	-0.0030	0.0019
	(0.002)	(0.004)	(0.006)
Observações	1,276	596	680
R-squared	0.515	0.688	0.408

Painel 5 (1984-2021), defasagem de três períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita (<i>t-3</i>)	0.1984***	0.2395***	0.1653***
	(0.027)	(0.041)	(0.041)
Índice de Gini	0.0030*	-0.0037	0.0002
	(0.001)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,252	589	663
R-squared	0.475	0.700	0.382

Painel 6 (1984-2021), defasagem de três períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita (<i>t-3</i>)	0.2421***	0.2774***	0.2196***
	(0.035)	(0.054)	(0.052)
Índice de Gini	0.0009	-0.0034	0.0016
	(0.002)	(0.004)	(0.006)
Observações	1,252	589	663
R-squared	0.496	0.667	0.389

Erros padrão robustos clusterizados por países em parênteses. Significativo a *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.1$. Variáveis independentes adicionais: logaritmo da renda, *dummies* de localização geográfica e *dummies* de ano.

Entretanto, no que se refere ao nível de desigualdade, medido pelo Índice de Gini, embora houvesse uma expectativa de que tivesse uma correlação negativa como o grau de democracia, nenhuma especificação se mostrou estatisticamente significativa nesta relação.

Apenas significativos e com o sinal contrário ao esperado perto do limiar de 5% para a amostra toda de acordo com os painéis 1 e 3, e perto do limiar de 10% para a amostra toda de acordo com o painel 5. Neste sentido, são resultados opostos aos obtidos por Muller (1995) e Boix (2003).

6.2.2. Modelos de efeito fixo para renda per capita

Os modelos da Tabela VII estimados com a inclusão de efeitos fixos resultam nas estimativas mostradas na Tabela VIII. Os resultados obtidos confirmam os resultados do estudo produzido por Acemoglu et al. (2008), que estabelece que uma vez inseridos os controles por efeitos fixos, a correlação entre renda e democracia tende a desaparecer, inclusive para os modelos com variáveis defasadas. A Tabela VIII sugere que os valores significativos para esta variável em algumas especificações ocorrem apenas em torno de 10%, sendo a maioria não estatisticamente significativa, tanto no leste europeu quanto na América Latina. Não há evidência de correlação entre renda per capita e diferentes medidas de democracia – eleitoral e liberal. Do mesmo modo, regressões que incorporam efeitos fixos não mostram evidências de efeito do grau de desigualdade na estabilidade de democracias, inclusive tendo todos os coeficientes da variável Gini se mostrado iguais a zero em todas as especificações, por conta do maior controle por efeitos fixos.

Tabela VIII - Modelo de efeito fixo

Painel 7 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita (<i>t</i>)	0.1940*	0.0882	0.3915
	(0.098)	(0.051)	(0.233)
Índice de Gini	0.0044	-0.0002	0.0028
	(0.004)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,290	593	697
R-squared	0.535	0.759	0.494
Painel 8 (1981-2020)			

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita (<i>t</i>)	0.1978*	0.1173	0.3667
	(0.101)	(0.068)	(0.241)
Índice de Gini	0.0054	0.0015	0.0035
	(0.004)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,290	593	697
R-squared	0.492	0.735	0.426

Painel 9 (1983-2021), defasagem de dois períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita (<i>t-2</i>)	0.1462*	0.0495	0.3879*
	(0.079)	(0.035)	(0.215)
Índice de Gini	0.0035	-0.0010	0.0016
	(0.004)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,276	596	680
R-squared	0.478	0.721	0.442

Painel 10 (1983-2021), defasagem de dois períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita (<i>t-2</i>)	0.1440*	0.0605	0.3689
	(0.081)	(0.048)	(0.224)
Índice de Gini	0.0043	0.0006	0.0023
	(0.004)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,276	596	680
R-squared	0.435	0.690	0.382

Painel 11 (1984-2021), defasagem de três períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita (<i>t-3</i>)	0.1256*	0.0388	0.3749*
	(0.070)	(0.035)	(0.205)
Índice de Gini	0.0030	-0.0010	0.0004
	(0.004)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,252	589	663
R-squared	0.448	0.705	0.407

Painel 12 (1984-2021), defasagem de três períodos

	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal

Renda per capita ($t-3$)	0.1202	0.0412	0.3606
	(0.072)	(0.045)	(0.216)
Índice de Gini	0.0038	0.0006	0.0012
	(0.004)	(0.004)	(0.005)
Observações	1,252	589	663
R-squared	0.407	0.673	0.352

Erros padrão robustos clusterizados por países em parênteses. Significativo a *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.1$. Variáveis independentes adicionais: logaritmo da renda, *dummies* de localização geográfica e *dummies* de ano.

6.2.3. Modelos para taxa de crescimento do PIB per capita

A taxa de crescimento de renda além de medir a evolução do padrão material de vida, também é capaz de medir crises econômicas (ACEMOGLU et al. 2008). Neste sentido, o resultado apresentado na Tabela IX é contraintuitivo. Esperava-se que a existência de crises econômicas, medida pela taxa de crescimento percentual anual do PIB per capita, tivesse um impacto significativo sobre a estabilidade de democracias. Mas apenas alguns dos coeficientes associados à variável de taxa de crescimento nas diferentes especificações possuem significância perto de 10% e a maioria deles permanece não correlacionado estatisticamente com estabilidade democrática. Apenas significativos perto do limiar de 5% para a amostra toda como mostram os painéis 16 e 18. Novamente, estas evidências são contrárias às encontradas em resultados anteriores de Haggard e Kaufman (1997), Geddes (1999), Przeworski et al. (2000) e Acemoglu e Robinson (2006). Com relação à desigualdade encontra-se evidências robustas de que não afetam o nível de estabilidade democrática.

Tabela IX - Regressão padrão sem efeito fixo (taxa de crescimento de renda)

Painel 13 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Taxa de crescimento (t)	0.0018	0.0033	0.0010
	(0.001)	(0.002)	(0.002)
Índice de Gini	-0.0017	-0.0100	-0.0042
	(0.003)	(0.006)	(0.006)

Observações	1,185	494	691
R-squared	0.318	0.356	0.342
Painel 14 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Taxa de crescimento (t)	0.0030*	0.0050*	0.0017
	(0.002)	(0.003)	(0.003)
Índice de Gini	-0.0045	-0.0111	-0.0046
	(0.003)	(0.007)	(0.008)
Observações	1,185	494	691
R-squared	0.293	0.323	0.243
Painel 15 (1983-2021), defasagem de dois períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Taxa de crescimento ($t-2$)	0.0027*	0.0033	0.0037*
	(0.001)	(0.002)	(0.002)
Índice de Gini	-0.0016	-0.0092	-0.0045
	(0.003)	(0.006)	(0.007)
Observações	1,156	481	675
R-squared	0.261	0.337	0.275
Painel 16 (1983-2021), defasagem de dois períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Taxa de crescimento ($t-2$)	0.0039**	0.0052*	0.0042
	(0.002)	(0.003)	(0.003)
Índice de Gini	-0.0045	-0.0104	-0.0048
	(0.003)	(0.007)	(0.008)
Observações	1,156	481	675
R-squared	0.250	0.310	0.189
Painel 17 (1984-2021), defasagem de três períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Taxa de crescimento ($t-3$)	0.0028*	0.0041	0.0023
	(0.001)	(0.002)	(0.003)
Índice de Gini	-0.0017	-0.0090	-0.0049
	(0.003)	(0.006)	(0.007)
Observações	1,124	465	659
R-squared	0.230	0.330	0.234

Painel 18 (1984-2021), defasagem de três períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Taxa de crescimento ($t-3$)	0.0040** (0.002)	0.0058* (0.003)	0.0034 (0.003)
Índice de Gini	-0.0046 (0.003)	-0.0102 (0.007)	-0.0052 (0.009)
Observações	1,124	465	659
R-squared	0.229	0.305	0.160

Erros padrão robustos clusterizados por países em parênteses. Significativo a *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.1$. Variáveis independentes adicionais: logaritmo da renda, *dummies* de localização geográfica e *dummies* de ano.

6.2.4. Modelos de efeito fixo para taxa de crescimento do PIB per capita

Segundo os dados da Tabela X, quando se introduz o controle por efeitos fixos, também não há evidência de correlação entre taxa de crescimento e democracia tanto no leste europeu como na América Latina. Novamente, regressões com modelos de efeitos fixos não indicam impacto do grau de desigualdade na estabilidade de democracias.

Tabela X - Modelo de efeito fixo (taxa de crescimento de renda)

Painel 19 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Taxa de crescimento (t)	-0.0003 (0.001)	-0.0007 (0.002)	0.0002 (0.002)
Índice de Gini	0.0024 (0.004)	-0.0009 (0.004)	0.0015 (0.005)
Observações	1,185	494	691
R-squared	0.436	0.488	0.443

Painel 20 (1981-2020)			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Taxa de crescimento (t)	-0.0005 (0.001)	-0.0002 (0.002)	-0.0007 (0.002)
Índice de Gini	0.0032 (0.004)	-0.0001 (0.005)	0.0022 (0.005)
Observações	1,185	494	691

R-squared	0.377	0.499	0.373
Painel 21 (1983-2021), defasagem de dois períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Taxa de crescimento ($t-2$)	0.0003 (0.001)	-0.0004 (0.002)	0.0024 (0.002)
Índice de Gini	0.0018 (0.004)	-0.0014 (0.004)	0.0006 (0.005)
Observações	1,156	481	675
R-squared	0.371	0.452	0.376
Painel 22 (1983-2021), defasagem de dois períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Taxa de crescimento ($t-2$)	0.0002 (0.001)	0.0003 (0.002)	0.0012 (0.002)
Índice de Gini	0.0024 (0.004)	-0.0005 (0.005)	0.0011 (0.005)
Observações	1,156	481	675
R-squared	0.318	0.459	0.311
Painel 23 (1984-2021), defasagem de três períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Taxa de crescimento ($t-3$)	0.0003 (0.001)	0.0005 (0.001)	0.0005 (0.002)
Índice de Gini	0.0011 (0.004)	-0.0015 (0.005)	-0.0007 (0.005)
Observações	1,124	465	659
R-squared	0.335	0.445	0.334
Painel 24 (1984-2021), defasagem de três períodos			
	Todos os países	Leste europeu	América Latina
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Taxa de crescimento ($t-3$)	0.0002 (0.001)	0.0010 (0.001)	-0.0001 (0.002)
Índice de Gini	0.0017 (0.004)	-0.0007 (0.005)	-0.0001 (0.005)
Observações	1,124	465	659
R-squared	0.288	0.454	0.277

Erros padrão robustos clusterizados por países em parênteses. Significativo a *** $p < 0.01$; ** $p < 0.05$; * $p < 0.1$. Variáveis independentes adicionais: logaritmo da renda, *dummies* de localização geográfica e *dummies* de ano.

Até aqui, esta análise considera que os países do leste europeu e da América Latina são democracias eleitorais, enquanto os aspectos que definem uma democracia liberal são frágeis em ambas regiões, quando se compara com democracias liberais avançadas da primeira onda democrática (V-DEM, 2021).

Além disso, segundo Mukand e Rodrik (2020, p.36), frequentemente, a literatura de economia política sobre estabilidade democrática e sobre transições democráticas não se preocupa com distinções teóricas entre democracias eleitorais e liberais. Embora os modelos econométricos sejam excelentes, a inconclusividade de muitas investigações empíricas pode ter relação com essa falta de diferenciação. Esta pesquisa tentou lidar com esse fator. Mesmo com essas distinções entre democracias eleitorais e liberais – que não foram uma preocupação para estudos anteriores –, as estimativas promovidas por esta pesquisa, entretanto, deparam-se com resultados semelhantes aos achados precedentes na literatura acadêmica. Nesse sentido, sugere-se que talvez não seja um grande problema avaliar conjuntamente democracias liberais avançadas e democracias eleitorais em uma mesma amostra.

Os achados deste estudo sinalizam forte correlação positiva entre renda e democracia sob regressões padrão sem controle de efeitos fixos, confirmando os achados de Barro (1999), Przeworski et al. (1997, 2000), Boix e Stokes (2003) e Papaioannou e Siourounis (2008).³⁰ Uma vez que modelos com melhores especificações são empregados, tais como de efeitos fixos em painéis de países, essa correlação desaparece, à semelhança de Acemoglu et al. (2008). A estratégia de efeitos fixos controla por fatores constantes no tempo que estão omitidos nas análises prévias dos autores citados acima. Com isso, para esta amostra investigada, a renda

³⁰ Przeworski (2005, p.253) não apenas afirma que as chances de sobrevivência de democracias aumentam de acordo com o limite de renda de cada país, mas também estabelece uma inferência preditiva: democracias ricas são inexpugnáveis. Aproximadamente, esse limite de renda deve ser acima de US\$6,055, medido em dólares internacionais de 1985. Vale pontuar, porém, que a democracia da Venezuela não sobreviveu mesmo com uma renda acima de 17 mil dólares – US\$6,055 ajustados para 2015 são por volta de US\$13,413.23. A democracia da Hungria também não sobreviveu mesmo com uma renda acima de 25 mil dólares – US\$6,055 ajustados para 2018 equivalem a US\$14,225.92. Ou seja, democracias ricas não são inexpugnáveis.

não é um determinante chave para as democracias dos países do leste europeu e da América Latina. Algum outro fator não observado omitido que explica o viés encontrado em regressões sem efeitos fixos ainda precisa ser identificado.

Adicionalmente, havia a suposição de que crises econômicas pudessem ter uma correlação significativa com o grau de estabilidade democrática, o que implicaria numa correlação positiva e estatisticamente significativa entre taxa de crescimento de renda per capita e estabilidade democrática. Mas nenhuma das estimativas sugere efeito. Esse resultado robusto às especificações empregadas neste estudo vai contra os achados de Haggard e Kaufman (1997), Geddes (1999), Przeworski et al. (2000) e Acemoglu e Robinson (2006).

Do mesmo modo, no que se refere ao nível de desigualdade, medido pelo Índice de Gini, embora houvesse uma expectativa de que tivesse uma correlação negativa como o grau de democracia, nenhuma especificação se mostrou estatisticamente significativa nesta relação. Apenas significativos e com o sinal contrário ao esperado (positivo), perto do limiar de 5% para a amostra toda (em regressões que não incorporam efeitos fixos). Assim, são resultados opostos aos obtidos por Muller (1995) e Boix (2003).

No entanto, esta pesquisa talvez tenha problemas de amostragem, em termos de recorte temporal e/ou de tamanho da amostra. Em primeiro lugar, o efeito da renda, da desigualdade ou de crises sobre a democracia pode aparecer somente em horizontes de tempo muito longos (ACEMOGLU et al., 2008, p.827). Em segundo lugar, o tamanho da amostra é pequeno. Ao incluir somente 34 países é possível que exista um viés de seleção que dificulte o processo de captura do efeito dessas variáveis sobre a democracia (PERSSON; TABELLINI, 2009, p. 114).

No que se refere o recorte temporal, este estudo também mobiliza estimativas em horizontes mais longos, para testar a validade da proposta de Acemoglu et al. (2008). Um conjunto de dados de 100 anos (1921-2021) com painéis de países de defasagem de dois

períodos (1924-2020) e de três períodos (1925-2021) medem o efeito da renda sobre a democracia na América Latina. Como não existem dados para todos os países da ECE, o leste europeu não faz parte da amostra. Os resultados desse teste são semelhantes ao da amostra de 40 anos (1980-2022) deste estudo. Sem efeitos fixos, há uma correlação significativa entre renda e democracia. Com efeitos fixos, o efeito permanece significativo, mas todas as especificações ficam no limiar de 10% neste caso – somente uma especificação fica perto do limiar de 5% para a América Latina. Esse resultado se parece com os achados de amostras menores (40 anos), quando todas as especificações ficam no limiar de 10% – apenas os modelos com amostra inteira (leste europeu e América Latina) e para a América Latina mantiveram esta significância de 10%, e os modelos para os países do leste europeu apresentaram relação não significativa para estas variáveis.³¹ Tem-se assim, evidências tênues da relação em prazos mais longos como propõem os autores. A amostra de 100 anos não traz evidências adicionais, em comparação com a amostra de 40 anos. Mas como as democracias latino americanas são regimes recentes, pesquisas futuras podem tentar medir esse efeito da renda nas democracias liberais avançadas dos países da primeira e da segunda onda democrática. O efeito estatístico dos níveis de desigualdade ou de crises não são mensurados neste longo prazo proposto – sendo assim, novas pesquisas de horizontes mais longos para esmiuçar ambas variáveis são bem-vindas.

Com relação ao tamanho da amostra, também existe espaço para pesquisas futuras tentarem medir o efeito da renda nas democracias liberais avançadas dos países da primeira e da segunda onda democrática em uma série mais longa. De qualquer forma, este estudo argumenta que se o coeficiente de renda é insignificante nas amostras de 40 anos e de 100 anos dos países pós-segunda onda democrática do leste europeu e da América Latina, é provável que

³¹ Para mais informações, consultar o Apêndice G.

o PIB per capita não seja um determinante tão importante. Uma literatura extensa aponta o canal reverso: o modo como os regimes políticos afetam o desenvolvimento econômico.

Rodrik e Wacziarg (2005, p.50, 51 e 55), por exemplo, encontram uma correlação positiva de novas democracias para com o desempenho econômico de curto prazo – nos primeiros cinco anos após transições democráticas (amostra de 1950 até 2000). Persson e Tabellini (2009, p.89, 90 e 123) sugerem um círculo virtuoso que envolve o reforço recíproco entre experiência democrática e crescimento econômico. A evidência de um painel com dados anuais de 155 países para um período de 180 anos é: se uma nova democracia persiste, através de sua própria experiência histórica, o país atinge uma lenta acumulação de ativos cívicos e sociais que são chamados de capital democrático. A experiência democrática que é adquirida favorece o desenvolvimento econômico futuro, afeta o retorno de investimentos e gera efeitos positivos sobre a renda. O crescimento econômico, por sua parte, facilita um processo de mais acumulação de capital democrático. Acemoglu et al. (2015, p.3, 27 e 28), por fim, também ressaltam que existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre democracia e crescimento econômico no longuíssimo prazo. Após 25 anos de democratização, o PIB per capita de uma democracia é aproximadamente 20% maior. Em média, a democracia aumenta os investimentos, apresenta maiores reformas econômicas, melhora o fornecimento de bens públicos (ex.: o ensino primário) etc. Isso não significa que autocracias não fomentem tais canais, apenas sugere que existem probabilidades maiores entre democracias.

Portanto, de acordo com os resultados obtidos neste estudo, renda não é um determinante chave para os países do leste europeu, uma vez que nem correlação significativa foi encontrada entre estas variáveis. Estimativas sublinham que a democracia deve ter efeito sobre a renda e não o contrário. O efeito partindo da renda para a democracia pode ser considerada uma questão superada pelos estudiosos. Outros potenciais determinantes constituem uma linha de investigação futura mais frutífera: a diferença de longevidade dos

sistemas parlamentarista e presidencialista (LINZ, 1990); o papel da religião (HUNTINGTON, 1993); o legado colonial (ACEMOGLU et al., 2001); o legado autoritário (CHEIBUB, 2007); o papel da educação (GLAESER et al., 2007); o clima político internacional (PERSSON; TABELLINI, 2009); o impacto de um sistema de representação proporcional de baixa magnitude (entre quatro e oito assentos) (CAREY; HIX, 2011); o nível de institucionalização de um sistema partidário (MAINWARING, 2018), entre outros fatores.

7. Considerações Finais

Os achados deste estudo mostram que a correlação positiva e estatisticamente significativa entre renda e democracia, encontrada anteriormente na literatura, não se sustenta quando se usa regressões com controle de efeitos fixos. Assim, quando modelos estatísticos com melhores especificações são empregados, essa correlação tende a desaparecer. Para a amostra investigada de 40 anos de observações, a renda per capita não se mostra um determinante chave para as democracias dos países do leste europeu e da América Latina. Deste modo, algum outro fator não observado omitido, que possivelmente elimine o viés encontrado em regressões sem efeitos fixos ainda precisa ser identificado. Adicionalmente, havia a suposição de que crises econômicas, avaliadas por variações bruscas na renda per capita (taxa de crescimento), pudessem ter uma correlação significativa com o grau de estabilidade democrática. Mas nenhuma das estimativas sugere efeito. Do mesmo modo, no que se refere ao nível de desigualdade, embora houvesse uma expectativa de que tivesse uma correlação negativa e estatisticamente significativa com o grau de democracia, nenhuma especificação se mostra estatisticamente significativa nesta relação.

Entretanto, como apontam Acemoglu et al. (2008), o efeito pode existir, só que pode ser captado apenas em horizontes de tempo muito grandes, o que impediria que estudos atuais fossem capazes de pegar algum efeito para o caso das novas democracias do leste europeu. Num recorte temporal mais longo de 100 anos (1921-2021) com painéis de países da América Latina, incluindo inclusive períodos prévios com valor próximo de zero para democracias (eleitoral e liberal) foi encontrado uma correlação tênue entre padrão de vida e estabilidade das democracias, com a maioria das especificações ficando no limiar de 10% de significância.

De qualquer forma, considerando as fracas evidências, este estudo conclui pela ausência, no caso dos países pós-segunda onda democrática do leste europeu e da América Latina, de correlação entre PIB per capita (e sua taxa de crescimento) e estabilidade

democrática. Apesar do padrão de vida mais alto dos países da ECE, da desigualdade mais acentuada dos países latino americanos e da ocorrência de crises profundas, as estimativas são similares em ambos os grupos de análise, em termos de correlações entre renda e democracia, taxa de crescimento e democracia e Índice de Gini e democracia. Portanto, de acordo com os resultados obtidos neste estudo, renda não é um determinante chave para os países do leste europeu, uma vez que nem correlação significativa foi encontrada entre estas variáveis. Outros potenciais determinantes e métodos robustos alternativos constituem linhas de investigação futura potencialmente frutíferas. Por fim, uma contribuição não menos importante é que mesmo considerando distinções entre democracias eleitorais e liberais – que não foram uma preocupação para estudos anteriores, conforme sugere Mukand e Rodrik (2020) –, as estimativas promovidas por esta pesquisa se deparam com resultados semelhantes aos achados precedentes na literatura acadêmica. Tal fator foi explorado em diferentes amostras com grupos de países diferentes. Então, sugere-se que talvez não seja um grande problema avaliar conjuntamente democracias liberais avançadas e democracias eleitorais em uma mesma amostra.

8. Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.
- ACEMOGLU et al. Income and Democracy. *American Economic Review* 2008, 98:3, pp.808–842.
- ACEMOGLU et al. Reevaluating the modernization hypothesis. *Journal of Monetary Economics*, 2009.
- ACEMOGLU et al. Democracy Does Cause Growth. *Journal of Political Economy*, 2015.
- ÁGH, Attila. *The decline of democracy in East-Central Europe: Hungary as the worst-case scenario*, 2016.
- ÁGH, Attila. *Rethinking the historical trajectory of ECE: From the “original sin” in democratization to redemocratization*, 2020.
- ALMOND; VERBA. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Princeton Legacy Library, 1963.
- BARRO, R. Determinants of democracy. *Journal of Political Economy*, Vol. 107, No. S6 (December 1999), pp. S158-S183.
- BÉRTOA, F. *Party systems and cleavage structures revisited: A sociological explanation of party system institutionalization in East Central Europe*, 2012.
- BÉRTOA, F. *Database on WHO GOVERNS in Europe and beyond*, PSGo, 2021. Disponível no link: <whogoverns.eu>. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.
- BIRCH, S. *Electoral systems and political transformation in post-communist Europe*, 2003.
- BIZZARRO; HICKEN; SELF. *The V-Dem Party Institutionalization Index: a new global indicator (1900-2015)*. *Varieties of Democracy (V-Dem)*, 2017.
- BJØRNSKOV; RODE. *Regime Types and Regime Change: A New Dataset*. *Review of International Organizations*, 2020.
- BLAŽEK, J.; NETRDOVÁ, P. *Regional unemployment impacts of the global financial crisis in the new member states of the EU in Central and Eastern Europe*. *European Urban and Regional Studies*, 2012.

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.169.
- BOIX, C. Democracy and redistribution. Cambridge Studies in Comparative Politics, 2003.
- BOIX, C.; STOKES, S. Endogenous democratization. World Politics, Volume 55, Number 4, July 2003, pp. 517-549.
- BOLT *et al.* Maddison Project Database: Maddison style estimates of the evolution of the world economy. Maddison Project, 2020.
- BÖRZEL; RISSE. Venus approaching Mars? The European Union's approaches to democracy promotion in comparative perspective. Promoting Democracy and the Rule of Law, 2009.
- BRZEZINSKI, M. Income inequality and the Great Recession in Central and Eastern Europe. Economic Systems, 2018.
- BÜHLMANN *et al.* "The Democracy Barometer: A New Instrument to Measure the Quality of Democracy and its Potential for Comparative Research." European Political Science 11, 2012.
- CAREY, J.M.; HIX, S. The Electoral Sweet Spot: Low-Magnitude Proportional Electoral Systems. American Journal of Political Science, pp. 383-397, 2011.
- CAROTHERS, Thomas. How Democracies Emerge. Journal of Democracy, 2007.
- CHEIBUB. Presidentialism, parliamentarism, and democracy. Cambridge University Press, 2007.
- CHEIBUB; GANDHI; VREELAND. Democracy and dictatorship revisited. Public choice, 2010.
- CHEIBUB, J. A.; SIN, G. Preference vote and intra-party competition in open list PR systems". Journal of Theoretical Politics, pp. 70-95, 2020.
- COPPEDGE *et al.* V-Dem Codebook v11.1. Varieties of Democracy (V-Dem) Project, 2021.
- DAHL, Robert. Polyarchy: Participation and opposition. New Haven and London, 1971.
- DAHL, Robert. On Democracy. New Haven and London, 1998.
- DIAMOND, L. Three paradoxes of democracy. Journal of Democracy, Volume 1, Number 3, Summer 1990, pp. 48-60.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. The Quality of Democracy. *Journal of Democracy*, Volume 15, Number 4, October 2004, pp. 20-31.

DRAZANOVA, L. Introducing the Historical Index of Ethnic Fractionalization (HIEF) Dataset: Accounting for Longitudinal Changes in Ethnic Diversity. *Journal of Open Humanities Data*, 2020.

DUMBRELL, John. *Clinton's Foreign Policy: Between the Bushes, 1992-2000*. Contemporary Security Studies, 2009.

ENYEDI, Z. Right-wing authoritarian innovations in Central and Eastern Europe. *East European Politics*, 2020.

FINK-HAFNER; HAFNER-FINK. *The Determinants of the Success of Transitions to Democracy*. Routledge, 2009.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World: Political Rights and Civil Liberties 1973-2021*. Freedom House, 2021.

FUKUYAMA, F. Dealing with inequality. *Journal of Democracy*, Volume 22, Number 3, July 2011, pp. 79-89.

GEORGE, A; BENNETT, A. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*. MIT Press, 2005.

GLAESER, E.; PONZETTO, G.; SHLEIFER, A. *Why does democracy need education?* Springer Science+Business Media, LLC 2007.

GRANATO; INGLEHART; LEBLANG. The Effect of Cultural Values on Economic Development: Theory, Hypothesis, and Some Empirical Tests. *American Journal of Political Science*, 1996.

GRESKOVITS, B. *The hollowing and backsliding of democracy in East Central Europe*, 2015.

HARDY; HARLEY; PHILLIPS. *Discourse Analysis and Content Analysis: Two Solitudes?* 2004.

HOWARD, MM. *The weakness of civil society in post-communist Europe*. Cambridge University Press, 2003.

- HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century.* Norman: University of Oklahoma Press, 1991.
- KALDOR, Mary; VEJVODA, Ivan. *Democratization in Central and East European Countries,* 1997.
- KEOHANE, Robert; MACEDO, S; MORAVCSIK, Andrew. *Democracy-enhancing multilateralism.* *International Organization*, 2009.
- KITSCHOLT, H. *Formation of party cleavages in post-communist democracies,* 1995.
- KITSCHOLT, H. et al. *Post-communist party systems,* 1999.
- LEVITSKY, Steven; WAY, L. *Journal of Democracy. The Rise of Competitive Authoritarianism.* *Journal of Democracy*, 2002.
- LEVITSKY, Steven; WAY, L. *International Linkage and Democratization.* *Journal of Democracy*, Volume 16, Number 3, July 2005, pp. 20-34.
- LEVITSKY, Steven. MURILLO, María Victoria. *Variation in Institutional Strength.* *Annual Review of Political Science* 12(1): 115-133, 2009.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die.* Crown, New York, 2018.
- LIJPHART, A. *Patterns of Democracy. Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries.* Yale University Press, 2012.
- LIPSET, S.M. *Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy.* *The American Political Science Review*, Vol. 53, No. 1 (Mar., 1959), pp. 69-105
- LINZ, JJ. *The perils of presidentialism,* 1990.
- LINZ, JJ; STEPAN, A. *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe,* 1996.
- LÜHRMANN, A.; TANNBERG, M.; LINDBERG, S. 2018. *Regimes of the World (RoW): Opening New Avenues for the Comparative Study of Political Regimes.* *Politics and Governance* 6(1): 60-77.
- MAINWARING, S.; GERVASONI, C.; ESPAÑA-NAJERA, A. *Extra and Within-System Electoral Volatility.* *Party Politics*, 2016.

MAINWARING, Scott. Party System Institutionalization in Contemporary Latin America, 2018.

MAINWARING; BIZZARRO. Democratization without Party System Institutionalization: Cross-National Correlates, 2018.

MAINWARING, S.; SU; DE NEGRI, M. Latin American Electoral Volatility Dataset: Lower Chamber. Harvard University, 2021.

McFAUL, M. The fourth wave of democracy and dictatorship: Noncooperative Transitions in the Postcommunist World. World Politics, 2002.

McFAUL, M. Transitions from postcommunism, 2005.

MORLINO, Leonardo. What is a 'Good' Democracy? Democratization 11, 2004.

MUKAND; RODRIK. The Political Economy of Liberal Democracy. Institute for Advanced Study (IAS), 2020.

MULLER, E. Economic determinants of democracy. Source: American Sociological Review, Vol. 60, No. 6 (Dec., 1995), pp. 966-982.

MUNCK, G. The regime question: Theory Building in Democracy Studies. World Politics, 2001.

MUNCK, G; VERKUILEN, J. Conceptualizing and Measuring Democracy: Evaluating Alternative Indices. Comparative Political Studies, 2002.

NORTH, D. C. Institutions, institutional change, and economic performance. Cambridge University Press, 1990.

NORWEGIAN CENTRE FOR RESEARCH DATA (NSD). European Election and Referendum database. Disponível no link:

<https://o.nsd.no/european_election_database/about/about_data.html>. Acesso em: 07 de janeiro de 2022.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD. Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Transitions. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

O'DONNELL, G. Delegative Democracy. *Journal of Democracy*, Volume 5, Number 1, January 1994, pp. 55-69.

O'DONNELL, G. Why the Rule of Law matters. *Journal of Democracy*, 2004.

O'DONNELL, G *et al.* *The Quality of Democracy: Theory and Applications*. Notre Dame Press, 2004.

PARLINE database. PARLINE database on national parliaments. Disponível no link: <<http://archive.ipu.org/parline-e/parlinesearch.asp>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

PAPAIOANNOU, E.; SIOUROUNIS, G. Economic and social factors driving the third wave of democratization. *Journal of Comparative Economics* 36, 2008, pp.365–387

PERSSON, T.; TABELLINI, G. Democratic Capital: The Nexus of Political and Economic Change. *American Economic Journal: Macroeconomics*, 2009.

PRIDHAM, Geoffrey. *The Dynamics of Democratization*, 2000.

PRIDHAM, Geoffrey. *Designing Democracy: EU Enlargement and Regime Change in Post-Communist Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, A; LIMONGI, F. Modernization: Theories and Facts. *World Politics*, 49(02), 155–183, 1997.

PRZEWORSKI *et al.* *Democracy, accountability, and representation*. Cambridge University Press, 1999.

PRZEWORSKI *et al.* *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950–1990*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, A. *Democracy and economic development*. Columbus: Ohio State University Pres, 2004.

PRZEWORSKI, A. Democracy as an Equilibrium. *Public Choice* (2005) 123: 253–273.

PRZEWORSKI, A. "The mechanics of regime instability in Latin America". *Journal of Politics in Latin America*, 1(1), pp. 5-36, 2009.

PRZEWORSKI, A. *Democracy and the Limits of Self Government*. Cambridge Studies in the Theory of Democracy, 2010.

PRZEWORSKI, A. *Democracy: A Never-Ending Quest*. Department of Politics, New York University, *Annu. Rev. Polit. Sci.*, 2016.

RODRIK, D.; WACZIARG, R. Do Democratic Transitions Produce Bad Economic Outcomes? *The American Economic Review*, Vol. 95, No. 2, Philadelphia, PA, January 7-9, 2005 (May, 2005), pp. 50-55.

ROHRSCHEIDER; WHITEFIELD. *Understanding Cleavages in Party Systems: Issue Position and Issue Salience in 13 Post-Communist Democracies*, 2009.

RUESCHEMEYER, D. The quality of democracy. *Journal of Democracy*, Volume 15, Number 4, October 2004, pp. 76-90.

SARTORI, Giovanni. *parties and party systems: a framework for analysis*. University of Oxford, 2005.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democraica*. Editora Fundo de Cultura, 1961, p.488.

SU, Yen-Pin. *Party registration rules and party systems in Latin America*, 2013.

SCHEDLER, Andreas. What is Democratic Consolidation? *Journal of Democracy* 9.2 (1998) 91-107.

SCHEDLER. *Measuring Democratic Consolidation*. *Studies in Comparative International Development*, Spring 2001, Vol. 36, No. 1, pp. 66-92

SCHMITTER, Philippe C. *Intermediaries in the Consolidation of neo-Democracies: The Role of Parties, Associations and Movements*. European University Institute, 1997.

TAVITS, M. *Party systems in the making: The emergence and success of new parties in new democracies*, 2008.

TAVITS, M. *The development of stable party support: Electoral dynamics in post-communist Europe*, 2005.

TILLY, Charles. *Inequality, Democratization, and De-Democratization*. *Sociological Theory*, 2003.

UNDP. Human Development Index (HDI). Disponível no link: <<https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

UNDP. Human Development Index and components. Disponível no link: <<https://hdr.undp.org/data-center/documentation-and-downloads>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2022.

TUFIS; HUDSON. The Global State of Democracy Indices Codebook, Version 5. International IDEA, 2021.

WHITEFIELD, S. Political cleavages and post-communist politics, 2002.

WOOLDRIDGE, J. M. Econometric analysis of cross section and panel data. The MIT Press, 2001.

World Bank. Gross domestic product (GDP), 1960 to 2020. Disponível no link: <https://ourworldindata.org/grapher/gross-domestic-product?tab=chart> Acesso em: 10 de maio de 2022.

World Bank. GDP growth (annual %). Disponível no link: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=1984&name_desc=false&start=1980&view=chart Acesso em: 12 de maio de 2022.

World Bank. GDP per capita growth (annual %). Disponível no link: <https://ourworldindata.org/grapher/gdp-per-capita-growth?tab=table&country=~CZE> Acesso em: 12 de maio de 2022.

Apêndice A - Medidas de democracia: V-Dem

O V-Dem é a principal medida de democracia utilizada por esta pesquisa. A variável dependente de democracia eleitoral (ID: v2x_polyarchy) inclui variáveis de liberdade de expressão, liberdade de associação, sufrágio, eleições limpas e oficiais eleitos (V-DEM, 2021, p.43). A variável de liberdade de expressão (ID: v2x_freexp_altinf), por exemplo, analisa o grau de liberdade de expressão e de imprensa e incorpora 8 variáveis:

- harassment_journalists: a variável mede até que ponto jornalistas são ameaçados, difamados, presos ou mortos por atores governamentais e não governamentais (ID: v2meharjrn);
- media_self_censorship: a variável mede até que ponto existe autocensura entre os jornalistas ao relatar assuntos políticos (ID: v2meslfcen);
- media_bias: a variável avalia até que ponto há viés na mídia contra partidos ou candidatos de oposição (ID: v2mebias);
- media_perspectives: a variável mede até que ponto os principais meios de comunicação representam uma ampla gama de perspectivas políticas para além de perspectivas de governos (ID: v2merange);
- media_critical: a variável mede se os principais meios de comunicação criticam rotineiramente o governo em exercício (ID: v2mecrit);
- freedom_discussionm: a variável mede até que ponto os homens são capazes de discutir abertamente sobre questões políticas em espaços públicos (transporte público, trabalho, restaurantes etc.), sem medo de assédio por outros membros de sua comunidade ou por autoridades públicas (ID: v2cldiscm);
- freedom_discussionw: a variável mede até que ponto as mulheres são capazes de discutir abertamente sobre questões políticas em espaços públicos (transporte público,

trabalho, restaurantes etc.), sem medo de assédio por outros membros de sua comunidade ou por autoridades públicas (ID: v2cldiscw);

- `freedom_academic_cultural`: a variável mede até que ponto há liberdade de expressão acadêmica e cultural relacionada com questões políticas (ID: v2clacfree) (V-DEM, 2021, p.46).

A variável de liberdade de associação (ID: v2x_frassoc_thick) avalia o grau de liberdade de associação de partidos políticos e de CSOs.³² Agrega-se 5 variáveis:

- `barriers_parties`: a variável mede até que ponto existem barreiras para a formação de partidos políticos, em termos de requisitos legais, depósitos financeiros, entre outras restrições (ID: v2psbars);
- `opposition_parties`: a variável mede até que ponto o governo de um país em análise é capaz de manter estável a autonomia de partidos políticos da oposição (ID: v2psoppaut);
- `elections_multiparty`: a variável mede até que ponto acontecem eleições nacionais multipartidárias e qual o grau de competição política (ID: v2elmulpar);
- `cso_entry`: a variável mede até que ponto o governo controla a formação e operação de CSOs (ID: v2cseeorgs);
- `cso_repression`: a variável mede até que ponto o governo tenta reprimir CSOs, em termos de promover sanções violentas (ex.: espancamentos, ameaças ou prisões),

³² CSOs podem contar com pessoas engajadas em associações políticas independentes, em associações não políticas independentes e em sindicatos independentes. Tais associações têm adesão voluntária e não são não controladas por partidos políticos ou por organizações governamentais. As associações políticas independentes incluem organizações com interesse político, como associações ambientais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) etc. As associações não políticas independentes incluem organizações sem interesse político, como fundações filantrópicas, grupos de apoio, clubes esportivos etc. Os sindicatos independentes, por seu turno, incluem pessoas regularmente ativas em sindicatos (COPPEDGE et al., 2021, p.232). Essa participação em organizações voluntárias é um fator importante da qualidade de democracias, ao permitir que os indivíduos influenciem objetivos coletivos e criem canais adicionais de articulação e de representação (HOWARD, 2003, p.47).

sanções materiais (ex.: multas e demissões), restrições de atividades e de reuniões públicas, perseguições etc. (ID: v2csreprss). (V-DEM, 2021, p.47).

A variável de sufrágio (ID: v2x_suffr) verifica a porcentagem da população de um país em análise que tem o direito legal de votar em eleições nacionais (V-DEM, 2021, p.47). A variável de eleições limpas (ID: v2xel_frefair) investiga até que ponto as eleições são livres e justas, em termos de ausência de fraude de registro, intimidação de opositores políticos, compra de votos e assim por diante. Agrupa-se 8 variáveis:

- election: a variável mede até que ponto deficiências, irregularidades e restrições logísticas afetam o período pré-eleitoral, o dia de eleições e o resultado eleitoral (ID: v2elfrfair);
- emb_autonomy: a variável mede até que ponto organizações encarregadas de administrar eleições nacionais têm autonomia para aplicar leis eleitorais e regras administrativas (ID: v2elembaut);
- emb_capacity: a variável mede até que ponto organizações encarregadas de administrar eleições nacionais têm pessoal e recursos para administrar uma eleição nacional (ID: v2elembcap);
- voter_registry: a variável mede se existe um registro de eleitores elegíveis e até que ponto tal registro é funcional – menos de 1% do conjunto dos eleitores de um país em avaliação pode ser afetado por quaisquer falhas (ID: v2elrgstry);
- vote_buying: a variável mede até que ponto existem evidências de compra de votos/participação – distribuição de dinheiro para indivíduos/famílias/grupos com o objetivo de influenciar sua decisão de votar ou em quem votar (ID: v2elvotbuy);
- other_voting_irregularities: a variável mede até que ponto existem evidências de outras irregularidades eleitorais, em termos de falta intencional de materiais de votação,

agrupamento de votos falsos, manipulação de resultado para favorecer candidatos/partidos etc. (ID: v2elirreg);

- `government_intimidation`: a variável mede até que ponto, durante o período de campanha eleitoral, os candidatos/partidos/trabalhadores de campanha da oposição sofrem ameaças ou violência por parte do governo no poder (ID: v2elintim);
- `other_electoral_violence`: a variável mede até que ponto, durante o período de campanha eleitoral, os candidatos/partidos/trabalhadores de campanha sofrem ameaças ou violência física por parte de pessoas ou grupos para além do governo no poder e seus agentes (ID: v2elpeace) (V-DEM, 2021, p.48).

A variável de oficiais eleitos (ID: v2x_elecoff) analisa se o Legislativo e o chefe do Executivo são nomeados (direta ou indiretamente) por meio de eleições populares. Integra-se 14 variáveis:

- `legislature_bicameral`: a variável avalia o número de câmaras que a legislatura contém (ID: v2lgbicam);
- `lower_chamber`: a variável mede qual percentagem da câmara baixa (ou unicameral) é eleita diretamente em eleições diretas populares (ID: v2lgello);
- `upper_chamber`: a variável mede qual percentagem da câmara alta é eleita diretamente em eleições populares (ID: v2lgelecup);
- `indirectly_lower_chamber`: a variável mede o percentual de legisladores eleitos indiretamente em eleições populares para a câmara baixa (ou unicameral) (ID: v2lginello);
- `indirectly_upper_chamber`: a variável mede o percentual de legisladores eleitos indiretamente em eleições populares para a câmara alta (ID: v2lginelup);

- `hos_appointment`: a variável avalia se o Chefe de Estado chega ao poder por meio de eleições diretas populares, eleições indiretas realizadas por um colégio eleitoral ou nomeado pela legislatura após uma eleição (ID: `v2expathhs`);
- `hog_appointment`: a variável avalia se o Chefe de Governo chega ao poder por meio de eleições diretas populares ou nomeado pela legislatura após uma eleição (ID: `v2expathhg`);
- `hos_selection_legislature`: a variável avalia se a nomeação do Chefe de Estado precisa ser aprovada pela legislatura (câmara alta e/ou câmara baixa) – através de voto de confiança, por exemplo (ID: `v2exaphos`);
- `hog_selection_legislature`: a variável avalia se a nomeação do Chefe de Governo precisa ser aprovada pela legislatura (câmara alta e/ou câmara baixa) – através de voto de confiança, por exemplo (ID: `v2exaphogp`);
- `hos_appoints_cabinet`: a variável avalia se o Chefe de Estado tem o poder de nomear ministros (ID: `v2exdfcbhs`);
- `hog_appoints_cabinet`: a variável avalia se o Chefe de Governo tem o poder de nomear ministros (ID: `v2exdjcbhg`);
- `hos_dismisses_ministers`: a variável avalia se o Chefe de Estado tem o poder de demitir ministros (ID: `v2exdfdmhs`);
- `hog_dismisses_ministers`: a variável avalia se o Chefe de Governo tem o poder de demitir ministros (ID: `v2exdfdshg`);
- `hos_hog`: a variável avalia se o Chefe de Estado Governo também é o Chefe de Governo (ID: `v2exhoshog`). (V-DEM, 2021, p.48).

A variável dependente de democracia liberal (ID: `v2x_libdem`) agrega 23 variáveis através de uma escala de 0 a 1. Essa variável é formada a partir de uma associação da variável de democracia eleitoral com outras variáveis (V-DEM, 2021, p.44). A variável de

constrangimentos judiciais (ID: v2x_jucon), por exemplo, avalia se existem restrições judiciais do poder Executivo. Integra-se 5 variáveis:

- `executive_constitution`: a variável mede até que ponto os membros do Executivo respeitam a constituição e se violações enfrentam consequências legais (ID: v2exrescon);
- `compliance_judiciary`: a variável mede até que ponto o governo cumpre decisões de tribunais – considera-se todos os tribunais do sistema judicial, com exceção do tribunal superior (ID: v2jucomp);
- `compliance_high_court`: a variável mede até que ponto o governo cumpre decisões do tribunal superior (ID: v2juhccomp);
- `high_court_independence`: a variável mede o grau de independência do tribunal superior. Ou seja, avalia-se até que ponto a tomada de decisão judicial é autônoma e até que ponto ela apenas reflete os desejos e posições do governo em exercício (ID: v2juhcind);
- `lower_court_independence`: a variável mede o grau de independência dos juízes que não fazem parte do tribunal superior. Isto é, verifica-se até que ponto a tomada de decisão judicial é autônoma e até que ponto ela apenas reflete os desejos e posições do governo em exercício (ID: v2juncind) (V-DEM, 2021, p.50).

A variável de restrições legislativas (ID: v2xlg_legcon) investiga se existem restrições legislativas do poder Executivo. Agrega-se 4 variáveis:

- `executive_oversight`: a variável mede o grau de autonomia de organizações governamentais (controladoria geral, Procurador-Geral etc.) para exercer supervisão do poder Executivo e promover investigações, quando membros do Executivo estão envolvidos em atividades ilegais (ID: v2lgotovst);

- legislature_questions: a variável mede até que ponto o Legislativo é capaz de exigir (rotineiramente) esclarecimentos de *policies* (e de decisões) aos funcionários do poder Executivo (ID: v2lgqstexp);
- legislature_investigates: a variável mede até que ponto o Legislativo é capaz de conduzir investigações sobre o poder Executivo, quando os membros desse poder estão envolvidos em atividades inconstitucionais. A variável também avalia qual a probabilidade do Legislativo tomar uma decisão desfavorável para o Executivo (ID: v2lginvstp);
- legislature_opposition: a variável avalia até que ponto os partidos de oposição são capazes de exercer supervisão e promover investigações, contra a vontade do partido que está no poder (ID: v2lgoppart) (V-DEM, 2021, p.50).

A variável de igualdade (ID: v2xcl_rol), por fim, avalia o grau de igualdade perante a lei, de acesso à justiça, de liberdade de crença, entre outras coisas. Agrupa-se 14 variáveis:

- political_killings: a variável mede se os agentes do Estado cometem assassinatos políticos (ID: v2clkill);
- torture: a variável mede se os agentes do Estado (por exemplo, polícia, forças de segurança, funcionários penitenciários) praticam tortura, tanto mental quanto física (ID: v2cltort);
- forced_laborm: a variável mede se os homens adultos são vítimas de trabalhos forçados. O trabalho forçado ocorre quando a vítima é incapaz de deixar um emprego por coerção do empregador. Se tal prática existir, avalia-se até que ponto é tolerada, incentivada ou combatida por autoridades públicas (ID: v2clslavem);
- forced_laborw: a variável mede se as mulheres adultas são vítimas de trabalhos forçados. Se tal prática existir, avalia-se até que ponto é tolerada, incentivada ou combatida por autoridades públicas (ID: v2clslavef);

- *access_justicem*: a variável mede o grau de acesso à justiça para homens, incluindo os direitos de advogado, defesa, reparação etc. (ID: v2clacjstm);
 - *access_justicew*: a variável mede o grau de acesso à justiça para mulheres, incluindo os direitos de advogado, defesa, reparação etc. (ID: v2clacjstw);
 - *enforcement*: a variável mede até que ponto leis tendem a ser estáveis de um ano para o outro e *enforced* de maneira previsível e não arbitrária (ID: v2cltrnslw);
 - *public_administration*: a variável mede até que ponto os funcionários públicos são rigorosos e imparciais no desempenho de suas funções – ou seja, até que ponto os funcionários públicos cumprem a lei e tratam os casos (semelhantes) de pessoas comuns da mesma forma (ID: v2clrspct);
 - *property_rightsm*: a variável mede se o direito de propriedade privada é garantido aos homens, incluindo o direito de adquirir, herdar, vender etc. (ID: v2clprptym);
 - *property_rightsw*: a variável mede se as mulheres têm o direito de propriedade privada assegurado, incluindo o direito de adquirir, herdar, vender etc. (ID: v2clprptyw);
 - *freedom_religion*: a variável mede o grau de liberdade de religião. Avalia-se, por exemplo, até que ponto indivíduos têm o direito de escolher e praticar uma religião, sem sofrer restrições por parte de autoridades públicas (ID: v2clrelig);
 - *freedom_foreign_movement*: a variável mede se as autoridades públicas restringem o direito dos cidadãos de viajar para fora do país, especialmente para opositores políticos (ID: v2clfmovew);
 - *freedom_domestic_movementm*: a variável mede se as autoridades públicas restringem o direito de liberdade de movimento dentro do país para os homens (ID: v2clldmovem);
 - *freedom_domestic_movementw*: a variável mede se as autoridades públicas restringem o direito de liberdade de movimento dentro do país para as mulheres (ID: v2clldmovew)
- (V-DEM, 2021, p.49).

A variável de democracia igualitária (ID: v2x_egaldem) destaca que o funcionamento de uma democracia depende de condições materiais (níveis mínimos de alimentação, habitação, saúde etc.). Democracia igualitária inclui 10 variáveis através de uma escala de 0 a 1. Essa variável é formada a partir de uma associação da variável de democracia eleitoral com outras variáveis (V-DEM, 2021, p.45). A variável de proteção igualitária (ID: v2xeg_eqprotec), por exemplo, mede o grau de igualdade de proteção de direitos e de liberdades civis entre grupos sociais e classes sociais. Incorpora-se 3 variáveis:

- *socialclass_equality*: avalia-se até que ponto os mais pobres desfrutam do mesmo nível de liberdades civis que os mais ricos. As liberdades civis são entendidas em termos de direito de propriedade, liberdade de movimento, liberdade de expressão, liberdade contra trabalhos forçados etc. (ID: v2clacjust);
- *socialgroup_equality*: avalia-se até que ponto todos os grupos sociais (diferenciados por etnia, religião, região, idioma etc.) desfrutam do mesmo nível de liberdades civis (ID: v2clsocgrp);
- *weaker_civilliberties*: avalia-se qual porcentagem da população total vive sob liberdades civis mais frágeis (ID: v2clslnlpct) (V-DEM, 2021, p.55).

A variável de acesso igualitário (ID: v2xeg_eqaccess) mede o grau de igualdade de acesso ao poder político, incluindo igualdade de participação no poder político e de influência no processo de *policymaking*. Inclui-se 3 variáveis:

- *power_distributed_gender*: a variável analisa se homens e mulheres têm (aproximadamente) o mesmo poder político ou se mulheres possuem apenas uma influência marginal (ID: v2pepwrgen);

- *power_distributed_socioeconomic*: a variável mede o grau que renda se traduz em poder político. A variável verifica se pessoas mais pobres (ou de renda média) têm influência no poder político (ID: v2pepwrse);
- *power_distributed_socialgroup*: investiga-se até que ponto os diferentes grupos sociais (diferenciados por etnia, religião, região, idioma etc.) participam do poder político. A variável avalia se o poder político é monopolizado por um grupo social (ou por alguns grupos sociais que fazem parte de uma minoria da população/maioria da população) ou se todos os grupos sociais possuem algum poder político (ID: v2pepwrsoc) (V-DEM, 2021, p.55).

A variável de distribuição igualitária de recursos (ID: v2xeg_eqdr) mede até que ponto necessidades básicas (igualdade educacional, de saúde etc.) são atendidas para que os indivíduos exerçam efetivamente seus direitos e liberdades. Agrega-se 4 variáveis:

- *welfare_programs*: a variável verifica se existem programas de bem-estar universais (ex.: sistemas nacionais públicos de saúde) ou direcionados para uma população mais pobre e desprivilegiada (ex.: programas de transferência de renda) (ID: v2dlunivl);
- *public_good*: ao considerar o orçamento nacional, a variável analisa se a maioria dos gastos sociais é de projetos *pork-barrel* ou clientelista.³³ Ou seja, avalia-se o perfil dos gastos sociais e de infraestrutura (ID: v2dlencmps);

³³ Os tipos de vínculos mais comuns entre os eleitores e os atores políticos são clientelistas, *pork-barrel* ou programáticos. O primeiro tipo é uma conexão eleitoral discricionária e voltada para o indivíduo. Uma rede clientelista oferece dinheiro, emprego, benefícios de aposentadoria, entre outras coisas, em troca de apoio político (PEMSTEIN et al., 2021, p.94 e 291). A prática *pork-barrel* envolve financiamento discricionário em obras públicas locais, como pavimentação de ruas, pontes, perfuração de poços artesianos, entre outros bens coletivos. Uma diferença para a prática clientelista, é que o instrumento *pork-barrel* não pode filtrar/rastrear o eleitor favorecido. No terceiro tipo, os programas programáticos fornecem benefícios segundo critérios de elegibilidade que estão embutidos em regras formais e são geridos por burocracias autônomas. Transferências de renda para trabalhadores aposentados com mais de 75 anos é um exemplo de critério de elegibilidade (DIAZ-CAYEROS; ESTÉVEZ; MAGALONI, 2016, p.7 e 8).

- `educational_equality`: a variável mede a porcentagem de crianças com acesso à educação básica (idades entre 6 e 16 anos, aproximadamente) (ID: `v2peedueq`);
- `health_equality`: a variável mede até que ponto os cuidados de saúde são garantidos a todos (ID: `v2pehealth`) (V-DEM, 2021, p.56).

Apêndice B - Classificação dos regimes políticos do leste europeu

Como o PIPE tem um alcance limitado para os fins desta pesquisa (1946-2008), utiliza-se uma expansão do conjunto de dados sobre democracia e ditadura do Cheibub, Gandhi e Vreeland (2010): Bjørnskov-Rode regime data, v.3.2 (2020).

Tabela XI - Classificação dos regimes políticos do leste europeu, 1980-2022

País	Regime	Forma de governo
1. Albânia	Ditadura	Militar (1980-1984)
	Democracia	Civil (1985-1991)
	Ditadura	Parlamentar (1992-1995)
	Democracia	Civil (1996)
2. Bulgária	Ditadura	Parlamentar (1997-2020)
	Democracia	Civil (1980-1989)
3. Croácia	Parte da Iugoslávia	Mista (1990-2020)
	Democracia	(1980-1990)
4. Eslováquia	Ditadura	Mista (1991-2020)
	Democracia	Civil (1980-1988)
5. Eslovênia	Parte da Iugoslávia	Parlamentar (1989-1998)
	Democracia	Mista (1999-2020)
	Democracia	(1980-1990)
6. Estônia	Parte da URSS	Mista (1991-2002)
	Democracia	Parlamentar (2003-2020)
7. Geórgia	Parte da URSS	(1980-1990)
	Ditadura	Parlamentar (1991-2020)
	Democracia	Civil (1991-2003)
8. Hungria	Ditadura	Mista (2004-2020)
	Democracia	Civil (1980-1989)
	Ditadura	Parlamentar (1990-2019)
9. Letônia	Parte da URSS	Civil (2020)
	Democracia	(1980-1990)
10. Lituânia	Parte da URSS	Parlamentar (1991-2020)
	Democracia	(1980-1990)
11. Macedônia	Parte da Iugoslávia	Mista (1991-2020)
	Democracia	(1980-1990)
12. Moldávia	Parte da URSS	Mista (1991-2020)
	Democracia	(1980-1990)
	Democracia	Parlamentar (1991-1996)
	Democracia	Mista (1997-1999)
13. Polônia	Ditadura	Parlamentar (2000-2020)
	Democracia	Civil (1980)
	Democracia	Militar (1981-1988)
14. Rep. Tcheca	Ditadura	Mista (1989-2020)
	Democracia	(1980-1988)
15. Romênia	Ditadura	Parlamentar (1989-2020)
	Democracia	Civil (1980-1989)
16. Sérvia	Ditadura	Mista (1990-2020)
	Democracia	Civil (1980-1999)
17. Ucrânia	Parte da URSS	Mista (2000-2020)
	Democracia	(1980-1990)
	Democracia	Mista (1991-2020)

Fonte: Elaborada pelo autor com base em PIPE (2010) e em Bjørnskov e Rode (2020)

Apêndice C - Eleições para a câmara baixa dos países da ECE

Esta análise inclui somente novas democracias eleitorais pós-segunda onda democrática tanto da América Latina quanto da Europa Oriental que passaram por pelo menos quatro eleições consecutivas para a câmara baixa entre 1980 e 2022. Com isso, autocracias que não experimentaram transições democráticas não fazem parte da amostra. Seleciona-se países com base nos dados do PIPE, do Bjørnskov-Rode e PSGo.

Mainwaring, Gervasoni e Espanã-najera (2016, p.3) afirmam que incluir eleições que eventualmente acontecem sob regimes autoritários pode produzir estimativas tendenciosas porque os regimes autoritários favorecem o partido do governo e geralmente limitam o processo de volatilidade eleitoral. Além disso, um sistema partidário tende a ser institucionalizado quando os padrões eleitorais são estáveis por pelo menos quatro eleições consecutivas (MAINWARING, 2018, p.32).

Mas é aconselhável desconsiderar a eleição de fundação. Em termos de estabilidade, em uma eleição de fundação durante um período de transição democrática, espera-se que um número maior de partidos participe da corrida eleitoral do que em eleições subsequentes. Na eleição inicial não é óbvio quem é viável e quem não é. No entanto, essa incerteza diminui eleição após eleição. Com o tempo, alguns partidos estabelecem um histórico de viabilidade eleitoral, o número de novos partidos tende a diminuir e um horizonte de continuidade e estabilidade é mais possível (SU, 2013, p.297). Nesta pesquisa, portanto, desconsidera-se a eleição de fundação – a tabela XII destaca eleições não consideradas em negrito. Ademais, seleciona-se eleições com dados sobre volatilidade eleitoral, de acordo com o conjunto de dados do PSGo.

Note-se que, embora a Albânia tenha feito uma transição democrática entre 1991 e 1992, a democracia do país colapsou em 1996. Uma segunda observação é que a Geórgia foi uma

ditadura até 2003. A Hungria teve uma ruptura democrática em 2020 (BJØRNSKOV-RODE, 2020). A Sérvia, por fim, foi formalmente estabelecida em 2006 – entre 2003 e 2006, Sérvia e Montenegro formavam um único Estado (PARLINE, 2018).

Tabela XII - Eleições para a câmara baixa do leste europeu, 1989-2022

	País	Transição	Eleições incluídas
1.	Albânia	1992	1992, 1996, 1997, 2001 , 2005, 2009, 2013 e 2017
2.	Bulgária	1990	1990, 1991 , 1994, 1997, 2001, 2005, 2009, 2013, 2014 e 2017
3.	Croácia	1991	1992, 1995, 2000 , 2003, 2007, 2011, 2015, 2016 e 2020
4.	Eslováquia	1989	1992 , 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2012, 2016 e 2020
5.	Eslovênia	1991	1992 , 1996, 2000, 2004, 2008, 2011, 2014 e 2018
6.	Estônia	1991	1992 , 1995, 1999, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019
7.	Geórgia	2004	2004 , 2008, 2012, 2016 e 2020
8.	Hungria	1990	1990 , 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018
9.	Letônia	1991	1990, 1993 , 1995, 1998, 2002, 2006, 2010, 2011, 2014 e 2018
10.	Lituânia	1991	1992 , 1996, 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020
11.	Macedônia	1991	1994, 1998, 2002, 2006, 2008, 2011, 2014, 2016 e 2020
12.	Moldávia	1991	1991, 1994 , 1998, 2001, 2005, 2009, 2010, 2014 e 2019
13.	Polônia	1989	1989, 1991 , 1993, 1997, 2001, 2005, 2007, 2011, 2015 e 2019
14.	Rep. Tcheca	1989	1992 , 1996, 1998, 2002, 2006, 2010, 2013 e 2017
15.	Romênia	1990	1992, 1996 , 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020
16.	Sérvia	2000	2000, 2003 , 2007, 2008, 2012, 2014, 2016 e 2020
17.	Ucrânia	1991	1991, 1994 , 1998, 2002, 2006, 2007 e 2012

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Bjørnskov-Rode (2020) e PSGo (2021)

Apêndice D - Classificação dos regimes políticos da América Latina

A classificação dos regimes políticos dos países da América Latina é feita de acordo com dois bancos de dados: PIPE (1946-2008) e Bjørnskov-Rode regime data, v.3.2 (2020).

Tabela XIII - Classificação dos regimes políticos da América Latina, 1980-2022

País	Regime	Forma de governo
1. Argentina	Ditadura	Militar (1980-1982)
	Democracia	Presidencial (1983-2020)
2. Bolívia	Ditadura	Militar (1980-1982)
	Democracia	Presidencial (1983-2019)
	Ditadura	Civil (2020)
3. Brasil	Ditadura	Militar (1980-1984)
	Democracia	Presidencial (1985-2020)
4. Chile	Ditadura	Militar (1980-1989)
	Democracia	Presidencial (1990-2020)
5. Colômbia	Democracia	Presidencial (1980-2020)
6. El Salvador	Ditadura	Civil (1980-1981)
		Militar (1982-1983)
	Democracia	Presidencial (1984-2020)
7. Equador	Democracia	Presidencial (1980-1999)
	Ditadura	Civil (2000-2001)
	Democracia	Presidencial (2002-2020)
8. Guatemala	Democracia	Presidencial (1980-1981)
	Ditadura	Militar (1982-1985)
	Democracia	Presidencial (1986-2020)
9. Honduras	Ditadura	Militar (1980-1981)
	Democracia	Presidencial (1982-2017)
	Ditadura	Civil (2018-2020)
10. México	Ditadura	Civil (1980-1999)
	Democracia	Presidencial (2000-2020)
11. Nicarágua	Ditadura	Civil (1980-1989)
	Democracia	Presidencial (1990-2016)
	Ditadura	Civil (2017-2020)
12. Panamá	Ditadura	Militar (1980-1988)
	Democracia	Presidencial (1989-2020)
13. Paraguai	Ditadura	Militar (1980-1988)
	Democracia	Presidencial (1989-2020)
14. Peru	Democracia	Presidencial (1980-1989)
	Ditadura	Civil (1990-2000)
	Democracia	Presidencial (2001-2020)
15. Rep. Dominicana	Democracia	Presidencial (1980-2020)
16. Uruguai	Ditadura	Militar (1980-1984)
	Democracia	Presidencial (1985-2020)
17. Venezuela	Democracia	Presidencial (1980-1999)
	Ditadura	Civil (2000)
	Democracia	Presidencial (2001-2015)
	Ditadura	Civil (2016-2020)

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Bjørnskov e Rode (2020)

Apêndice E - Eleições para a câmara baixa da América Latina

Nesta pesquisa, a tabela XIV aponta eleições desconsideradas em negrito. Observa-se que (1) o Equador teve uma ruptura democrática em 2000; (2) Honduras colapsou em 2018; (3) Peru foi uma ditadura entre 1990 e 2000; (4) México foi uma ditadura entre 1980 e 1999; (5) a democracia da Nicarágua colapsou em 2017; (6) e a democracia da Venezuela, por fim, arruinou-se em 2000 e em 2016.

Tabela XIV - Eleições para a câmara baixa da América Latina, 1980-2022

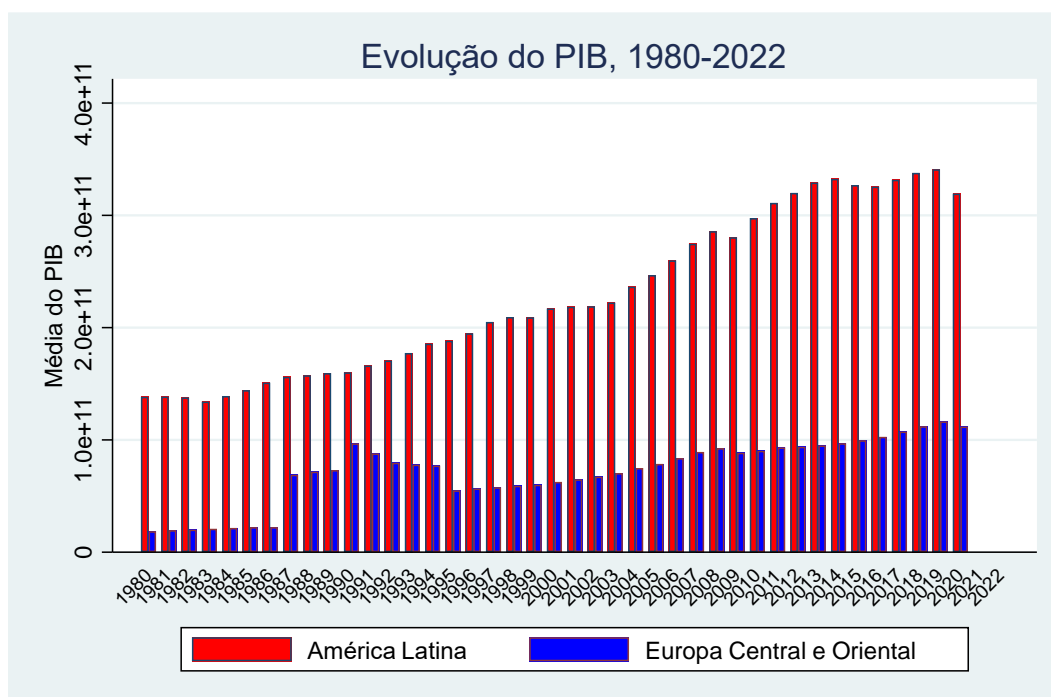
País	Transição	Eleições incluídas
1. Argentina	1983	1983, 1985, 1987, 1989 , 1991, 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2011 e 2017
2. Bolívia	1983	1985, 1989 , 1993, 1997, 2002, 2005, 2009 e 2014
3. Brasil	1985	1986 , 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018
4. Chile	1989	1989 , 1993, 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013
5. Colômbia	1958	1982, 1986, 1990 , 1991, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018
6. El Salvador	1984	1985, 1988 , 1991, 1994, 1997, 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018
7. Equador	1979	1984, 1986, 1988 , 1990, 1992, 1994, 1996, 1998, 2002 , 2006, 2009, 2013 e 2017
8. Guatemala	1986	1982, 1985 , 1990, 1994, 1995, 1999, 2003, 2007, 2011 e 2015
9. Honduras	1982	1981, 1985, 1989 , 1993, 1997, 2001, 2005, 2009, 2013 e 2017
10. México	2000	1982, 1985, 1988, 1991, 1994, 1997, 2000 , 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 e 2018
11. Nicarágua	1990	1984, 1990 , 1996, 2001, 2006, 2011 e 2016
12. Panamá	1989	1999, 2004, 2009 e 2014
13. Paraguai	1989	1983, 1988, 1989 , 1993, 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018
14. Peru	1980	1980, 1985, 1990, 1992, 1995, 2000, 2001, 2006, 2011 e 2016
15. Rep. Dominicana	1966	1982, 1986 , 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2016
16. Uruguai	1985	1989 , 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014
17. Venezuela	1959	1983, 1988, 1993, 1998, 2000, 2005, 2010 e 2015

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Bjørnskov-Rode (2020) e Mainwaring, Su e De Negri (2021)

Apêndice F - Produto Interno Bruto (PIB) dos países da América Latina e da ECE

PIB ajustado para variações de preços ao longo do tempo (inflação) – medido em dólares internacionais (valores constantes de 2010US\$).

Figura X - Evolução média do PIB dos países selecionados medida em valores constantes de 2010US\$



Apêndice G - Estimativas de 100 anos

Tabela XV - Estimativas de 100 anos

América Latina (1921-2021), sem efeito fixo			
	Painel (1922-2018)	Painel (1924-2020)	Painel (1925-2021)
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita	0.1751***	0.1771***	0.1779***
	(0.037)	(0.036)	(0.036)
Observações	1,595	1,597	1,598
R-squared	0.658	0.658	0.658
América Latina (1921-2021), sem efeito fixo			
	Painel (1922-2018)	Painel (1924-2020)	Painel (1925-2021)
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita	0.2013***	0.2036***	0.2048***
	(0.041)	(0.041)	(0.041)
Observações	1,595	1,597	1,598
R-squared	0.620	0.619	0.618
América Latina (1921-2021), controle por efeito fixo			
	Painel (1922-2018)	Painel (1924-2020)	Painel (1925-2021)
Variáveis	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral	Democracia eleitoral
Renda per capita	0.1555*	0.1619*	0.1659*
	(0.084)	(0.087)	(0.087)
Observações	1,595	1,597	1,598
R-squared	0.680	0.679	0.679
América Latina (1921-2021), controle por efeito fixo			
	Painel (1922-2018)	Painel (1924-2020)	Painel (1925-2021)
Variáveis	Democracia liberal	Democracia liberal	Democracia liberal
Renda per capita	0.1542*	0.1603*	0.1643**
	(0.073)	(0.076)	(0.075)
Observações	1,595	1,597	1,598
R-squared	0.635	0.634	0.633

Erros padrão robustos clusterizados por países em parênteses. Significativo a *** p<0.01; ** p<0.05; * p<0.1. Variáveis independentes adicionais: logaritmo da renda, *dummies* de localização geográfica e *dummies* de ano.